

SENADO

N A M Í D I A

CLIPPING

15 de Março de 2025
a 17 de Março de 2025

Informações atualizadas em: 17/03/2025, às 09:03

AL - GAZETA WEB
O ESTADO DE S. PAULO ONLINE
CORREIO BRAZILIENSE
O GLOBO
O ESTADO DE S. PAULO
RS - ZERO HORA
VALOR ECONÔMICO
CE - DIÁRIO DO NORDESTE ONLINE
FOLHA DE S. PAULO
MG - HOJE EM DIA ONLINE
AM - A CRÍTICA ONLINE

EXPEDIENTE

Comissão Diretora

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre
1º VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes
2º VICE-PRESIDENTE: Senador Humberto Costa
1ª SECRETÁRIA: Senadora Daniella Ribeiro
2º SECRETÁRIO: Senador Confúcio Moura
3ª SECRETÁRIA: Senadora Ana Paula Lobato
4º SECRETÁRIO: Senador Laércio Oliveira
1º SUPLENTE: Senador Chico Rodrigues
2º SUPLENTE: Senador Mecias de Jesus
3º SUPLENTE: Senador Styvenson Valentim
4ª SUPLENTE: Senadora Soraya Thronicke

Diretora Geral: Ilana Trombka

Secretário-Geral: Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Diretora da Secretaria de Comunicação Social: Érica Ceolin
Gestor do Núcleo de Assessoria de Imprensa: Luis Carlos Alencar Fonteles
Supervisora do Senado na Mídia: Circe Cunha

Sugestões, críticas e solicitações: imprensa@senado.leg.br

Pesquisa: Histórico de Notícias – acesse <https://www12.senado.leg.br/senado-na-midia>

Matérias cadastradas entre dezembro/1999 e março/2015: ligue para 1252

SUMÁRIO

AL - GAZETA WEB

POLÍTICA

Paulo e Renan conseguem novas adesões de prefeitos de 'oposição'	1
--	---

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

ECONOMIA

Presidente da Comissão de Orçamento confirma votação nesta semana e desmente nota sobre	2
---	---

POLÍTICA

Deputada indígena de direita que perdeu mandato por decisão do STF diz que é vítima de	3
Aliados de Bolsonaro resgatam criação de 'senador vitalício' e querem mudar foro de	4
PT pede cassação de Gustavo Gayer por fala sobre 'trisal'; deputado afirma estar 'tranquilo'.....	5

CORREIO BRAZILIENSE

COLUNAS

SERGIO ABRANCHES - Emendas camufladas	7
---	---

ECONOMIA

BC deve manter ciclo de alta de juros	8
CMO confirma cronograma para votação do Orçamento.....	11

POLÍTICA

ENTREVISTA - Rubens Pierrotti Jr	11
Reações a ataques de misoginia	14
Pedido de cassação de Gayer	15
O general da transição	16
O eco do machismo no poder	19
Sessões no Congresso	21

O GLOBO

MANCHETE

BOLSONARO LEVA 18 MIL A COPACABANA	22
--	----

COLUNA

MALU GASPAR - O recado de Sidônio que foi interpretado como alfinetada na gestão Pimenta	24
---	----

POLÍTICA

Para desfazer rótulo de radical, Gleisi acena ao Centrão e busca Haddad	25
Múcio retoma articulação por PEC que coloca na reserva militares candidatos	27
Múcio retoma articulação por PEC que coloca na reserva militares candidatos	28

O ESTADO DE S. PAULO

MANCHETE

NOS VALORES DA REPÚBLICA, UMA INSPIRAÇÃO CONTRA A ARMADILHA DA POLARIZAÇÃO	31
BOLSONARO FAZ ATO ESVAZIADO E DIZ QUE SERÁ 'PROBLEMA' PRESO OU MORTO	32

ARTIGO

VÁRIOS AUTORES - STF: monocratismo e o dever de colegialidade	34
---	----

ARTIGOS

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA - Juros altos e seguro	36
CARLOS ALBERTO DI FRANCO - A nefasta hipertrofia do STF	37

COLUNAS

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão	38
---	----

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão	40
ECONOMIA	
'Penduricalhos são parte importante da desigualdade no País'	41
EDITORIAIS	
O reforço do agro no PIB	43
'Muita calma nessa hora'	44
O sexto aniversário do inquérito sem fim	45
Mais um Orçamento de mentirinha	46
Uma promessa de campanha perigosa	47
ESPECIAL	
A República em transformação	49
Poderes - Sobram cobiça e confrontos; falta autocontenção	50
Quatro caminhos para reduzir a polarização política	53
Congresso amplia poder	54
Polarização - Por que a política se tornou o terreno do inconciliável	54
OPINIÃO	
FÓRUM DOS LEITORES	57
POLÍTICA	
Aliados resgatam ideia de tornar ex-presidente senador vitalício	57
STF ampliou alcance do foro para 'manter poder'	58
ENTREVISTA - Carlos Portinho (PL-RJ), Senador	59
Bolsonaro deve defender anistia e deixar a aliados os ataques ao Supremo	61
RS - ZERO HORA	
NOTÍCIAS	
Estado terá duas escolas de referência engajadas no combate ao racismo	63
EM FOCO	
Marcas da pandemia no ensino	64
VALOR ECONÔMICO	
MANCHETE	
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO FICA ESTAGNADA NO BRASIL EM 2024	67
BRASIL	
Orçamento secreto pode prosseguir, alertam ONGs	70
Acordo sobre emendas é visto com ceticismo por especialistas	71
Com temor de precatórios, governo quer acelerar acordos fora da Justiça	73
COLUNAS	
MARIA CRISTINA FERNANDES - Ex-presidente mostra-se útil a Tarcísio	75
BRUNO CARAZZA - Propostas para um governo com poucas ideias	76
EDITORIAL	
Congresso tem de cumprir acordo de emendas com STF	78
POLÍTICA	
Governo acena com aumento no auxílio-gás e na verba para reforma agrária	79
Com vistas a 2026, Lula intensifica viagens a Minas	81
Fragmentação dificulta comunicação do governo	82
Motta reúne líderes para distribuir comissões	82
CE - DIÁRIO DO NORDESTE ONLINE	
PONTO PODER	

Votação do orçamento 2025 foi adiada por pendências em relatório e viagem de políticos	84
FOLHA DE S. PAULO	
COLUNAS	
FÁBIO ZANINI - PAINEL	85
POLÍTICA	
Gleisi muda articulação do governo e busca relação direta com lideranças do Congresso.	85
Marco da disparada de emendas faz 10 anos e muda forma de fazer política.	87
Congresso cobra que governo cumpra acordo.	89
MG - HOJE EM DIA ONLINE	
GERAL	
Anistia seria preocupante e mau exemplo, dizem juristas	90
AM - A CRÍTICA ONLINE	
COLUNAS	
SIM E NÃO - Polêmica do concurso da CMM vai parar na Justiça	95
GERAL	
Barco científico parte em nova expedição para avaliar a qualidade das águas dos rios do	96
Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil será enviada ao Congresso dia 18	98
POLÍTICA	
Antes de julgamento no STF, Bolsonaro mobiliza seguidores neste domingo	99
Em ato no Rio de Janeiro, Bolsonaro afirma que não fugirá do país	100

Paulo e Renan conseguem novas adesões de prefeitos de ‘oposição’

15/03/2025 às 21:42

Edivaldo Júnior

O governador Paulo Dantas tem feito para os aliados, com certa frequência, a estimativa de quantos prefeitos o seu grupo terá apoio em 2026.

Na ponta do lápis, hoje, apenas 9 dos 92 prefeitos poderiam votar na oposição para o governo e o Senado no próximo ano. Com alguns deles, o governador ainda pretende “conversar” antes do começo de processo eleitoral. Outros, ele vai deixar que fiquem onde estão.

Um dos mais influentes interlocutores do grupo de Paulo Dantas avisa que “as adesões de prefeitos que foram eleitos por partidos de oposição estão ocorrendo em uma velocidade muito grande”. E a tendência é ampliar nas próximas semanas.

Em janeiro, o prefeito de Coruripe, Marcelo Beltrão deixou o PP e se filiou ao MDB. Na sequência os prefeitos de Maragogi e Rio Largo, Daniel Vasconcelos e Carlos Gonçalves, ambos do PP, assumiram compromissos com Paulo Dantas e Renan Calheiros para votar com o governador e o senador do governo em 2026.

Os prefeitos de Feliz Deserto e Jequiá da Praia, Jorge Nunes e Felipe Jatobá, ambos do PP também, já tinham assumido o mesmo compromisso, votar no senador Renan Calheiros e no candidato a governador do grupo, que deve ser o ministro Renan Filho.

“Nestes últimos dias tivemos a adesão dos prefeitos de Maragogi, de Olho d’Água Grande (Suzy Higino), Ouro Branco (Denyse Siqueira), do prefeito de Rio Largo e outros estão procurando o partido (MDB), que sempre ajudou independentemente de eleição”, aponta o interlocutor.

Hoje, segundo estimativas do grupo do governador 93 prefeitos de 102 vão votar no candidato a governador do grupo e no senador Renan Calheiros. Além disso, destaca o interlocutor, em mais de 80 cidades o grupo também tem a segunda força: “na imensa maioria das cidades, temos também o apoio da segunda força e estamos ampliando em todo o Estado”, aponta.

Presidente da Comissão de Orçamento confirma votação nesta semana e desmente nota sobre adiamento

Nota desmentida por Júlio Arcoverde e pelo gabinete de Davi Alcolumbre foi compartilhada em canais da Câmara dos Deputados e dizia que Orçamento seria votado apenas em abril

Por Gabriel de Sousa e Lavínia Kaucz (Broadcast)

15/03/2025 | 13h10

BRASÍLIA - O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), Júlio Arcoverde (PP-PI), confirmou ao Estadão que o Orçamento de 2025 deve ser votado entre a terça-feira, 18, e a quarta-feira, 19. O posicionamento de Arcoverde desmente um comunicado enviado pela assessoria da CMO em grupos de WhatsApp da Câmara na manhã deste sábado, 15, anunciando um suposto adiamento da votação para abril.

O presidente da CMO desmentiu a nota, dizendo que ela é um “absurdo”, e afirmou que o planejamento segue o mesmo definido na última terça-feira, 11. O relator, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), deve enviar o texto final para os congressistas ainda neste domingo, 16.

No grupo de WhatsApp em que a equipe da CMO se comunica com a imprensa, a nota foi enviada como se tivesse partido da assessoria da Presidência da Câmara, e afirma que o Orçamento seria adiado por conta de uma viagem do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do **presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)**, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao Japão. Segundo o comunicado, a nova data de votação seria na semana de 31 de março a 4 de abril.

“Não tem comunicado nenhum assinado por mim que fala de adiamento não. Agora mesmo eu estava falando com o (Ângelo) Coronel, o relator. A previsão é dele entregar (o texto) domingo à noite. Eu vou até atrás de saber quem está falando nessa nota aí. É um absurdo”, afirmou Arcoverde.

A equipe de Hugo Motta negou a autoria da nota, e a assessoria da Casa, em um grupo de jornalistas, disse que o comunicado não foi produzido pela equipe. “Todo e qualquer anúncio sobre as atividades da Presidência será confirmada pela assessoria”, disse um membro do gabinete do presidente da Casa.

A assessoria de **Alcolumbre**, por sua vez, afirmou ao Estadão que a nota é falsa.

Em nota, publicada na tarde de sábado, a CMO reforçou que o cronograma permanece inalterado. Na terça-feira, 18, ocorrem a reunião do colegiado de líderes e a reunião deliberativa da Comissão, com leitura do relatório e abertura para apresentação de destaques. Para a quarta, 19, está marcada a reunião deliberativa, com votação da Lei Orçamentária Anual.

O Congresso Nacional vem sendo alvo de críticas pela demora na votação. Normalmente, a lei orçamentária é votada em dezembro, mas, por causa de uma sequência de adiamentos, o País ainda segue sem as definições do Orçamento deste ano.

Leia em: <https://www.estadao.com.br/economia/presidente-da-comissao-de-orcamento-confirma-votacao-nesta-semana-e-desmente-nota-sobre-adiamento/>

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

15/03/2025

ONLINE

voltar ao topo 

POLÍTICA

Deputada indígena de direita que perdeu mandato por decisão do STF diz que é vítima de preconceito.

Silvia Waiãpi, conhecida como 'indígena do Bolsonaro', perdeu mandato após decisão do STF sobre sobras eleitorais

Por Gabriel de Sousa

14/03/2025 | 17h38

BRASÍLIA - A deputada federal Silvia Waiãpi (PL-AP), que perderá o mandato após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) nesta quinta-feira, 14, afirmou que é vítima de preconceito. Silvia é conhecida como a "indígena do Bolsonaro" e, junto a outros seis deputados, terá que deixar a Câmara dos Deputados.

"Essa decisão retira uma mulher do Norte, filha do Amapá, representante da Amazônia e indígena, que desde o início do mandato tem sofrido ataques e perseguições políticas. A discriminação contra parlamentares da nossa região não pode ser normalizada", afirmou Silvia, em nota.

A deputada federal é da etnia Waiãpi que está distribuída no Amapá, Pará e na Guiana Francesa. Ela era tenente do Exército e foi nomeada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para chefiar a Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai).

Silvia sugeriu ainda que a decisão mostra que o STF não quer uma "mulher indígena de direita" e que luta pela "igualdade sem vitimismos". "Eu defendo o Brasil e a sua soberania como nação. Isso não é comum, é assustador para muitos", completou.

Em junho do ano passado, Silvia ficou conhecida após ter o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) por utilização de verba pública de campanha eleitoral para procedimento de harmonização facial durante as eleições de 2022. Como a decisão do TRE-AP cabia recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ela não deixou a Câmara.

Além de Waiãpi, os deputados que perderam o mandato foram Augusto Puppio (MDB-AP), Gilvan Máximo (Republicanos-DF), Lázaro Botelho (PP-TO), Lebrão (União-RO), Professora Goreth (PDT-AP) e Sonize Barbosa (PL-AP).

O Estadão procurou os seis deputados que perderam o mandato junto com Silvia, mas não obteve retorno.

Cabe agora ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) refazer os cálculos para definir quem assume os mandatos. De acordo com cálculos feitos pela Rede, o PSB e os Podemos, os novos parlamentares serão Aline Gurgel (Republicanos-AP), André Abdon (PP-AP), Paulo Lemos (Psol-AP), Professora Marcivânia (PCdoB- AP), Rafael Bento (Podemos-RO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Tiago Dimas (Podemos-TO).

O Estado do Amapá, de Silvia, tem oito parlamentares e metade vai ser renovada por conta da decisão do STF. Os quatro novos deputados são aliados políticos do **presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)**.

Em fevereiro do ano passado, o STF decidiu que todos os candidatos e partidos podem concorrer às sobras eleitorais. Os ministros derrubaram cláusulas, aprovadas em 2021, que condicionaram a distribuição das sobras ao desempenho dos partidos e exigiam um percentual mínimo de votação nos candidatos. A maioria da Corte entendeu que os filtros violam os princípios pluralismo político e da soberania popular.

O que ocorreu nesta quinta foi que o tribunal entendeu que a decisão tem efeitos retroativos, ou seja, afeta quem foi eleito com base nos critérios anulados. Votaram nesse sentido os ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Kassio Nunes Marques, Flávio Dino, Dias Toffoli e Cristiano Zanin.

A maioria do Supremo considerou que a Corte não poderia cancelar os mandatos de parlamentares eleitos com base em uma regra considerada inconstitucional. Caso contrário, deputados que deveriam estar nos cargos seriam prejudicados.

Leia em: <https://www.estadao.com.br/politica/deputada-indigena-de-direita-que-perdeu-mandato-por-decisao-do-stf-diz-que-e-vitima-de-preconceito/>

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

15/03/2025

ONLINE

voltar ao topo 

POLÍTICA

Aliados de Bolsonaro resgatam criação de ‘senador vitalício’ e querem mudar foro de parlamentares.

Criação de ‘senador para a vida toda’ foi discutida em 2022, após a derrota de Bolsonaro na eleição presidencial de 2022

Por Gabriel de Sousa

14/03/2025 | 20h06

BRASÍLIA - Senadores do PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, resgataram a ideia de se criar o cargo de “senador vitalício” para ex-presidentes e querem tirar o foro de parlamentares do Supremo Tribunal Federal (STF). Em reunião de líderes nesta quinta-feira, 13, o tema que busca beneficiar Bolsonaro e aliados, além de pressionar a Corte, esteve entre os assuntos abordados.

No final da reunião desta quinta, o senador Marcos Rogério (PL-RO) disse que a criação do cargo vitalício de senador deveria ser analisada pela Casa. De acordo com lideranças que estavam presentes, o tema não foi discutido por ser lançado no encerramento do encontro.

Após a derrota de Bolsonaro para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição presidencial de 2022, aliados do então chefe do Executivo se movimentaram para apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que daria ao capitão reformado o cargo de senador vitalício. Se a mudança fosse aprovada, ele ficaria com foro privilegiado.

A ideia não foi para frente após o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) comunicar ao ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) que a proposta seria engavetada. Por isso, a PEC nunca chegou a ser protocolada.

Lideranças que estiveram na reunião desta quinta afirmaram que a mensagem passada pelos senadores do PL é de que a criação do cargo de “senador vitalício” ainda tem como objetivo beneficiar Bolsonaro.

O termo “vitalício” significa que o ocupante não possui mandato, exercendo a função até a sua morte ou uma eventual renúncia. A vitaliciedade dos senadores vigorou no País apenas

na época do Brasil Império (1822-1889). Em outros países, o cargo existe na Itália, Paraguai, Ruanda e Rússia.

A função se tornou conhecida internacionalmente quando o Chile criou o cargo para blindar o ditador Augusto Pinochet (1915-2006) de acusações de crimes contra a humanidade. O movimento não funcionou já que, mesmo sendo senador vitalício, ele ficou preso por quase dois anos na Inglaterra.

Ao contrário da proposta da criação do cargo de senador vitalício para ex-presidentes, a ideia de mudar os foros para parlamentares foi debatida durante a reunião, após também ser apresentada por Marcos Rogério. Segundo uma liderança, a proposta foi bem aceita pelo **presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)**, mas foi rechaçada pelo PT.

O Estadão procurou o presidente do Senado, mas não obteve retorno.

Os senadores debateram se os parlamentares deveriam ser julgados pelos tribunais regionais federais da região de cada congressista ou apenas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que, na palavra de uma liderança, é mais “isento” que o STF.

O termômetro das lideranças é que tanto a discussão sobre a criação do senador vitalício quanto a mudança do foro para parlamentares não devem ser levados para frente por agora. O foco do Senado é aprovar a mudança do código eleitoral, cuja votação deve ser realizada no final deste mês.

O texto propõe, entre outras coisas, a reserva de 20% de vagas nos Legislativos para mulheres em níveis municipal, estadual e federal, determina quarentena de quatro anos para classes como juízes e militares se candidatarem e fixa o prazo de inelegibilidade em oito anos a partir do dia 1º de janeiro seguinte ao dia da eleição.

Porém, a proposta também tem pontos polêmicos que fragilizam a fiscalização e as punições feitas pela Justiça Eleitoral a partidos e políticos que cometem irregularidades no uso das verbas públicas de campanha.

Outro ponto discutido na reunião de líderes foi a retomada das comissões mistas de medida provisória, que emitem parecer dos textos publicados pelo Executivo antes de serem votados pela Câmara e pelo Senado. Segundo o que ficou acordado pelos senadores, o colegiado - que atualmente está sendo feito apenas pelos deputados - vai voltar a ser organizado pelas duas Casas em breve.

Leia em: <https://www.estadao.com.br/politica/aliados-de-bolsonaro-resgatam-criacao-de-senador-vitalicio-e-querem-mudar-foro-de-parlamentares/>

O ESTADO DE S. PAULO ONLINE

15/03/2025

ONLINE

voltar ao topo 

POLÍTICA

PT pede cassação de Gustavo Gayer por fala sobre ‘trisal’; deputado afirma estar ‘tranquilo’.

Partido protocolou uma representação contra o parlamentar, classificando os comentários como uma manifestação ‘descontrolada e insana’ de ‘promover ataques’. Questionado, o deputado disse estar ‘tranquilo’ sobre o pedido

Por Adriana Victorino

14/03/2025 | 18h32

O PT acionou o Conselho de Ética da Câmara nesta sexta-feira, 14, para pedir a cassação do

5

SENADO
NA MÍDIA

deputado Gustavo Gayer (PL-GO) pelos comentários do parlamentar sobre a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT). O pedido precisa ser enviado pela Mesa Diretora da Casa ao colegiado.

Segundo a representação, Gayer usou as redes sociais de forma “descontrolada e insana” para “promover ataques diversos e ofensas desarrazoadas, temperadas com afirmações agressivas e jocosas”. Questionado sobre o pedido, o deputado disse estar “tranquilo” e que acha difícil a representação chegar ao conselho.

As publicações de Gayer, segundo o PT, expressam o “inequívoco fim de ofender a honra” de **Alcolumbre**, Lindbergh e Gleisi, “em total dissintonia com a conduta esperada de um parlamentar minimamente equilibrado e orientado em seus deveres funcionais”.

Na representação, o partido afirma que o deputado “reduz a condição e a magnitude” de Gleisi “como objeto de oferta pública em condição sexualizada” e enquadra Motta e **Alcolumbre** como “gangster”. Em uma das publicações, Gayer sugere que o presidente Lula ofereceu a ministra “como um cafetão oferece sua funcionária em uma negociação entre gangues”.

“Claramente não se vislumbra exercício de livre manifestação do pensamento, de postagens aleatórias simplesmente jocosas. As condutas aqui descritas se revestem de abomináveis agressões à honra de representantes dos Poderes do Estado Brasileiro, nas variadas instâncias representativas dos Poderes, além de uma vigorosa manifestação pejorativa e misógina para tentar desqualificar a identidade, a história política de luta e contribuição inquestionável de uma mulher valorosa e honrada”, afirma o partido.

O PT também deverá protocolar uma ação judicial contra Gayer. Segundo a assessoria de Lindbergh, líder da bancada do PT na Câmara, a ação criminal está em produção.

Ao Estadão, o deputado Gustavo Gayer afirmou que a representação tem como objetivo “tirar o Lula do foco e fingir que defendem a Gleisi”.

“Estou tranquilo, pois sei que isso não passa de uma tentativa de tirar o foco da abominável fala do Lula e do fato de o PT ter ficado em silêncio no dia que o presidente desrespeitou a ministra. Se isso realmente chegar ao conselho, o que acho difícil, eu vou apenas pedir para que me mostrem onde foi exatamente que eu ofendi ou ataquei a Gleisi. Repito, todas as minhas falas e comentários foram para criticar a declaração de Lula enquanto o próprio namorado dela a deixou ser desrespeitada covardemente” disse Gayer.

Alcolumbre pedirá cassação de Gayer

O presidente do Senado também afirmou que deverá ingressar com uma ação judicial contra o deputado Gustavo Gayer e pedirá sua cassação no Conselho de Ética da Câmara pelas declarações do parlamentar.

Alcolumbre confirmou que avalia “fortemente” uma representação contra Gayer e afirmou estar consultando advogados para formalizar a ação. “Estou avaliando com os advogados, analisando a representação sobre a fala do deputado federal em relação ao episódio que envolve um deputado federal, um senador da República e uma ministra de Estado”, afirmou. Questionado sobre a abertura de uma ação por parte de **Alcolumbre**, Gayer afirmou que “apenas questionou” se Lindbergh aceitaria as “falas repugnantes” do presidente Lula, e que “jamais quis ofender ou depreciar” o presidente do Senado.

Leia em: <https://www.estadao.com.br/politica/pt-pede-cassacao-gustavo-gayer-fala-trisal-deputado-afirma-estar-tranquilo-nprp/>

SERGIO ABRANCHES - Emendas camufladas

O Congresso aprovou regras para as emendas, que deveriam acompanhar o acordo de transparência plena com o Supremo Tribunal Federal. A negociação foi com o ministro-relator Flávio Dino, mas as regras tiveram aprovação da Suprema Corte. O projeto aprovado deixa, porém, uma porta aberta para emendas acobertadas pelo anonimato. Os líderes de bancada poderiam assinar solitários as emendas de comissão e de bancada camuflando os padrinhos reais.

Os parlamentares preferiram arriscar o bloqueio de emendas dadas como inconstitucionais. Não se importam de serem vistos pela opinião pública como articuladores da distribuição escusa de dinheiro público. Eles se recusam a garantir a transparência, a rastreabilidade das emendas e a verificação da correta alocação das verbas. A preferência por emendas camufladas põe em suspeição todas elas, inclusive aquelas com finalidade relevante para a população. Maioria expressiva votou na imprecisa redação de dispositivos do projeto de lei garantindo a discricionariedade e a camuflagem: 361 deputados, de todos os partidos, menos o PSol e 64 senadores, com exceção do Novo.

A impossibilidade de identificar os padrinhos das emendas e a real finalidade de sua destinação têm efeitos fiscais e legais. Eleva o risco de desperdício de verba pública, aumenta a desigualdade entre municípios, afastando os que têm deputados dos que não têm, torna inadequada a fiscalização e responsabilização dos reais alocadores dos recursos. Gera efeitos políticos internos, a delegação aos líderes aumenta ainda mais seu poder. Na Câmara, o Regimento Interno dá ao colégio de líderes atribuições decisórias formais.

A voragem dos congressistas pelo controle anônimo e sem transparência de uma fatia relevante do Orçamento tira poder do Executivo e transfere parte dele para o Congresso. Dificulta muito a condução das políticas públicas. Dado que podem prescindir do governo, exceto pelos cargos no Executivo, não se interessam em formar uma coalizão de governo minimamente alinhada com as políticas do Executivo. Os ministros indicados pelos partidos que entram na coalizão para terem acesso às verbas orçamentárias e influência nas políticas públicas setoriais ligadas ao cargo não têm a adesão dos parlamentares de seus partidos para votar com o governo. Toda a estrutura de incentivos e desincentivos para formar coalizões de governo e apoiar os programas centrais do Executivo, elemento essencial do presidencialismo de coalizão, foi subvertida pela transferência da prerrogativa de alocar grande fatia do orçamento do Executivo para o Legislativo.

A redução do poder de barganha do presidente se agravou no terceiro governo Lula porque, mesmo com a queda da inflação e do desemprego e com o aumento da renda das pessoas assalariadas, o patamar dos preços permaneceu muito elevado, principalmente de uma cesta ampliada de bens e serviços básicos mais consumidos. A grande maioria dos brasileiros vive com orçamento apertado, quase todo ocupado pelas despesas com educação, medicamentos, também muito caros, alimentação e outros itens da cesta básica ampliada. Além do mais, o grau de endividamento das famílias é alto e os juros estão subindo, cresce a inadimplência. Tudo leva ao sentimento de desconforto econômico da população.

O descompasso entre renda e necessidades das famílias bate direto na popularidade presidencial. A proporção de mulheres chefes de família na população aumentou muito,

para 49% no censo de 2022. Na estrutura social brasileira patriarcal as mulheres, mesmo sem chefiar o domicílio, são responsáveis pelo orçamento doméstico e muito sensíveis aos preços altos. As piadas e frases machistas de Lula irritam o público feminino. Esses fatores explicam a forte queda da popularidade de Lula. As mulheres formaram o maior contingente de eleitores do presidente e elas o estão abandonando. Segundo a mais recente pesquisa, a IPSOS/IPEC, a aprovação de Lula caiu de 47%, em dezembro de 24, para 40%, em março de 25. A desaprovação em março foi de 55%. A desaprovação entre as mulheres subiu de 43% para 52%. Confirmam os achados da pesquisa Quaest de janeiro.

A queda de popularidade leva os parlamentares a se afastarem mais do presidente ao verificar que suas bases estão descontentes com o governo. Fica mais difícil ainda conseguir sintonia com o Congresso.

(...)

Leia mais: <https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7105/17-03-2025.html?all=1>

CORREIO BRAZILIENSE

17/03/2025

7

voltar ao topo 

ECONOMIA

BC deve manter ciclo de alta de juros

Apesar da desaceleração no fim de 2024, analistas reconhecem que riscos fiscais ainda não deixarão a Selic começar a cair

ROSANA HESSEL

O Banco Central realiza o primeiro dia da segunda reunião do ano do Comitê de Política Monetária (Copom), amanhã, em meio a um cenário de mais incertezas no quadro fiscal e na mesma data que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve enviar a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil ao Congresso Nacional. O consenso entre analistas ouvidos pelo Correio é de que o colegiado manterá a sinalização da última reunião de que aumentará a taxa básica da economia (Selic), completando as três aumentos de 100 pontos-base desde dezembro. E as atenções estarão voltadas para o comunicado do BC que deverá sinalizar novas altas diante da piora das perspectivas para a inflação e das medidas do governo para driblar a queda da popularidade.

Assim, a Selic subirá de 13,25% para 14,25% ao ano — maior patamar desde outubro de 2016, quando os juros básicos permaneceram por 10 reuniões nesse patamar desde 30 de julho de 2015 —, apesar dos sinais de desaceleração da atividade econômica no quarto trimestre de 2024, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,2% em relação ao trimestre anterior — abaixo do esperado pelo mercado, como reflexo da perda do poder aquisitivo da população com a inflação cada vez mais resistente.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou aceleração no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em fevereiro, que passou de 0,2%, em janeiro, para 1,31%, impulsionado, principalmente, pela carestia dos alimentos. No acumulado em 12 meses, o indicador supera 5%, e analistas preveem o descumprimento da meta já no primeiro ano da gestão do economista Gabriel Galípolo no comando do Banco Central.

O ano de 2025 marca, ainda, a entrada em vigor do sistema de meta de inflação contínua e fim da regra do ano-calendário. Logo, se o IPCA ficar acima do teto de 4,50% por seis meses consecutivos, será caracterizado o descumprimento da meta de inflação o BC terá que

8

**SENADO**
NA MÍDIA

endereçar a carta explicativa ao Conselho Monetário Nacional (CMN). E isso está certo ao ver do economista Alexandre Maluf, da XP Investimentos. "Pelo nosso cenário-base, em nenhum momento de 2025 a inflação acumulada ficará abaixo de 4,50%", conta. Segundo ele, as recentes medidas de estímulo do governo "contaminam a inflação de diversas formas" e ainda há os riscos fiscal e de câmbio associados ao radar, pois o dólar, apesar da queda recente deve encerrar este ano perto de R\$ 6, o que também vai implicar em alta de preços. Em linha com o consenso, a XP prevê a Selic subindo para 14,25% ao ano, nesta semana, chegando a 15,50% anuais em dezembro. As projeções do mercado indicam juros acima de 10% até 2028.

Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, não espera surpresa na decisão do BC brasileiro em mais uma superquarta — porque coincide com mais uma reunião Fomc, comitê de política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) —, devido ao forward guidance (sinalização futura) do Copom. "O BC comprometeu-se com a alta de mais um ponto percentual e não tem motivo para mudar essa estratégia. O que vai ser importante nesta reunião é o comunicado, porque ele deve sinalizar os próximos passos."

Na avaliação de Padovani, a atividade econômica ainda está aquecida porque a inflação continua acelerando nos núcleos e em serviços, deixando o risco inflacionário elevado, sem convergência para o centro da meta (de 3%). Além disso, ele demonstra preocupação com a estratégia do governo de aplicar mais estímulos ao consumo e fiscais. "Isso acaba pressionando a inflação e colocando dificuldades adicionais para o trabalho do Banco Central", destaca. "Por isso, o Copom vai deixar as portas abertas para novas altas na Selic. Ele vai sinalizar que há espaço para altas adicionais e, por isso, o comunicado vai ser mais importante do que a decisão", emenda. Pelas estimativas de Padovani, a Selic vai subir mais 50 pontos-base, no Copom de maio, e 0,25 pontos-base, no de junho, chegando a 15% ao ano, patamar que será mantido até dezembro.

O economista-chefe da MB Associados é categórico ao comentar sobre a decisão do Copom. "O IPCA forte reflete a composição do custo da energia que tinha caído em janeiro por conta do bônus de Itaipu, de maneira que, no acumulado a inflação se mantém elevada, em torno de 5% e não vai sair disso nos próximos meses e vai dar trabalho para o Banco Central", afirma. Para ele, a economia está desacelerando, mas "de uma forma incipiente". "Vemos alguns dados que indicam desaceleração, como serviços, produção industrial, mas o agronegócio está muito forte e vai trazer um PIB maior neste primeiro trimestre, e o mercado de trabalho veio forte em janeiro. Enfim, temos um cenário de desaceleração em ritmo não suficiente para o BC mudar a trajetória de aumento dos juros", frisa Vale, que prevê a Selic chegar a 15,50% ao ano no fim deste ciclo de aperto monetário do BC, iniciado em setembro de 2024.

Medidas controversas

As recentes medidas populistas de Lula colocaram o BC no olho do furacão, pois buscam estimular o consumo e aumentar os gastos públicos enquanto o Copom tenta conter a alta do custo de vida. É o caso dessa isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, que aumenta a desconfiança do mercado em relação ao compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas e tende a comprometer os efeitos da política monetária mais à frente. O custo desse benefício fiscal vai custar caro aos cofres públicos, até R\$ 50 bilhões por ano, de acordo com algumas estimativas.

Outra medida recente, a que cria um programa de crédito consignado para trabalhadores do setor privado, tem potencial de alavancar R\$ 80 bilhões em crédito, pelos cálculos do Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe da G5 Partners. Ele alerta para os riscos dessa

iniciativa, que tende a estimular a atividade econômica via aumento do consumo em um momento em que é preciso conter as pressões inflacionárias. "A inflação só cai quando a economia arrefece. O resto é paliativo. Essa medida é boa, melhora a qualidade do crédito no Brasil, mas foi uma boa ideia em um momento ruim. Se esse crédito consignado realmente tiver impacto na atividade, o Banco Central vai ter que fazer alguma coisa", afirma. Leal também não vê motivos para o Copom intensificar a alta dos juros e se alinha ao consenso. "O mercado está precificando alta de 1,0 ponto percentual. O único resultado econômico concreto até agora foi uma desaceleração mais forte do que o esperado no 4º trimestre de 2024. Logo, o BC não tem motivo para fazer marola", frisa. Ele ainda lembra que, em palestra recente, o diretor de Política Econômica do BC, Diogo Guilhen, disse que "houve sinais incipientes de moderação no crescimento da economia no fim de 2024, mas os próprios dados da atividade de 2025 têm sido mistos e não nos permitem concluir que haja uma tendência clara de desaceleração".

Riscos no radar

Alexandre Maluf, da XP, destaca que, apesar do saldo positivo de R\$ 104,1 bilhões nas contas do setor público consolidado em janeiro, conforme dados do BC, esse superavit é pontual e não é sustentável por conta da trajetória ascendente da dívida pública bruta — um dos principais termômetros da crise fiscal que continuará subindo até alcançar 87,1% do PIB em 2026 por conta dos rombos fiscais. "Isso representa um aumento de 12,9 pontos percentuais sobre a taxa de 71,7% de 2022. Essa trajetória é um fator de risco importante, e, por isso, é preciso um ajuste estrutural", explica.

As contas públicas seguem no vermelho desde 2014, com exceção de 2022, quando a pedalada dos precatórios — dívidas judiciais da União, e as projeções do mercado indicam saldos negativos até 2028 (ver quadro). "E temos no radar muitas medidas expansionistas do governo, algumas benignas, mas com efeito colateral sobre a inflação e piora fiscal, o que o BC precisará ficar atento para não colocar em risco a sua independência (da ala política do governo)", acrescenta Maluf.

Eduardo Velho, economista-chefe da Equatorial Investimentos, também não vê a inflação arrefecendo, especialmente porque considera que o câmbio seguirá valorizado, com o dólar voltando a subir diante do aumento das preocupações da piora contratada do cenário fiscal. Para ele, o novo piso da divisa norte-americana é R\$ 5,70, e ela deverá voltar a subir por conta dos efeitos das medidas expansionistas do governo, em grande parte. "Deve acontecer novamente um estresse fiscal, porque não haverá medidas compensatórias para as despesas adicionais que estão sendo criadas pelo governo. Logo, teremos um cenário desafiador pela frente, e o Banco Central vai ter que voltar a queimar reservas com leilões de linha para segurar o dólar", alerta.

O economista e consultor André Perfeito, por sua vez, avalia que, apesar da nova safra recorde, o PIB deverá encolher no primeiro trimestre deste ano devido ao efeito da alta acumulada dos juros. E, em relação às medidas de estímulo do governo, vê mais fumaça do que impacto efetivo, como no crédito consignado. "O mercado olha como se fosse o fim do mundo fiscal. Mas vai demorar para alguém tomar esses empréstimos, porque o endividamento das famílias está muito elevado", diz Perfeito.

CMO confirma cronograma para votação do Orçamento.

ROSANA HESSEL

Depois de uma confusão nos grupos de WhatsApp do Congresso Nacional sobre adiamento da votação do Orçamento de 2025, que deveria ter ocorrido no ano passado, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) confirmou o cronograma para esta semana.

Um comunicado atribuído à presidência da Câmara dos Deputados, divulgado no grupo da CMO, informava que a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), previsto para este mês, seria adiada para abril por conta da viagem internacional dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos- PB), e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Assim, a nova previsão de votação do Ploa na CMO, agendada para os dias 18 e 19 deste mês, foi remarcada para 31 de março a 4 de abril.

A assessoria do relator-geral do Orçamento, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), negou o adiamento e confirmou o cronograma anterior com a previsão da entrega do relatório entre segunda-feira e terça-feira. E, na sequência, a assessoria da CMO informou que o cronograma anterior permanece inalterado, conforme acordado na reunião do colegiado de líderes com o relator. Com isso, na terça-feira, está prevista a reunião do colegiado de líderes e a leitura do relatório do Ploa em sessão deliberativa da CMO, que permitirá, ainda, a apresentação de destaques ao texto. No dia seguinte, está programada a votação do Ploa. Motta e Alcolumbre integram a comitiva que acompanhará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita oficial ao Japão, entre os dias 24 e 27 deste mês e o retorno do presidente da Câmara está previsto para 30 de março. Um dos principais acordos previstos para ser assinados entre Brasil e Japão é o de abertura do mercado do país asiático para a carne brasileira.

Leia em: <https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/7095/16-03-2025.html>

ENTREVISTA - Rubens Pierrotti Jr

Dívida com o passado

Coronel da reserva defende que o Brasil nunca puniu devidamente os envolvidos na ditadura e avalia que é necessária uma reformulação do conteúdo dos cursos de formação das escolas militares para “mudar a mentalidade” dos cadetes

VICTOR CORREIA

O retorno à democracia no Brasil completou 40 anos no sábado, após o fim da ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Para o coronel da reserva e autor do livro Diários da Caserna, Rubens Pierrotti Jr, porém, a transição democrática ainda está incompleta.

Em entrevista ao Correio, Pierrotti destaca que o Brasil nunca puniu devidamente os

militares envolvidos no regime, marcado por repressão, perseguição a opositores e assassinatos. Em sua visão, essa leniência abriu caminho para uma nova tentativa de golpe de Estado, com ampla participação de militares e do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi investigada pela Polícia Federal (PF) e será julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro exemplo de iniciativas antidemocráticas preocupantes é o almoço oferecido pelo Clube Militar da Lagoa, no Rio de Janeiro, com ingressos a R\$ 100, para comemorar o golpe de 64, em 31 de março, na avaliação de Pierrotti Jr.

O coronel da reserva afirma ainda que, se não houver punição aos envolvidos, o país continuará sujeito a outras ações antidemocráticas no futuro. Alerta, porém, que é preciso também agir para mudar a mentalidade e o ensino dentro das Academias Militares, e estabelecer uma relação mais firme da sociedade civil e do próprio governo federal para inibir tentativas de tomada do poder por grupos de militares.

Rubens Pierrotti Jr. ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Espcex) aos 15 anos, e fez carreira na Força por mais de 30 anos, ocupando o comando 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista. Leia abaixo a entrevista com o autor:

O que difere o tratamento dado pelo Brasil após a ditadura militar em relação a outros países da América Latina, como Chile e Argentina?

A maior diferença foi a impunidade que ocorreu por aqui. Durante a “abertura lenta, gradual e segura” para a redemocratização do Brasil, os militares fizeram aprovar a Lei da Anistia. Em tese, essa lei estaria beneficiando a todos, tanto as pessoas acusadas de crimes políticos contra o Estado brasileiro, quanto os agentes da repressão. Na prática, os únicos beneficiados foram os militares, se considerarmos que não lhes foram impostas quaisquer punições pelos crimes que cometeram, ao passo que aqueles que lutaram contra a ditadura sofreram perseguições, prisões, torturas, exílio etc.

Como os militares envolvidos foram beneficiados?

Além de se livrarem das sanções, muitos militares, pasmem, ainda foram recompensados pelos crimes que cometeram. O (Carlos Brilhante) Ustra (condenado em 2008 por tortura durante o regime militar) foi um deles, promovido, pelo Exército Brasileiro, quatro postos acima, de coronel diretamente a marechal, pela atuação durante a ditadura militar. A pensão de marechal do Ustra continua a ser paga a suas duas filhas. Isso precisa ser revisto.

Essa falta de punição e memória sobre a ditadura contribuiu para a tentativa de golpe de Estado investigada pela Polícia Federal, que envolve os ataques de 8 de janeiro?

Sem dúvida. A prova disso é que os envolvidos agora pedem o quê? Anistia. É mais uma comprovação de que a Lei da Anistia de 1979 foi um erro. Não podemos repeti-lo. Mas não só isso. Se observarmos a história, os militares cultuam essa perniciosa tradição golpista há muito tempo. Nossa República nasceu de um golpe. Então, além da falta de memória, punição e reparação sobre a ditadura, precisamos entender esse movimento dentro de uma perspectiva mais ampla, histórica, e também onde isso tudo é gestado.

E onde as ideias são gestadas?

Os militares são contaminados por essa mentalidade golpista ainda nos bancos escolares, durante a formação militar. É um tema espinhoso, já escrevi a respeito sobre a “forma(ta)ção militar” e a necessidade urgente de reformular os currículos das escolas militares. A mentalidade golpista combinada com a falta de memória, punição e reparação são ingredientes explosivos.

Há risco de novos atentados contra a democracia no futuro se os envolvidos na tentativa não forem punidos?

Continuaremos, sim, sob risco latente de novas tentativas de golpe e ações contra a democracia brasileira. Acredito que a PF, a PGR (Procuradoria-Geral da República) e o STF têm andado bem até agora no sentido de dar uma resposta adequada e proporcional à gravidade dos atos golpistas. Insisto, contudo, em um ponto: além de punir os golpistas, é preciso cuidar do “ovo da serpente”.

Onde essa mudança precisa acontecer?

Imagine que, enquanto o Brasil pune os golpistas, cadetes (futuros oficiais) “aprendem” na Academia Militar que os criminosos são heróis, mártires do revanchismo da esquerda. Estudei nessas escolas e sei bem como os cadetes são doutrinados. Não será um trabalho fácil reformular os currículos militares. Primeiro, porque os militares vão chiar, como de praxe, mal-acostumados com governantes lenientes. Segundo, por uma questão prática: como mudar a mentalidade dos filhos dos militares, muitos deles que optam pela carreira das armas, depois de eles mesmos já serem contaminados por visões equivocadas no seio familiar?

Vimos, recentemente, o Clube Militar do Rio de Janeiro anunciar um almoço em 31 de março para comemorar o golpe de 1964. O que ainda permite que ações assim ocorram?

Somos nós, brasileiros. No mês passado, motivado pelo premiadíssimo filme Ainda estou aqui, o Levante Popular da Juventude fez um protesto em frente ao edifício onde mora o general José Antônio Nogueira Belham, ex-comandante do Doi-Codi (Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna, principal órgão de repressão da ditadura). O militar é acusado pelo Ministério Público Federal pelo assassinato e desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva. Palmas para esses jovens! Ações como essas deveriam ser mais comuns.

E como você vê essa iniciativa do Clube Militar?

Esse almoço no Clube Militar da Lagoa é um deboche contra os brasileiros, de militares que se acham acima da lei, um escárnio contra Rubens Paiva, contra Fernando Santa Cruz, contra Stuart Angel e tantas outras vítimas da ditadura. Alô, Levante Popular da Juventude, estão sabendo do almoço? Que tal darem uma passadinha por lá? Deixo também um alerta: esse almoço não é coisa somente dos delírios do “pessoal de pijama” (oficiais da reserva ou reformados). Muitos militares da ativa frequentam o Clube, têm contato e são influenciados por antigos colegas e comandantes.

O senhor faz a distinção entre “oportunistas” e “golpistas” nessa tentativa que será julgada pelo STF. Na sua visão, por que o golpe não ocorreu? A PF avalia que foi porque comandantes das Forças não embarcaram no plano.

A “Intentona Bolsonaroista” não obteve êxito por algumas razões. Cito a própria inépcia dos golpistas; falta de apoio externo (em especial, dos EUA) e interno (como da imprensa); a resposta oportuna e adequada do governo federal, principalmente em não decretar GLO (operação de garantia da lei e da ordem), deixando de colocar na rua uma tropa não confiável, porquanto conivente com os acampamentos golpistas. Respondendo à sua pergunta mais diretamente: não houve falta de oportunistas (a imensa maioria), mas, sim, de golpistas ativos. “Não embarcar no plano” quer dizer que o comandante do Exército e o

Alto Comando do Exército decidiram não apoiar as ações diretamente, mas isso não significa que não estivessem na torcida.

Como assim?

Eu comparo com o (general Humberto) Castello Branco, que não se envolveu diretamente no golpe de 1964, mas se tornou o primeiro presidente da ditadura militar, um claro exemplo de oportunista, de um golpista passivo. Nos tempos atuais, o general (Hamilton) Mourão, por exemplo, eleito senador, por que se envolveria diretamente na tentativa de golpe? Preferiu ficar na torcida. Se desse certo, ótimo para ele. Faria parte do governo golpista. Se não desse, como não deu, ele garantiria o cargo de senador para proferir declarações estapafúrdias e defender a anistia para os colegas de farda.

O presidente Lula assumiu o Planalto em meio a uma relação tensa com os militares e escalou o ministro da Defesa, José Múcio, para acalmar os ânimos. Há precedentes desse tipo de tratamento?

Essa relação delicada com os militares não é exclusividade do governo Lula. O Ministério da Defesa foi criado em 1999 durante o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso). A questão é que os militares nunca engoliram bem essa mudança de status, a perda de poder pelo rebaixamento dos ministros a comandantes de cada Força. Por isso, para não ferir suscetibilidades, ao longo dos anos, a nomeação do ministro da Defesa tem sido “negociada” com os militares. Isso, por si só, já desvirtua o cargo, subverte a essência. A ministra Maria Elizabeth Rocha, que acabou de assumir, como primeira mulher, a presidência do Superior Tribunal Militar (STM), declarou que o poder civil é que tem de nortear o poder militar; e não o contrário. No Brasil, às vezes, temos de falar o óbvio. Mas como se o ministro da Defesa, sistematicamente, tem cumprido um papel de títere dos militares?

Essa relação branda é adequada no contexto com tantos militares investigados na tentativa golpista?

O Múcio chegou a defender os acampamentos que pediam golpe, como manifestações democráticas, e passa pano o tempo todo para os militares. Enfim, na minha opinião, o Múcio já deveria estar fora há muito tempo do cargo, que não vem honrando. O presidente Lula é um hábil negociador, mas isso não pode adentrar pela leniência. Essa relação branda adotada pelo presidente Lula e por governos anteriores não é acertada e só atrasa a longa transição da ditadura para a democracia que já dura 40 anos, e não se completa.

CORREIO BRAZILIENSE

15/03/2025

5

voltar ao topo 

POLÍTICA

Reações a ataques de misoginia.

Ministras Cida Gonçalves e Marina Silva repudiam ofensivas contra a primeira-dama Janja e a titular da SRI, Gleisi Hoffmann

MAYARA SOUTO

As ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e das Mulheres, Cida Gonçalves, repudiaram os ataques misóginos sofridos pela primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e pela ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Janja restringiu sua conta do Instagram após receber uma série de comentários misóginos.

Já Gleisi foi alvo do deputado Gustavo Gayer (PL-GO), que sugeria um "trisal" entre a ministra; o **presidente do Congresso, Davi Alcolumbre** (União-AP), e o líder do PT Lindbergh Farias (PT-RJ), namorado de Gleisi.

"Ontem (quinta-feira) foi um dia vergonhoso e de retrocessos. Após ataques misóginos, e que, como ela mesma apontou, atacam sua integridade, Janja tornou sua conta no Instagram privada. Não é admissível que a internet seja um espaço sem regulamentação, livre para discurso de ódio. E as mulheres são umas das principais vítimas", postou Cida Gonçalves.

Ela seguiu: "Enquanto isso, a nova ministra Gleisi foi atacada de maneira repulsiva e covarde pelo deputado Gustavo Gayer. É gravíssimo que um parlamentar tenha tal sentimento de impunidade ao cometer tamanha violência política contra as mulheres. Tudo isso no mês das mulheres. Minha solidariedade às minhas duas parceiras, mulheres de força e que não se intimidam".

Também por meio das redes sociais, Marina Silva afirmou que os comentários de ódio no perfil de Janja são uma "retaliação" pela indicação de Gleisi para a SRI.

"Minha total solidariedade à Janja, que tem sido alvo de uma campanha de perseguição coordenada, que já se anunciava antes, mas se intensificou ainda mais pelo machismo estrutural, pelo desrespeito e pela misoginia escancarada de opositores — incluindo parlamentares", postou. "Uma campanha talvez aprofundada como retaliação à nomeação da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann."

Segundo Marina, "é inadmissível que as pessoas usem as redes sociais não para o exercício democrático da crítica, o que seria legítimo, mas para exibir seu machismo e misoginia sem nenhum filtro ético, de bom senso ou respeito à dignidade das pessoas". "Não satisfeitas, vão além: caluniam, difamam e ameaçam a primeira-dama do país."

Marina enfatizou que as mulheres do governo não se calarão frente aos ataques. "Tenho certeza de que isso não calará Janja, Gleisi e muitas outras mulheres que têm peso, força e voz no governo do presidente Lula. Seguimos juntas, porque ocupar espaços de poder não é concessão, é direito que a duras penas vem sendo conquistado", declarou.

Fala de Lula

Gayer fez os comentários sexistas depois que o presidente Lula disse, em uma cerimônia, que escolheu Gleisi por ser uma "mulher bonita". "Acho muito importante trazer aqui o presidente da Câmara (Hugo Motta) e do Senado, porque uma coisa eu quero mudar, estabelecer a relação com vocês, por isso eu coloquei essa mulher bonita para ser ministra das Relações Institucionais", afirmou o chefe do Executivo, na ocasião.

Nas redes sociais, Gayer escreveu: "Me veio a imagem da Gleisi, Lindbergh Farias e o **Davi Alcolumbre** fazendo um trisal. Que pesadelo!". Em outra postagem, questionou: "E aí Lindbergh Farias, vai mesmo aceitar o seu chefe oferecer sua esposa para o Hugo Motta e **Alcolumbre** como um cafetão oferece uma GP (garota de programa)? Sua esposa sendo humilhada pelo seu chefe e você vai ficar calado?".

Leia em: <https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/7094/15-03-2025.html>

CORREIO BRAZILIENSE

15/03/2025

5

voltar ao topo 

POLÍTICA

Pedido de cassação de Gayer.

15

SENADO
NA MÍDIA

O PT acionou o Conselho de Ética da Câmara, ontem, para pedir a cassação do deputado Gustavo Gayer (PL-GO) pelos comentários sobre a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. O pedido precisa ser enviado pela Mesa Diretora da Casa ao colegiado. Segundo a representação, Gayer usou as redes sociais de forma “descontrolada e insana” para “promover ataques diversos e ofensas desarrazoadas, temperadas com afirmações agressivas e jocosas”.

Gayer publicou uma insinuação de que o **presidente do Senado, Davi Alcolumbre** (União Brasil-AP), formaria um “trisal” com Gleisi e seu marido, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), namorado da petista. Para a sigla, Gayer tentou “deturpar propositadamente uma fala política” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O petista afirmou, na quarta-feira, que colocou uma “mulher bonita” na articulação política porque quer ter uma boa relação com **Alcolumbre** e com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

As publicações de Gayer, segundo o PT, expressam o “inequívoco fim de ofender a honra” de **Alcolumbre**, Lindbergh e Gleisi, “em total dissintonia com a conduta esperada de um parlamentar minimamente equilibrado e orientado em seus deveres funcionais”.

Na representação, o partido afirma que o deputado “reduz a condição e a magnitude” de Gleisi “como objeto de oferta pública em condição sexualizada” e enquadra Motta e **Alcolumbre** como “gangsteres”.

Em uma das publicações, Gayer sugere que Lula ofereceu a ministra “como um cafetão oferece sua funcionária em uma negociação entre gangues”.

O PT também deverá protocolar uma ação judicial contra Gayer. Segundo a assessoria de Lindbergh, líder da bancada do PT na Câmara, a ação criminal está em produção.

Gayer, por sua vez, afirmou que a representação tem como objetivo “tirar o Lula do foco e fingir que defendem a Gleisi”.

“Estou tranquilo, pois sei que isso não passa de uma tentativa de tirar o foco da abominável fala do Lula e do fato de o PT terem ficado em silêncio no dia que o presidente desrespeitou a ministra. Se isso realmente chegar ao conselho, o que acho difícil, eu vou apenas pedir para que me mostrem onde foi exatamente que eu ofendi ou ataquei a Gleisi”, ressaltou. “Repito, todas as minhas falas e comentários foram para criticar a declaração de Lula, enquanto o próprio namorado dela a deixou ser desrespeitada covardemente.”

Alcolumbre também afirmou que deve ingressar com uma ação judicial contra Gayer e pedirá a cassação dele no Conselho de Ética da Câmara.

Questionado sobre a abertura de uma ação por parte de **Alcolumbre**, Gayer afirmou que “apenas questionou” se Lindbergh aceitaria as “falas repugnantes” de Lula, e que “jamais quis ofender ou depreciar” o senador.

Leia em: <https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7094/15-03-2025.html>

CORREIO BRAZILIENSE

17/03/2025

2

voltar ao topo 

POLÍTICA

O general da transição

General Léonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército à época, é visto como o personagem que sinalizou a saída, pela Constituição em vigor, para a indecisão sobre quem assumiria o governo no lugar de Tancredo Neves

FABIO GRECCHI

O general Leônidas Pires Gonçalves é apontado por aqueles que estavam no Hospital de Base, na antessala da internação de Tancredo Neves, como o homem que mostrou o caminho a seguir sobre quem assumiria o comando do país com a impossibilidade do presidente eleito. Testemunhas oculares, em depoimento a historiadores, garantem que partiu dele a afirmação de que, pela Constituição, a interinidade do governo deveria ser passada ao vice-presidente José Sarney, e não ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. O ministro João Leitão de Abreu e os juristas Affonso Arinos, Paulo Brossard e Miguel Reale reforçaram o que o militar dissera.

Gaúcho de Cruz Alta, estava à frente do III Exército (RS) quando recebeu o convite para assumir o ministério. Conforme frisa o jornalista Elio Gaspari, em *A Ditadura acabada*, Leônidas compunha — com Francisco Dornelles, na Fazenda; José Hugo Castello Branco, no Gabinete Civil; e Fernando Lyra, na Justiça — o eixo que “realmente contava” dos três que Tancredo estabeleceu para o governo. Nesse “primeiro time”, prestigiava-se os militares (e mantinha-se com eles o canal aberto) via Leônidas; escalava-se dois homens de total confiança (Dornelles e José Hugo) para postos-chave; e trazia-se para o centro das decisões os autênticos do MDB — por meio de Lyra.

O susto

Isso tudo esteve a ponto de ruir com a internação de Tancredo. Em depoimento ao programa *Memória Política*, da TV Câmara, Leônidas relata o episódio sobre a dúvida a respeito de quem tomaria posse em 15 de março de 1985. “(A posse de Sarney) tem muitos pais, mas me considero o mais legítimo deles. Porque, se fizerem um exame de DNA, verão que é o meu. Considero-me dono daquele episódio”, salientou, na entrevista de 2001.

É o general quem relata: “Tinha sido convidado para ministro e estava havendo um jantar, para mim, na Academia de Tênis. Quando toca o telefone, era o general Ivan (de Souza Mendes, escolhido por Tancredo para chefiar o Serviço Nacional de Informação/SNI). (...) Quando começou a falar, perguntei: ‘O que está acontecendo? Tua voz está horrorosa’. ‘Leônidas, o presidente está no hospital e não tem condições de assumir amanhã’. (...) Peguei o carro e me mandei para lá (...). Cheguei a uma sala onde estava um grupo de homens reunidos — o Ulysses Guimarães, o (presidente do Senado, José) Fragelli, o Sarney (...). Quando cheguei ao centro, me dei conta de qual era a discussão: quem iria assumir. (...) Disse assim: ‘Mas, qual é a dúvida? Os artigos 76 e 77 da Constituição de 1969 são bem claros: quem assume é o Sarney.’ E foi o que se decidiu. Dizem que foi o (ministro do Gabinete Civil, João) Leitão (de Abreu), que foi não sei quem... Coisa nenhuma. Ninguém discutiu. Imediatamente, foi tomada a decisão. Esse episódio (...) é ratificado pelo Ulysses”.

Leônidas, porém, dá a entender que pairava, ainda assim, a dúvida sobre ser Sarney o interino. Segundo o general, formaram-se três grupos de pessoas que tomaram destinos diferentes. O dele seguiu para a residência de Leitão de Abreu, na Granja do Ipê.

“Quando ia entrando no automóvel, chegou um senhor que, docemente, me perguntou: ‘Poderia ir com o senhor, general?’ Estávamos indo para a casa do ministro Leitão, o presidente do Senado, que era o Fragelli; Ulysses, que era o presidente da Câmara; e eu. Olhei para os dois e não disseram nada. ‘Pode sim.’ Ele disse: ‘Sou o senador Fernando Henrique Cardoso.’ Fomos juntos. Quando chegamos lá, disse a ele qual era a finalidade daquela missão”, lembra.

O general acrescenta: “Cheguei lá e disse: ‘Dr. Leitão, viemos para avisar que amanhã... etc. etc.’. Ele estava cansado de saber, porque era um grande constitucionalista. Mas o (presidente) João Figueiredo não queria passar o poder para o Sarney. Disse a ele: ‘O senhor tem a Constituição aí?’ (...) ‘Tenho.’ Ele estava cansado de saber. Subiu. (...) Eram três degraus

entre a biblioteca e o lugar onde estávamos. Veio com o livro aberto e disse: ‘Estes artigos 76 e 77 são bem claros.’ E acabou o problema”.

FHC, porém, relata diferentemente a conversa na casa de Leitão de Abreu. “Houve aquela discussão: ‘É o senhor quem o substitui (o Tancredo), dr. Ulysses’, disse o Leitão. ‘Eu não. É o Sarney.’ Resolvemos ler a Constituição juntos. Ulysses, Leitão e Fragelli podiam opinar. O general Leônidas e eu, não: nem advogados somos. O general foi claro: ‘Vocês (dirigindo-se aos três) decidem.’ A decisão foi que seria o Sarney mesmo quem, pela Constituição, deveria tomar posse. Ainda houve uma pergunta sobre se Figueiredo passaria a faixa, mas Leitão foi claro: ‘Presidente só passa a faixa para outro presidente’”, disse FHC ao jornalista Ricardo Noblat, como publicado no Observatório da Imprensa, em 15 de março de 1985.

A certeza

Segundo Leônidas, jamais existiu disputa entre Sarney e Ulysses sobre quem tomaria posse. Regina Echeverria observa, em Sarney, a Biografia, que o jurista Saulo Ramos teve de agir para demover um grupo de forçar a situação para que Ulysses assumisse — sendo que, caso essa fosse a saída constitucional, teria convocado eleição em 30 dias, como garantiu ao jornalista Luiz Gutemberg em Moisés, codinome Ulysses Guimarães — Uma Biografia.

O general afasta a hipótese de que a unção de Sarney era uma saída de conveniência, que reunia argumentos jurídicos e acomodações políticas. “Nunca vi nenhuma ambição, nenhuma luta entre Ulysses e Sarney para ser o presidente. Os dois foram muito elegantes. Em nome da verdade, não vi (...). E há outra coisa que gosto de dizer: perguntavam-me se tinha levado Sarney à Presidência porque era meu amigo. Não faça essa confusão. Foi porque estava seguindo o texto constitucional. (...) Devemos à paciência, à tolerância e até à inteligência do Sarney termos passado por esse período com bastante tranquilidade. Não com tranquilidade total, mas com bastante. De vez em quando, o Sarney via suas ideias completamente rebatidas. Ouvia-me muito, dialogava muito comigo. (...) Foi muito tolerante”, frisou Leônidas.

No depoimento de 23 de fevereiro de 2025 ao Correio Braziliense, Sarney lembra-se da importância de Leônidas na passagem da ditadura para a democracia: “Estabeleci que a transição seria feita com as Forças Armadas e não contra as Forças Armadas. Quer dizer: elas deveriam colaborar no processo de transição democrática. E realmente colaboraram. Com isso, nós voltamos as Forças Armadas aos quartéis. Demos a elas a função que eu disse a Leônidas — aliás, o melhor ministro do Exército que já tivemos. (...) E as Forças Armadas (...) abandonaram aquela coisa de, não tendo o que fazer, buscavam a política, na qual elas se metiam”, frisou.

Frases

“(A posse de Sarney) tem muitos pais, mas me considero o mais legítimo deles. Porque, se fizerem um exame de DNA, verão que é o meu. Me considero dono daquele episódio”

General Leônidas Pires Gonçalves

“Houve aquela discussão: ‘É o senhor quem o substitui (o Tancredo), dr. Ulysses’, disse o Leitão. ‘Eu não. É o Sarney.’ Resolvemos ler a Constituição juntos. Ulysses, Leitão e Fragelli podiam opinar. O general Leônidas e eu, não: nem advogados somos

Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República e ex-senador

“Estabeleci que a transição seria feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas. Quer dizer: elas deveriam colaborar no processo de transição democrática. E realmente colaboraram”

POLÍTICA

O eco do machismo no poder

Mulheres ainda enfrentam misoginia na política e no Judiciário. Ataques verbais, ameaças, tentativas de silenciamento e falta de oportunidades são algumas das situações vividas no dia a dia. Resolução do CNJ implanta ações afirmativas

MAIARA MARINHO

— "É incontestável que, no momento em que nós formos abrir à mulher o campo da política, ela terá necessariamente de ceder diante da superioridade do nosso sexo nesse terreno".

— "Qual é o seu objetivo, deputada Sâmia? Quer que eu encerre a sessão? Fique calada e respeite os demais".

As duas frases foram verbalizadas em um intervalo de 133 anos. A primeira, dita pelo Lauro Sodré, em 1890, durante a Assembleia Nacional Constituinte, fazia oposição às reivindicações das mulheres da época por mais participação feminina, sobretudo com a defesa do direito ao voto feminino. A segunda, do Coronel Zucco, em 2023, durante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (do MST), no , serviu como um espelho do passado, por expressar um sentimento de obediência e submissão que as mulheres devem aos homens, segundo a ótica machista.

Se hoje podemos dizer que em 1890 os tempos eram outros, em 135 anos poderão dizer o mesmo dos comentários feitos pelos homens de 2025. "Não é aceitável relevar falas machistas em função da idade, a gente sabe que existe uma questão geracional, mas isso não é justificativa", avalia a professora e pesquisadora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/UnB) Michelle Fernandez.

Principalmente quando as falas "diminuem todas as competências que ela tem", comentou, em referência à declaração recente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a escolha do nome de Gleisi Hoffmann para ocupar o cargo de ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). "Eu quero mudar, restabelecer com vocês (dos e), por isso eu coloquei essa mulher bonita para ser ministra das Relações Institucionais", afirmou o presidente, durante lançamento do programa Crédito do Trabalhador, na quarta-feira.

"Tendo em vista que a gente está falando de uma mulher que ocupa um cargo de liderança, de poder, que tem muitas outras qualidades que podem ser ressaltadas e que efetivamente a fizeram chegar naquele cargo, nenhuma delas tem relação com a beleza dessa mulher", ressaltou a cientista política.

A lista de frases machistas e misóginas no campo da política ultrapassa os tempos e parece não haver indicativo de que a beleza de uma mulher em situação de guerra — como feito pelo ex-estadual de São Paulo Arthur do Val, sobre as ucranianas, em 2022 — seja mais importante do que a situação de violação de direitos humanos em que ela se encontra.

Mas, assim como vale a crítica para os homens do estro político ideológico progressista quando são machistas e misóginos, vale para as mulheres do estro conservador. "Não basta ser mulher para defender os direitos das mulheres", disse a pesquisadora. "Sabemos que os direitos das mulheres têm mais possibilidade de serem defendidos quando temos mulheres em postos de liderança na política de forma geral, mas isso não basta, a mulher precisa ter

alinhamento com esses direitos", disse a pesquisadora. Neste rumo encontra-se o PL Mulher. "O PL Mulher vai defender um estereótipo de gênero, que minimiza as mulheres e as coloca em uma posição inferior", explicou a professora.

Em 2023, o PL Mulher se estabeleceu como um segmento do Partido Liberal (PL) — que tem o ex-presidente Jair Bolsonaro como um dos filiados, personagem alvo do movimento "Ele Não", durante as eleições presidenciais de 2018 — com o objetivo de promover a participação feminina na política. De 2023 para 2024, o número de filiações femininas no partido foi de 345 mil para 399 mil, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre as pautas, o fim das cotas de 30% para mulheres na política, com a justificativa de promover a participação feminina pelo seu potencial e protagonismo, e não apenas para cumprir uma exigência legal, a defesa da família, a liberdade religiosa e o direito à vida desde a concepção são algumas delas.

"Cenário justo"

Por outro lado, a deputada federal Maria do Rosário (PT) atribui à cota de 30% para candidaturas femininas o crescimento na presença de mulheres nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e dos Estados. "No entanto, ainda estamos muito distantes de um cenário justo", comentou a deputada. Apesar disso, para ela, "a organização das mulheres nos mais diversos espaços da sociedade foi fundamental para impulsionar políticas públicas e mudanças institucionais".

Na prática, embora em alguns momentos as mulheres da bancada feminina consigam atuar juntas, "há diferenças profundas de visão quando falamos sobre políticas para a igualdade de gênero. Enquanto algumas de nós lutamos para ampliar os direitos das mulheres, há grupos que se organizam para restringi-los. Precisamos de mais mulheres na política, mas também precisamos garantir que essas mulheres sejam comprometidas com o avanço dos nossos direitos e não com retrocessos", destacou Maria do Rosário.

Desafios na paridade

O Judiciário também apresenta desafios na paridade de gênero. "Quando me formei em 1997, regras carregadas de preconceito ainda eram comuns como, por exemplo, a aferição do cumprimento de saias na entrada de fóruns. Atualmente, os debates sobre a paridade contribuem para que passos sejam dados em direção ao melhor acolhimento de mulheres. No entanto, ainda há uma longa caminhada a ser realizada", comentou a defensora pública da União Daniele de Souza Osório.

Ao longo dos 17 anos de carreira, Daniele foi a única mulher a constar em uma lista tríplice para a Defensoria Geral Federal. Para ela, esse fato não lhe traz orgulho, mas preocupação "pois demonstra que embora existissem candidatas nas diversas eleições realizadas no período, elas não contabilizaram votos suficientes para estar entre os três primeiros colocados", explicou. Este tipo de acontecimento decorre de que, normalmente, as mulheres são cobradas além daquilo que é exigido dos homens. "A ascensão funcional costuma ser mais árdua para as mulheres, aspectos de suas vidas privadas são cobrados, como por exemplo se possuem filhos e se têm tempo suficiente para se dedicar à carreira." Para enfrentar essas adversidades, a Resolução nº 525/2023, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), implementou ações afirmativas de gênero com o objetivo de ampliar a participação feminina nos tribunais de segundo grau. Do total de magistrados no país, 39% são mulheres.

Embora tenha aumentado o número de mulheres no sistema de Justiça como um todo e sobretudo no Judiciário, ainda estão ausentes a paridade efetiva e a representatividade de classe e raça. Os números da composição étnica desses espaços não refletem o conjunto

multiétnico da sociedade brasileira, lembra Daniele. Entre magistrados, negros e pardos representam apenas 11%.

Frase

"Sabemos que os direitos das mulheres têm mais possibilidade de serem defendidos quando temos mulheres em postos de liderança na política de forma geral, mas isso não basta, a mulher precisa ter alinhamento com esses direitos"

Michelle Fernandez, pesquisadora da UnB

CORREIO BRAZILIENSE

17/03/2025

2

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Sessões no Congresso

O Congresso Nacional vai promover duas sessões solenes para celebrar os 40 anos da volta do regime democrático no Brasil. Nesta terça-feira, o Senado comemora a data festiva, às 10h, além de homenagear o ex-presidente da República José Sarney, que tomou posse após a morte de Tancredo Neves, primeiro presidente civil após mais de 20 anos de ditadura. No dia seguinte e no mesmo horário, é a vez da Câmara dos Deputados, que também contará com uma sessão solene para lembrar a restauração democrática há quatro décadas. O pedido foi feito pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG), neto do ex-presidente eleito Tancredo Neves.

MANCHETE

BOLSONARO LEVA 18 MIL A COPACABANA

Em ato, Bolsonaro busca mostrar força em torno de si e faz gesto a Kassab para avançar com anistia ao 8/1 LUISA MARZULLO.

ANA CLARA VELOSO, BRUNO ALFANO, VICTORIA ABEL E SAMUEL LIMA
politica@oglobo.com.br RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO

O ex-presidente Jair Bolsonaro realizou um ato em defesa de anistia para tentar mostrar força diante da aproximação do julgamento sobre golpe no STF, mas público foi menor que nos últimos anos.

Na quarta manifestação de rua convocada desde que deixou o Planalto, o ex-presidente Jair Bolsonaro se defendeu ontem da acusação de tentativa de golpe, da qual pode se tornar réu ainda este mês, pediu aos apoiadores para “continuarem lutando” caso alguma “covardia aconteça” e disse ter angariado apoios na Câmara para aprovar a anistia aos condenados pelos ataques do 8 de Janeiro. A liberação dos presos foi a principal pauta do ato em Copacabana, Zona Sul do Rio. Ao falar sobre adesões, Bolsonaro fez um gesto a Gilberto Kassab e afirmou que o presidente do PSD “está do nosso lado”.

Procurado, Kassab não respondeu, mas nos bastidores tem admitido que parte da bancada da sigla votaria a favor da anistia e que o sentimento na Câmara é de possibilidade de avanço, embora o tema enfrente maior resistência no Senado.

Já o PL, do ex-presidente, disse que vai apresentar na quinta-feira pedido de urgência na tramitação do projeto, o que, na prática, leva o texto direto ao plenário da Casa.

— Todos os partidos estão vindo — afirmou Bolsonaro, o último a discursar no Rio. — Há poucos dias, tinha um velho problema e resolvi com o (Gilberto) Kassab, em São Paulo. Ele está ao nosso lado com a sua bancada para aprovar a anistia em Brasília.

Parlamentares do PSD ouvidos pelo GLOBO afirmam que a bancada não é unânime. O PL é o maior partido da Câmara, com 92 deputados, e o PSD tem 44. Para o projeto de lei ser aprovado ele precisa de maioria simples — metade mais um, mas com quórum mínimo de 257 deputados.

— Todos vimos que o presidente Kassab conversou com Bolsonaro sobre anistia. Contudo, ele é mais arguto que todos nós juntos, e sabe que a bancada tem opiniões divididas sobre o tema — afirmou o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ).

Em busca de apoio ao projeto de anistia, Bolsonaro deixou de lado os ataques e teve uma conversa reservada com Kassab no mês passado, em São Paulo. A aproximação entre os dois também tem como pano de fundo a sucessão do governo de São Paulo: caso Tarcísio tenha a benção do exmandatário para se candidatar à presidência, Kassab, que é o seu secretário de Governo, é um dos cotados na corrida à sucessão estadual.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que vai pedir regime de urgência ao projeto:

— Quinta-feira, na reunião de colégio de líderes, nós vamos dar entrada, com minha assinatura, dos 92 deputados do PL e de vários outros partidos — e que eles vão ficar surpresos — para que nós possamos pedir a urgência do projeto da anistia para entrar na pauta na semana que vem.

GOVERNADORES NO TRIO

Bolsonaro reuniu em governadores, entre eles Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Cláudio Castro (PL-RJ). O ex-presidente foi o último a fazer discurso mais longo do dia. Citou histórias de pessoas presas pelos ataques antidemocráticos de 2023 envolvendo a família de Clériston Pereira da Cunha, conhecido como “Cleão”, que morreu em novembro de 2023, após um mal súbito no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. Sua defesa havia pedido a conversão da pena em prisão domiciliar, mas a análise ainda não havia sido feita pelo STF.

— Quem é ou foi a liderança dessas pessoas? Não tiveram. Elas foram atraídas para uma armadilha — disse Bolsonaro. — Só não foi perfeita esta historinha de golpe para eles porque eu estava nos EUA. Se eu estivesse aqui, estaria preso até hoje ou quem sabe morto por eles. Eu vou ser um problema para eles, preso ou morto.

O ex-presidente também voltou a questionar sua derrota nas urnas, em 2022. Alegou que enchia manifestações “até maiores que essa”, que “estava como agro 100% fechado” e que aumentou os valores do Bolsa Família.

— Nosso governo fez seu trabalho. Por que perdeu a eleição? — questionou.

Governador de São Paulo e cotado para substituir Bolsonaro nas urnas, Tarcísio de Freitas afirmou que é “correto garantir a anistia para aqueles que nada fizeram” e defendeu Bolsonaro nas urnas.

— Qual a razão de afastar Jair Bolsonaro das urnas? É medo de perder a eleição? Eles sabem que vão perder. Estamos aqui para exigir a anistia dos que receberam penas desarrazoadas — disse.

Já Cláudio Castro destacou que o estado do Rio de Janeiro deu mais de 60% de votos a Bolsonaro, a quem tratou como “seu único candidato”.

Jorginho Mello (PL-SC) e Mauro Mendes (União-MT) foram, mas não discursaram. Segundo organizadores, ao menos nove senadores e 43 deputados federais estiveram presentes, além de deputados estaduais e vereadores. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro se ausentou por ter passado por cirurgia estética há duas semanas e ainda estar com pontos. A vice do PL Mulher, Priscila Costa, que a representou, puxou coro de “Michelle, Michelle” ao discursar. A ex-primeira-dama é citada como opção à Presidência diante da inelegibilidade de Bolsonaro, que prefere lançá-la ao Senado.

Além de inelegível por oito anos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro pode se tornar este mês réu por uma trama golpista para permanecer no poder. Ele e outras 33 pessoas foram denunciadas pela Procuradoria Geral da República (PGR). A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga se aceita ou não a denúncia a partir de 25 de março.

A lista de discursos incluiu ainda o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o líder nacional do PL, Valdemar Costa Neto, e o pastor Silas Malafaia. Entre os parlamentares, discursaram o senador Magno Malta (PL-ES) e os deputados federais Nikolas Ferreira (PLMG), Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Rodrigo Valadares (União-SE), relator do PL da anistia. Houve no entanto poucas críticas ao STF e ao ministro Alexandre de Moraes e falas em defesa de Bolsonaro como candidato em 2026. Nikolas criticou o STF e citou Moraes, que foi vaiado. Ele afirmou que o magistrado “não tem um voto” e “tem decidido a vida de pessoas”.

O pastor Silas Malafaia, organizador do evento e pastor da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, afirmou que Moraes é “criminoso”. Como nos outros eventos, coube a ele as críticas mais pesadas direcionadas ao STF: criticou o inquérito das Fake News, a delação premiada do ex-ajudante de ordens Mauro Cidreira e as provas coletadas que embasaram a denúncia da tentativa de golpe.

A manifestação foi o primeiro grande evento de Bolsonaro ao lado de Valdemar. Por serem

investigados no inquérito da trama do golpe, os dois passaram um ano e um mês sem contato, mas Moraes revogou as cautelares contra Valdemar, que não foi denunciado pela PGR. O cacique falou da alta dos preços e pediu “Volta Bolsonaro”.

REAÇÃO DA OPOSIÇÃO

A oposição reagiu nas redes. A ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, rebateu a declaração de Tarcísio, que durante discurso questionouse a inelegibilidade de Bolso na rose ri apor “medo de perde eleições” dos adversários.

“Não é Lula que tem medo de perder, governador Tarcísio. É Bolsonaro que tem medo da prisão”, escreveu.

Aliados de Lula ironizaram o ato. Além da estimativa de público, abaixo de manifestações anteriores, compartilharam imagens que mostram o expresidente em cima do carro de som com uma faixa de “sem anistia” fixada em um apartamento ao fundo.

“Uma imagem vale mais do que mil palavras”, disse o senador Humberto Costa (PE), presidente interino do PT.

Leia em: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O GLOBO

17/03/2025

voltar ao topo 

COLUNA

MALU GASPAR - O recado de Sidônio que foi interpretado como alfinetada na gestão Pimenta

Por Rafael Moraes Moura — Rio e Brasília

17/03/2025 06h39 Atualizado agora

Na reunião a portas fechadas com 500 assessores do governo Lula, além de cobrar o fim do “off” (informações de bastidor passadas a jornalistas, com a preservação do sigilo das fontes) e de anunciar que fará um balanço das entregas da administração petista, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Sidônio Palmeira, também aproveitou para dar recados que foram interpretados como alfinetada no seu antecessor na pasta, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS).

Sidônio assumiu o comando da Secom em 14 de janeiro no lugar de Pimenta, demitido após uma série de críticas do presidente às estratégias de comunicação do Planalto.

Aos assessores de imprensa do governo, Sidônio disse que chegou ao cargo para devolver a Secom ao lugar de apoiar os outros ministérios do governo Lula. Também avisou que, em vez de ficar querendo aparecer, não é papel dele dar entrevista. Ou seja, fez questão de marcar o contraponto em relação ao perfil de Pimenta.

O ministro-marqueteiro – que odeia essa alcunha, aliás – não citou explicitamente o nome de Paulo Pimenta, mas fontes que acompanharam a reunião informaram à equipe da coluna que não houve dúvidas sobre quem era o alvo do comentário.

“Quem tem neurônios entendeu”, resume um assessor ouvido reservadamente pelo blog.

Um dos trabalhos a que o ministro da Secom se dedicou desde que assumiu o cargo, foi

fazer um diagnóstico do que o governo Lula já realizou e comparar com a percepção da população. A conclusão foi de que a comunicação falhou em marcar as diferenças entre como o Brasil estava e como está hoje, sob Lula. Daí porque ele criou o slogan “Brasil dando a volta por cima”, apresentado na reunião.

O mote é uma tentativa de martelar a ideia de que o país ainda se recupera da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. A frase, porém, não substituirá o slogan oficial do governo: “União e Reconstrução”

O diagnóstico completo deve ser apresentado em 2 de abril à imprensa e à sociedade em um evento com a participação do presidente Lula.

Na reunião com assessores, Sidônio também mencionou situações da gestão passada em que eventos para lançamento de programas e iniciativas do governo eram feitos nos ministérios sem um prévio alinhamento de formato e conteúdo com a Secom – assim como também se faziam eventos da Secom em que os ministérios relacionados ao assunto não era consultado com antecedência. Isso não deve mais acontecer, segundo a nova diretriz apresentada pelo ministro.

Outro pedido feito por Sidônio aos diversos ministérios é que não se concentrem apenas em seus próprios assuntos ao fazer a defesa do governo, mas sempre que possível também reforcem outras realizações – como os programas Pé de Meia, aumento no número de médicos e redução da fome, por exemplo.

Leia em: <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/03/0-recado-de-sidonio-que-foi-interpretado-como-alfinetada-na-gestao-pimenta.ghtml>

O GLOBO
17/03/2025
6

voltar ao topo 

POLÍTICA

Para desfazer rótulo de radical, Gleisi acena ao Centrão e busca Haddad .

Primeira semana da petista na Esplanada tem reuniões em série, jantar com líderes e ida à Fazenda para aparar arestas.

SÉRGIO ROXO E GABRIEL SABÓIA
politica@oglobo.com.br

Descrita por aliados como combativa e defensora dos interesses da esquerda, a nova ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, usou os seus primeiros dias no cargo para tentar des fazerai magem àqua lé associada em Brasília. Os gestos da nova chefe da articulação política buscaram, antes de mais nada, aproximação com o Centrão e alinhamento com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Gleisi participou de encontros coma cúpula do Congresso como objetivo de sinalizar que a sua gestão à frente da pasta pretende ter dias mais calmos do que os do seu antecessor, Alexandre Padilha, que chegou a cortar relações como então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os movimentos da petista começaram no discurso de posse na segunda-feira e tiveram sequência em uma série de reuniões.

25

SENADO
NA MÍDIA

Para um auxiliar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra conseguiu neste primeiro momento atenuar o desgaste na relação do governo com o Congresso, que havia se acumulado nos dois anos de Padilha. Um líder de uma sigla de centro diz que a ex-presidente do PT encerrou a primeira semana como articulada com o placar favorável, mas lembra que a partida está longe de ser definida.

Ainda segundo o integrante do governo, Gleisi estabeleceu uma nova dinâmica e obteve nesta largada uma proximidade maior com o comando do Congresso e os líderes, o que Padilha já não conseguia fazer nos últimos meses. Um líder do Centrão avalia que ela deu passos para superar as resistências que enfrenta e criou uma boa expectativa.

PORTAS ABERTAS

Gleisi primeiro se reuniu com os líderes dos partidos de esquerda na Câmara em um almoço no Planalto, na terça-feira. No mesmo dia, abriu as portas de seu apartamento para líderes do Centrão. Ofereceu bacalhau gratinado, salmão, vinho e uísque para uma conversa informal que se arrastou até os primeiros minutos da madrugada—um dos presentes definiu anoite como “agradável”. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos PB), também compareceu. No dia seguinte com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), Gleisi teria reforçado que não pretende se envolver em outras searas fora da articulação política com o Congresso.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi tema comum das conversas com Motta e Alcolumbre. Nojan tarde terça-feira, quando os deputados discutiram como Lula entregará o projeto ao Congresso, líderes perceberam uma diferença em relação ao antecessor transferido para a Saúde. Enquanto Padilha, segundo eles, tentava se cacifar como único canal par chegara Lula, Gleisi tratou o acesso o presidente deu mafor mamais natural.

— A ministra Gleisi fez agendas importantes nesta primeira semana — resumiu o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), que participou do jantar no apartamento da nova ministra.

“A Gleisi já entra sem um estigma de desgaste e, sem dúvidas, terá uma relação melhor com Motta e Alcolumbre”

—

Humberto Costa, presidente interino do PT

Apesar do bom início, Gleisi ainda não enfrentou os problemas de insatisfação da base. Os espaços dos partidos no governo não foram discutidos. A bancada do PSD na Câmara considera que precisa de um ministério mais robusto do que o da Pesca e almeja comandar o Turismo, hoje com Celso Sabino, do União Brasil.

A expectativa é que, a partir da semana que vem, quando o governo precisar de votos para a tramitação do projeto de isenção do IR, a nova ministra sente para conversar. A proposta é vista com bons olhos por boa parte dos congressistas, mas uma liderança alerta que “ninguém está muito animado só com simpatia”.

Gleisi atuou ainda para aparar as arestas que tinha dentro do governo. Após citar apoio às medidas de Fernando Haddad em seu discurso, foi à Fazenda na quinta-feira e publicou fotos do encontro nas redes.

Em uma sinalização de que as rugas entre os dois teriam ficado para trás, a ministra teria dito a Haddad que não se meteria em temas relativos à política econômica e que sua atuação se restringirá à articulação política.

Em outra decisão que pode facilitar a relação, nomeou para chefe de gabinete o diplomata Marcelo Costa, ex-assessor especial na Prefeitura de São Paulo quando o ministro comandava a cidade.

Segundo aliados, a avaliação de Haddad sobre a conversa é que foi boa e cordial. O tema

principal foram as pautas econômicas. Há disposição de fazer o embate político para mobilizar apoio ao texto com o discurso da justiça tributária.

— A expectativa é que ela possa fazer uma grande gestão. Gleisi já entra sem um estigma de desgaste e, sem dúvidas, terá uma relação melhor com Motta e **Alcolumbre** — diz o presidente interino do PT, senador Humberto Costa (PE).

Leia em: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O GLOBO

17/03/2025

5

voltar ao topo 

POLÍTICA

Múcio retoma articulação por PEC que coloca na reserva militares candidatos .

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, intensificou, na semana passada, as negociações para avançar no Congresso com a chamada PEC dos Militares. Ele iniciou diálogo com senadores e com a nova ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, para destravar o tema. O texto prevê a transferência para a reserva de integrantes das Forças Armadas que optarem por entrar na política, uma medida considerada essencial pelo governo para evitar a politização das tropas.

Na sexta-feira, Múcio procurou Gleisi para abrir caminhos para a proposta. No Palácio do Planalto, o ministro também solicitou um novo encontro para detalhar a agenda da Defesa no Congresso.

Durante a semana, ele se reuniu no Senado com os líderes do governo na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP). Ambos consideram que a proposta, de autoria de Wagner, tem boas chances de ser aprovada, apesar da exigência de maioria de três quintos na Câmara e no Senado para alterar a Constituição.

O ministro da Defesa também abordou o tema em encontros informais com os presidentes do Senado, Davi **Alcolumbre** (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e pretende retomar a articulação com ambos nas próximas semanas.

Em março de 2024, Wagner declarou à coluna de Bela Megale que a PEC dos Militares era a “trigésima prioridade” do governo, sinalizando, na época, a falta de empenho para sua tramitação. A prioridade número um de Lula no Congresso, em 2025, é a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, além de outros projetos, como a PEC da Segurança, do Ministério da Justiça.

A tramitação da PEC dos Militares começou pelo Senado, mas o texto está parado desde novembro de 2023, após aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O ministro espera aprová-lo na Casa ainda no primeiro semestre deste ano.

Custo Zero

Um dos argumentos que Múcio apresentará aos parlamentares é que a regra estabelecida pela PEC não gera custos para o orçamento público, além de já existir em 11 países. O ministro também destaca a necessidade de aprovar a proposta em um ano não eleitoral, para que as novas regras estejam em vigor na campanha de 2026.

O projeto prevê que os militares sejam transferidos para a reserva no momento do registro da candidatura e conta com o apoio dos comandantes do Exército, general Tomás Paiva, da Aeronáutica, brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, e da Marinha, almirante Marcos

Sampaio Olsen. Há expectativa de que a cúpula das Forças Armadas se envolva diretamente na articulação para a aprovação do texto.

Priorizar a PEC como um projeto do governo no Congresso foi um dos pedidos que Múcio fez a Lula ao aceitar permanecer no Ministério da Defesa no fim do ano passado. Na ocasião, ele solicitou ao presidente maior empenho para impulsionar a proposta na Câmara e no Senado. O ministro deseja deixar como legado a despolitização das Forças Armadas, especialmente no contexto do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da trama golpista.

No Planalto, Múcio aposta na boa relação com Gleisi para traçar estratégias para a PEC. Ambos foram colegas no Congresso e trabalharam juntos na transição do governo em 2022, na qual a ministra coordenava a articulação política. Como gesto de aproximação, Gleisi recebeu Múcio como um dos primeiros ministros em seu novo gabinete no Planalto.

Leia em: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O GLOBO

17/03/2025

7

voltar ao topo 

POLÍTICA

Múcio retoma articulação por PEC que coloca na reserva militares candidatos .

Chefe do Executivo afirma que está afastado, mas não rompido com o ministro, de quem foi vice, vê queda 'passageira' na avaliação de Lula no Nordeste e defende diálogo do governo com o agro e evangélicos.

Carlos Brandão /GOVERNADOR DO MARANHÃO BERNARDO MELLO E LUÍSA MARZULLO
politica@oglobo.com.br

Governador do Maranhão, que era aliado de Flávio Dino, detalha afastamento do ministro e aproximação de Sarney, e avalia que queda de popularidade de Lula é passageira.

O senhor foi vice-governador do hoje ministro Flávio Dino, do STF, por dois mandatos no Maranhão, mas depois se distanciaram. Por quê?

Deixamos de conversar quando ele foi para o Supremo. Há um grupo mais próximo a ele, quatro ou cinco deputados, que se distanciaram um pouco do governo. Há alguma insatisfação por espaço, e acabam envolvendo o próprio ministro. Acho que, depois de governar, é preciso esquecer que foi governador. Quando tem muita interferência, começa a ter problema. Estamos politicamente afastados, mas não rompidos.

O STF suspendeu uma indicação do seu governo ao TCE, em uma liminar do Dino, e nomeações de familiares do senhor em cargos públicos, em decisão do ministro Alexandre de Moraes.

No caso do TCE, está atrapalhando muito o funcionamento da instituição, considero muito ruim. Tem um grupinho no estado ligado ao ministro (Dino) que cria essa situação e leva a nível de Supremo. O que a gente esperava é que não tivesse interferência do Supremo, lamento muito isso. É muito ruim o Judiciário entrar nessa esfera. Espero que seja resolvido. Tentei algumas vezes (falar com o ministro), mas não prosperou.

O senhor concorreu em 2014 e 2018 no Maranhão contra a família Sarney, de quem agora se aproximou. O que mudou?

Nós disputamos em 2014 contra o Lobão Filho e em 2018 contra a Roseana Sarney, só que em 2022 e me aproximei muito do grupo do presidente José Sarney. Foram ossos adversários por dois mandatos, mas hoje estamos muito próximos. Há pessoas do MDB que participam do meu governo, e eles entregaram a presidência do partido para o meu irmão (Marcus Brandão).

Estamos alinhados. (...) O Flávio sempre foi muito ferrenho adversário dos Sarney, é uma pessoa mais ideológica. Eu não sou assim, tenho boa relação com os evangélicos, com o agro. Eles me adoram.

Falta ao presidente Lula mais diálogo com esses segmentos?

Eu disse ao presidente sobre essa questão dos evangélicos e do agro. Deixar essa questão ideológica um pouco de lado. O ministro (Carlos) Fávaro é do agro, uma boa ponte.

Não há um risco de os partidos mais de centro começarem a abandonar o governo?

Me parece que o Ciro (Nogueira, presidente do PP) deu entrevista falando sobre isso. Mas o próprio ministro (do Esporte, André) Fu fuca (PP MA), com quem eu conversei, me disse que não, que essa entrevista foi mal interpretada. Ciro Nogueira foi ministro da Casa Civil do Bolsonaro. Agora,

se perguntar ao Fufuca, ele não quer sair do governo, não.

Ao GLOBO, Sarney disse que “é melhor sair da política muito bem do que já velho”, em um recado a Lula. Concorda?

O mais importante, além da idade, é a saúde. Vejo o presidente Lula saudável e ainda é um grande líder. Houve uma pequena perda de popularidade, mas isso é coisa passageira. Governo tem altos e baixos.

Por que a queda de avaliação de Lula chegou ao Nordeste, onde o PT é historicamente mais forte?

Isto é principalmente devido à alta dos alimentos, que atinge todo mundo, em especial as classes menos favorecidas. Mas acho que vai melhorar com a proposta do governo de zerar o ICMS de todos os produtos da cesta básica. Eu mesmo já fiz duas reduções de ICMS nos últimos anos, que diminuíram em 30% o custo da cesta básica no Maranhão.

Este também será o ano de tirar do papel as obras do Novo PAC, o que vai melhorar a avaliação do governo. Só no nosso estado foram quase sete mil casas do Minha Casa Minha Vida que estavam paradas.

Cenário mais polarizado exige uma pressa maior nas entregas?

Exige. E me mostrou num ritmo muito acelerado. Estruturo Maranhão, porque com a queda do ICMS dos combustíveis, quase quebrou o estado. Foi uma demagogia, à época, do presidente Bolsonaro.

Mas zerar o ICMS dos alimentos não vai também prejudicar a arrecadação dos estados?

Vai aumentar o consumo, isso acaba aquecendo a economia. É a história da bicicleta: se você para de pedalar, cai. Essa medida tem que ser tomada.

O quanto o apoio do PSB a Lula em 2026 depende de Geraldo Alckmin seguir na vice?

Eu estou alinhado ao presidente Lula. Não sei qual será a posição do meu partido. A presidência do PSB vai mudar, ainda não sei o que o (prefeito de Recife) João Campos pensa. Uma decisão dessas se dá mais perto da eleição.

Considera João Campos um possível presidenciável?

No momento, não tem tema idade mínima (35 anos) para ser presidente. Enxergo ele como um forte candidato ao governo de Pernambuco em 2026. Ele tem herança política de pai (Eduardo Campos), que era carismático e um gestor de excelência. (João) É novo, simpático, leve e está fazendo um bom trabalho. Mas não é fácil falar sobre futuro, porque estamos falando de 2030 no caso dele. Será que até lá não vão aparecer outros líderes?

O senhor aprovou um projeto na Assembleia de complemento do Bolsa Família, o “Maranhão

Livre da Fome". Como vai funcionar?

Para esse programa, eu tive que aprovar um imposto sobre arma, munição, cigarro, venda de avião, helicóptero. E comisso agente vai arrecadar cerca de R\$ 30 milhões por mês para custear o programa. É um cartão de R\$200 que é bloqueado para compra de bebida alcoólica e para ap os tarembets.

Seu plano para 2026 é Senado?

Existe uma condição natural de o governador se candidatar para o Senado, mas isso é algo que eu só vou discutir em 2026. Por mais que eu queira, preciso saber como pensam os 13 partidos da minha base. Se antecipara discussão, as pessoasficam focadas na política e não enxergam suas entregas.

MANCHETE

NOS VALORES DA REPÚBLICA, UMA INSPIRAÇÃO CONTRA A ARMADILHA DA POLARIZAÇÃO

Saídas para a radicalização passam por reformas guiadas pelo espírito republicano

Um certo grau de polarização faz parte do jogo político, mas no Brasil o fenômeno assumiu contornos perigosos para a estabilidade das instituições democráticas e o debate dos problemas do País. Não há saídas fáceis, advertem analistas e políticos ouvidos no caderno de 20 páginas, segundo da série de especiais temáticos que o Estadão publicará até o fim de 2025 dentro das comemorações de seus 150 anos. Possíveis soluções passam por reformas institucionais e regulamentação das plataformas digitais, entre outras iniciativas. Essas ações precisam se assentar nos princípios de respeito à liberdade e às oportunidades individuais e à igualdade de todos perante a lei. Contra a polarização destrutiva, esses valores republicanos, defendidos pelo Estadão há 150 anos, são salvaguarda e inspiração.

**PÁGINA E1
REPÚBLICA VIVA**

Crescente radicalização política vivenciada pelo País nos últimos anos alerta sociedade e reforça importância dos princípios e valores republicanos

Na trajetória de seus 150 anos, o Estadão se distinguiu por defender e acompanhar a evolução das instituições políticas do Brasil. A icônica capa da edição de 16 de novembro de 1889 de A Província de São Paulo – dias antes da mudança do nome para O Estado de S. Paulo – exclamava um VIVA para a República proclamada. Atualmente, é a sobrevivência dos princípios e valores republicanos que deixa em alerta significativa parcela da sociedade. O descrédito em relação a propósitos consagrados, como o direito à liberdade, a igualdade perante as leis e as oportunidades de crescimento (individual e coletivo), levou o País a uma polarização extrema nos últimos anos, cujo ápice se viu na última disputa presidencial. Para resgatar a política nacional da armadilha da radicalização, analistas ouvidos pelo Estadão apontam neste caderno especial caminhos e soluções possíveis.

Entre as citadas, estão a criação de mecanismos mais eficientes de combate à corrupção, a promoção de políticas públicas que reduzam desigualdades, o fortalecimento das instituições, a regulamentação das plataformas digitais e até alternativas ao sistema presidencialista. Em editorial nesta publicação, o jornal defende “uma ampla reforma do sistema de governo e de representação política”, com “a adoção do parlamentarismo combinado com o sistema de voto distrital” para a “construção de um ambiente propício às grandes reformas de que o País necessita”.

Neste um século e meio, o Estadão, mostra o diretor de Jornalismo, Eurípedes Alcântara, avaliou cada mandatário do nosso presidencialismo, desde Deodoro da Fonseca, mantendo um padrão coeso e alinhado ao pensamento republicano – no repúdio ao autoritarismo e na defesa da responsabilidade fiscal, por exemplo.

Há visões, nas páginas seguintes, mais e menos otimistas sobre os desafios de agora. Ao

pontuar que a radicalização política – ou polarização destrutiva, como conceitua – “não é um destino inevitável”, o professor e pesquisador Oliver Stuenkel lembra o exemplo do Uruguai, o caso de resiliência democrática mais próximo de nós. “O futuro da democracia dependerá da capacidade de construir consensos sem abrir mão do debate, garantindo que as diferenças ideológicas não se transformem em obstáculos intransponíveis”, afirma ele. Já o professor de Filosofia da Unicamp Marcos Nobre vê um momento de confronto entre “duas concepções incompatíveis” e põe em dúvida a resistência da democracia nas próximas décadas – no Brasil e em outros países. Vai depender de o quanto a República continuará viva.

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

POLÍTICA, A7

voltar ao topo 

MANCHETE

BOLSONARO FAZ ATO ESVAZIADO E DIZ QUE SERÁ ‘PROBLEMA’ PRESO OU MORTO

Ao lado de Tarcísio de Freitas e de outros aliados, ex-presidente citou acordo pró-anistia com Kassab. Segundo monitor da USP, ato reuniu 18,3 mil pessoas.

“Qual razão para afastar Bolsonaro das urnas? É medo de perder eleição”
Tarcísio de Freitas, governador de SP

PÁGINA A7

BOLSONARO E TARCÍSIO DEFENDEM ANISTIA EM ATO ESVAZIADO E COM ATAQUES AO STF

Na primeira manifestação convocada pelo ex-presidente após a denúncia de Gonet, ele anuncia acordo com Kassab e afirma que vai ser ‘um problema, preso ou morto’

Em um ato esvaziado, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados defenderam ontem, na manifestação na praia de Copacabana, no Rio, a aprovação da anistia para os responsáveis pelo ataque à sede dos três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. O ato registrou críticas, xingamentos e até uma ameaça ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, feita pelo pastor Silas Malafaia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não foi poupado de críticas em razão da carestia.

Na primeira manifestação convocada por Bolsonaro após a denúncia do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que o atingiu, o ex-presidente afirmou: “Não derrotaram e nem derrotarão o bolsonarismo”. Ele criticou Moraes e Lula, e defendeu a anistia aos acusados da tentativa de golpe, que qualificou como “historinha”. E voltou a sugerir que não perdeu a eleição de 2022 no voto.

Pouco antes, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), fez uma defesa enfática da anistia e do perdão ao ex-presidente. “Qual razão para afastar Jair Messias Bolsonaro das urnas? É medo de perder eleição, porque sabem que vão perder?” O governador também defendeu a anistia dos condenados e afirmou para a plateia de verde e amarelo que lotava só três quarteirões da orla de Copacabana: “Quero ver quem vai ter coragem de se opor ao projeto da anistia?”

Além de Bolsonaro, Tarcísio e Malafaia, deputados, senadores, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), e lideranças evangélicas discursaram no ato. A pauta principal de todos foi a

defesa da anistia para os condenados pelo ataque às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. A manifestação reuniu um público menor do que o apregoado por Bolsonaro. Ele dizia esperar um milhão de pessoas.

Levantamento do Monitor do Debate Público do Meio Digital, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) da Universidade de São Paulo (USP), apontou que a manifestação reuniu 18,3 mil pessoas. Até Bolsonaro comentou a baixa adesão, comparando o evento com a manifestação de 7 de setembro de 2022, em Copacabana, quando o monitor do Cebrap registrou a presença de 64,6 mil manifestantes.

DISCURSOS. Apesar do esvaziamento, aliados endossaram Bolsonaro como o “único candidato da direita” para 2026 e entoaram um coro pela aprovação da anistia. Castro foi um dos que incensaram o ex-presidente. “O Rio te deu (para Bolsonaro) quase 60% dos votos válidos na última eleição. E por isso eu gostaria que você falasse assim comigo, para que todo Brasil veja: ‘Eu não errei.’” E puxou o coro. “Esse povo do Rio não errou.”

Tarcísio questionou os motivos que levaram Bolsonaro a ficar inelegível até 2030. Segundo ele, os opositores do capitão reformado têm “medo de perder eleição”. Em seguida, veio o discurso mais duro da manifestação: o do pastor evangélico Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e coordenador do evento.

Malafaia declarou que Moraes é um “criminoso” e “ditador” e afirmou em tom de ameaça que algo poderia acontecer se houver a prisão de Bolsonaro. O pastor listou ainda supostas “provas” de delitos cometidos pelo magistrado. “Há quase seis anos ele passou a presidir um inquérito de fake news. Esse inquérito é imoral e ilegal porque não tem a participação do Ministério Público, artigo 129 da Constituição. Alexandre de Moraes estabelece o crime de opinião. Ele rasga o artigo 5, inciso 4, da Constituição, a liberdade de expressão, e estabelece a censura”, afirmou Malafaia.

PRESO OU MORTO. Fechando o evento, Bolsonaro pediu votos para conseguir ter a maioria do Congresso em 2026. E disse que será um “problema” para o STF, mesmo “preso ou morto”. “Eu estava nos Estados Unidos (no dia dos ataques em Brasília). Se eu estivesse aqui, estaria preso até hoje ou quem sabe morto por eles. Eu vou ser um problema para eles, preso ou morto. Mas eu deixo acesa a chama da esperança, da libertação do nosso povo.”

Após receber as defesas prévias dos acusados, Moraes liberou a denúncia de Gonet para ser analisada pela 1.^a Turma do STF. O julgamento está marcado para o dia 25 de março, quando Bolsonaro pode se tornar réu por liderar a tentativa de golpe para se manter no poder após a derrota nas eleições de 2022.

O ex-presidente dedicou parte do seu discurso para pedidos de anistia e disse que o tamanho da pena imposta aos réus que foram detidos na Praça dos Três Poderes foi calculada para justificar uma condenação de 28 anos de prisão contra ele. Por fim, Bolsonaro apregoou que já ter deputados para aprovar a anistia e mencionou uma conversa com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, que, segundo o ex-presidente, firmou apoio das bancadas do partido à anistia – a reportagem não conseguiu ouvir Kassab, que é secretário de governo de Tarcísio. Já o PSD integra a base do governo Lula e comanda três ministérios.

PARLAMENTARES. O primeiro político a discursar no ato foi o relator do projeto de anistia, o deputado federal Rodrigo Valadares (União-SE). Ele disse que já há deputados suficientes para aprovar o projeto. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse aos apoiadores que pedirá urgência na tramitação da proposta. “Nesta semana, na reunião de colégio de líderes, vamos dar entrada com 92 deputados do PL e de outros partidos, para

podermos pedir urgência do projeto da anistia para entrar na pauta.”

Já o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou que “tem fé” que Bolsonaro vai ser candidato à Presidência em 2026. “Com esse governo, o combustível ficou caro. Então, volta, Bolsonaro. A carne ficou cara, então, volta, Bolsonaro. A energia ficou cara, então, volta, Bolsonaro.” **O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)** criticou Moraes, afirmando que pretende derrotar o que chamou de “alexandrismo”. / **GABRIEL DE SOUSA, HUGO HENUD, RAYANDERSON GUERRA, HEITOR MAZZOCO e BIANCA GOMES**

“Já temos votos suficientes para aprovar na Câmara. Nós seremos vitoriosos. (...) Até se o Lula vetar, nós derrubaremos o veto. Eu inclusive, há poucos dias, tinha um velho problema e resolvi com o Kassab em São Paulo. Ele está ao nosso lado, com a sua bancada, para aprovar a anistia em Brasília”

Jair Bolsonaro

Ex-presidente

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

ARTIGO, A8

[voltar ao topo](#) 

ARTIGO

VÁRIOS AUTORES - STF: monocratismo e o dever de colegialidade

A proliferação de decisões monocráticas no Supremo Tribunal Federal (STF) tem gerado crescente inquietação. Originalmente concebidas para casos excepcionais e urgentes, as decisões unipessoais vêm sendo usadas com frequência e, por vezes, sem observância dos critérios que norteiam sua aplicação, sugerindo a necessidade de aprimoramento do modelo.

Por princípio, as decisões nos tribunais devem ser colegiadas. A Constituição privilegia a deliberação conjunta como forma de garantir legitimidade, equilíbrio e pluralismo às decisões judiciais. A troca de argumentos entre os membros de uma Corte assegura que as decisões sejam mais democráticas.

Não há liberdade quando as autoridades e suas medidas escapam a meios efetivos de controle. No Legislativo e no Executivo, a contenção se dá pela pluralidade de partidos e eleições periódicas. No Judiciário, ela é assegurada pela diversidade de vozes nos tribunais, o que confere protagonismo à colegialidade como meio de controle eficaz desse poder.

Decisões monocráticas são excepcionais, como em casos de urgência, em que o tempo é um fator crítico e a demora poderia resultar em prejuízo irreparável. Ainda, são válidas para reprodução de jurisprudência já consolidada. Nestes casos, oferecem celeridade sem comprometer a qualidade jurisdicional.

Em 2024, o STF proferiu 94 mil decisões monocráticas, enquanto apenas 21 mil foram decididas de forma colegiada. Em quatro de cada cinco casos, um único ministro decidiu sem a participação dos demais, uma inversão perigosa da lógica constitucional que privilegia julgamentos coletivos.

Ao analisar 20 decisões monocráticas recentes em casos de grande relevância, constatamos dados preocupantes: 1) em 90% dos casos, não foi justificada a urgência, ou a motivação foi genérica ou consequencialista; 2) 94,5% das decisões foram além da análise liminar e decidiram o mérito do caso, algo que deveria ser feito apenas pelo colegiado; e 3) em 25% dos casos, as decisões demoraram meses ou até anos para serem apreciadas pelo plenário,

tornando-se, na prática, definitivas.

Chama a atenção o elevado número de decisões monocráticas proferidas sem urgência comprovada. Em alguns casos, a urgência alegada mostrou-se contraditória: as ações permaneceram meses à espera de julgamento antes de serem decididas monocraticamente. É comum, ainda, que algumas decisões aleguem, de forma genérica, possível prejuízo ao erário como fundamento de urgência – um argumento que pode ser aplicado a praticamente qualquer caso envolvendo a Fazenda Pública. A falta de fundamentação sólida e o uso de argumentos genéricos distorcem a natureza excepcional que deve caracterizar as decisões monocráticas.

Outro ponto de atenção é a confirmação automática, pelo colegiado, de decisões monocráticas que se prolongam no tempo. Entre as decisões analisadas, todas que exauriram o mérito foram posteriormente confirmadas. Parece que, nesses casos, os julgadores se inclinam a manter a decisão individual que tenha perdurado meses ou anos e cujos efeitos acabam se consolidando, de tal modo que causaria constrangimento afastá-los. Assim, casos de relevância nacional foram decididos, na prática, por um só ministro, esvaziando a colegialidade.

Em Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) e Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs), o uso indiscriminado de decisões monocráticas é ainda mais grave, pois a legislação exige que as liminares em ADIs sejam concedidas pela maioria absoluta do STF (Lei n.º 9.868/99, artigo 10) e impõe restrições às cautelares em ADPFs, limitando-as a casos de extrema urgência ou risco grave (Lei n.º 9.882/99, art. 5.º). Contudo, essas normas não têm sido observadas.

Para corrigir esses desvios, algumas medidas são essenciais, tais como: 1) a fixação de um prazo máximo (90 dias) para que decisões monocráticas sejam efetivamente analisadas pelo plenário; e 2) restringir o seu uso às hipóteses do artigo 21, V, e § 1.º do Regimento Interno do STF, vedando o exame exaustivo do mérito em medidas cautelares, em conformidade com as Leis n.º 9.868/99 e n.º 9.882/99 em ADIs e ADPFs.

Não se justifica o argumento de que o uso de decisões monocráticas é necessário em razão do acúmulo de processos ou que sua limitação inviabilizaria a prestação jurisdicional. Afinal, o que está em jogo são o equilíbrio e a própria legitimidade da prestação jurisdicional. Ademais, embora o STF enfrente um grande volume de processos, muitos decorrem de práticas da própria Corte, como mudanças constantes na jurisprudência e uso excessivo da modulação de efeitos, procedimentos que aumentam a litigiosidade.

Mais que uma questão processual, essa mudança representa um compromisso com a democracia e a transparência no Judiciário. O STF precisa equilibrar eficiência e legitimidade, garantindo que sua função de guardião da Constituição não se transforme numa instância de decisões solitárias. Do contrário, a prática reiterada exposta anteriormente compromete a confiança pública na instituição e pode fragilizar o papel essencial da Suprema Corte no sistema de justiça brasileiro.

(...)

DIOGO LEONARDO MACHADO DE MELO, HAMILTON DIAS DE SOUZA, HUMBERTO BERGMANN ÁVILA, JOSÉ HORÁCIO HALFELD REZENDE RIBEIRO, MIGUEL REALE JUNIOR E RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA. SÃO ADVOGADOS

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

ANTONIO PENTEADO MENDONÇA - Juros altos e seguro

Juros altos são ruins para a economia, mas, às vezes, são a única ferramenta para segurar a inflação, que é muito pior. O Brasil já viveu um período turbulento, com hiperinflação e deterioração da moeda em patamares tão absurdos que não era possível manter seu valor pelo prazo de 24 horas. O País funcionava com índices, que eram monetizados no momento do pagamento. Graças ao Plano Real, desde 1994, recuperamos a estabilidade da moeda e o Real tem cumprido seu papel com a solidez necessária para manter sua paridade no cenário internacional.

É verdade que, em certos momentos, o quadro foi mais amigável e em outros menos, como aconteceu no governo Dilma 2, quando o País, em função de uma série de ações desastradas implantadas pela presidente, entrou numa das maiores crises de nossa história. Nem com os juros nas alturas foi possível segurar a recessão, que, todavia, com o presidente Michel Temer, foi revertida em dois anos, possibilitando a volta a um patamar inflacionário razoável para o País.

Apesar da lembrança do desastre não estar tão distante, tem gente que não acredita que insistir no erro só faz errar duas vezes, em vez de fazer dar certo. O quadro atual é a figura de uma bomba anunciada. Todavia, o governo não faz nada para reverter os erros, adotando medidas concretas para conter os gastos públicos e segurar o déficit fiscal.

Com uma agravante: agora, quem manda de verdade não é mais o presidente da República, é o **Congresso Nacional**, que não demonstra qualquer intenção de conter seu apetite por mais verbas.

Neste cenário, não há o que fazer, exceto torcer para o Banco Central dar conta do recado e conter a inflação, que está muito acima da meta de 3% ao ano, inclusive acima da banda máxima superior ou, em outras palavras, mais de 30% acima do patamar em que deveria estar.

A única ferramenta que o Banco Central tem para agir sobre a inflação é a taxa de juros e ele a tem elevado ao longo dos últimos meses, inclusive sob a gestão do novo titular indicado pelo presidente Lula. Aliás, segundo informações do próprio banco, ela deve ser elevada de novo neste mês. E, de acordo com previsões do mercado, deve fechar o ano na casa de 15%.

Isto quer dizer que o Brasil vai amargar um quadro delicado. Com a inflação alta, juros altos, popularidade presidencial em baixa, fica difícil seguir crescendo, até porque o presidente já começa a adotar medidas populistas que não vão melhorar o quadro.

Juros altos são ruins para todos, antes de tudo, porque inibem a capacidade de fazer negócios, reduzem os investimentos e atrasam programas de produtividade. Mas eles são menos ruins para o sistema financeiro e para o setor de seguros. Com juros altos, as seguradoras recebem a ajuda extra de uma maior remuneração de seus ativos, o que melhora o resultado de quem está bem operacionalmente e esconde o resultado de quem não está tão bem. Entre secos e molhados, a leitura dos balanços de algumas seguradoras já mostra isso, mas, no geral, o quadro é positivo e pode até permitir que os preços dos seguros não sofram aumentos, compensados pela juros altos que garantem o bom resultado das seguradoras.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

ARTIGOS, A6

[voltar ao topo](#) 

ARTIGOS

CARLOS ALBERTO DI FRANCO - A nefasta hipertrofia do STF

O Brasil vive tempos inquietantes. A democracia, que deveria se firmar sobre o equilíbrio entre os Poderes, vê-se ameaçada por um protagonismo exacerbado do Supremo Tribunal Federal (STF). Não se trata aqui de uma análise política, mas de um alerta institucional de quem tem consciência da enorme importância e responsabilidade da Corte Suprema.

O tribunal, que deveria ser o guardião da Constituição, tornou-se, na prática, um superpoder, extrapolando suas funções e avançando sobre as prerrogativas do Legislativo e do Executivo. A invasão de competências, longe de fortalecer a Justiça, gera insegurança jurídica e fragiliza a democracia. A liberdade de expressão, pedra angular de qualquer democracia sólida, tem sido relativizada em nome de uma suposta defesa da ordem democrática.

A censura disfarçada, sob o pretexto de “combate à desinformação”, tornou-se prática recorrente. Perfis são derrubados, jornalistas são silenciados, cidadãos são intimados sem amplo direito de defesa. O devido processo legal, princípio sagrado em qualquer nação civilizada, parece ser um detalhe incômodo diante da síndrome persecutória de um Judiciário que se transformou em ator político.

O artigo 5º da Constituição Federal estabelece, de forma cristalina, que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. No entanto, decisões monocráticas do ministro Alexandre de Moraes têm ignorado essa garantia, impondo bloqueios financeiros, prisões arbitrarias e sanções sem a devida tramitação judicial. O inquérito das fake news, do qual o ministro é vítima, investigador e juiz, é um tiro de morte no princípio da imparcialidade, base elementar da Justiça.

O inquérito não apenas atropela o Ministério Público, que constitucionalmente tem a prerrogativa de conduzir investigações, mas também viola direitos fundamentais, impondo censura prévia e restringindo a liberdade de expressão sob justificativas nebulosas. A falta de transparência e de critérios objetivos no processo torna a perseguição política uma ameaça real. Quando a Suprema Corte age como polícia, promotoria e tribunal, o risco de abuso de poder se torna evidente.

Um dos pilares do Estado de Direito é a previsibilidade jurídica. No entanto, o STF tem reiteradamente modificado entendimentos sobre o foro privilegiado sem qualquer respaldo legislativo. A Constituição estabelece regras claras sobre o foro especial para determinadas autoridades, mas o Tribunal, apoiado em crescente politização, reconfigura o ordenamento jurídico sem o devido processo legislativo. Lula, ex-presidente, foi, corretamente, julgado em primeira instância. Agora, Bolsonaro, também ex-presidente e sem foro privilegiado, será julgado pelo STF. Como salientou o ex-ministro Marco Aurélio Mello, o STF, pior do que acontecia na época do regime de exceção, se declarou competente para as ações penais relativas ao 8 de Janeiro. E, até o momento, não existe detentor da prerrogativa de ser julgado criminalmente pelo STF. Decisão extravagante que, mais uma vez, corrói a

credibilidade da Corte.

Ao atropelar competências do **Congresso Nacional** e reinterpretar dispositivos constitucionais conforme interesses momentâneos, o STF age como legislador e compromete a harmonia institucional. O império das leis cede espaço ao império das vontades.

Outro ponto que revela o ativismo preocupante do STF é a sequência de decisões que favorecem a impunidade. A Operação Lava Jato, responsável por revelar esquemas bilionários de corrupção, sofreu sucessivos golpes vindos da Corte. Decisões anulando condenações, reinterpretando prazos prescricionais e desqualificando colaborações premiadas desmontaram a maior iniciativa anticorrupção da história do País.

O mais emblemático desses retrocessos veio com as decisões do ministro Dias Toffoli, que reescreveram a história recente ao declarar nulos processos inteiros, sob a justificativa de supostas irregularidades.

A Transparência Internacional denunciou recentemente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) o que classificou como um “desmonte das políticas de combate à corrupção” no Brasil.

Réu confesso, Antonio Palocci fechou acordo de colaboração premiada e delatou propinas de R\$ 333,59 milhões supostamente arrecadas e repassadas por empresas, bancos e indústrias a políticos de diferentes partidos durante os governos de Lula e Dilma. Pois bem, os crimes foram apagados por uma canetada de Dias Toffoli. Com uma ponta de compreensível melancolia, a Transparência Internacional encerra sua denúncia com a seguinte constatação: “Se o Brasil antes exportava corrupção, agora exporta impunidade”.

É imperativo que o Congresso Nacional retome seu protagonismo e que a sociedade civil esteja atenta. O Brasil precisa de um STF forte, mas dentro dos limites institucionais que a Constituição impõe. A Justiça só cumpre seu papel quando é imparcial e previsível. Quando o arbítrio se traveste de legalidade, a liberdade se torna refém da força. O Brasil precisa despertar. Ainda há tempo.

(...)

JORNALISTA

E-MAIL: DIFRANCO@ISE.ORG.BR

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

COLUNAS, A2

[voltar ao topo](#) 

COLUNAS

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão

Futuro presidente da Anfavea quer 'sim ou não' em tarifa de importação do carro elétrico

Primeiro executivo contratado do mercado para presidir a Associação Nacional dos Fabricantes de veículos (Anfavea), Igor Calvet toma posse do cargo em abril determinado a dar um basta no crescimento da importação de carros chineses. Logo de partida, quer uma resposta definitiva para saber se o governo vai antecipar ou não a cobrança das alíquotas cheias (35%) na importação dos carros híbridos e elétricos, que vêm, em sua maioria, da China. O pleito foi levado à Camex há seis meses. Calvet ressaltou que, embora tenham anunciado investimentos e comprado fábricas que estavam desativadas, as montadoras

38

SENADO
NA MÍDIA

chinesas não iniciaram produção no País, e recentemente uma adiou a inauguração. “Se vem para o Brasil, produza aqui”, afirmou.

OFENSIVA. Calvet informou que a Anfavea deve concluir nas próximas semanas a análise de viabilidade de um pedido de investigação sobre prática de dumping dos carros chineses no Brasil – venda de produtos a preços abaixo do custo de produção.

E MAIS. A associação também iniciou um estudo sobre a competitividade dos veículos brasileiros em mercados da América Latina, onde as montadoras têm perdido espaço para os asiáticos.

PREOCUPAÇÃO. Além da concorrência com os chineses, o cenário econômico no Brasil preocupa o setor. Juros altos reduzem a venda de veículos leves, pesados e máquinas. “Se não tiver agenda de ajuste fiscal, e aí eu não sei precisar qual é a magnitude, mas o setor vai ser impactado, sobretudo no ano que vem, porque a expectativa de juros não vai ceder. Eu não acho que vai chegar ao fechamento de fábricas, mas terá diminuição da demanda.”

LUPA. A Sociedade Brasileira de Medicina da Obesidade (Sbemo) move uma ação judicial contra a Novo Nordisk, que produz o Ozempic e outros remédios que tratam diabetes e obesidade. A entidade alega suposta omissão de informações nas bulas dos fármacos e cobra o governo federal. O caso tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). Ainda não há decisão.

OUTRO LADO. Procurada pela Coluna, a Novo Nordisk negou irregularidades, ressaltou a segurança de seus produtos e afirmou que segue todas as regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O laboratório disse ainda que não apoia o uso de medicamentos em desacordo com as indicações das bulas.

MÉRITO. O cientista político Sergio Fausto, diretor da Fundação Fernando Henrique Cardoso, será homenageado hoje pelo Instituto Pelo Diálogo - braço do Centro Cultural Brasil-Turquia.

CÁLCULO. Às vésperas de o governo Lula enviar ao Congresso um projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional) aponta: para corrigir toda a inflação da tabela, a isenção deveria ser R\$ 5.211,51.

PESO. A entidade cita uma defasagem acumulada na tabela do imposto desde 1996. De acordo com o estudo, a correção total da tabela incluiria 12,9 milhões de novos brasileiros na faixa de isenção. No total, seriam 30,3 milhões de isentos no País.

CLICK. Jair Bolsonaro, Ex-presidente da República. Durante ato ontem em defesa da anistia para os presos pelos atos golpistas do 8 de Janeiro, 9 dias antes de o STF julgar se vai torná-lo réu no inquérito do golpe.

PRONTO, FALEI!

Bernardo Freire

Advogado especialista em bets

“A CPI das Bets é importante, mas ainda precisa fiscalizar as empresas de apostas ilegais, para estrangulá-las, impedir golpes e a lavagem de dinheiro.”
(...)

COM EDUARDO BARRETTO, IANDER PORCELLA E EDUARDO LAGUNA

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

COLUNAS, A4

voltar ao topo 

COLUNAS

ROSEANN KENNEDY - Coluna do Estadão

Governo Lula vai ao Canadá para negociar com Telesat, rival da Starlink de Elon Musk

O governo Lula dá mais um passo em busca de empresas concorrentes da Starlink – do bilionário Elon Musk –, para prestar serviços no Brasil. O ministro Juscelino Filho (Comunicações) viaja na próxima terça-feira, 18, para reuniões na sede da Telesat, em Ottawa, no Canadá, onde vai conferir o desenvolvimento da constelação de satélites em baixa órbita para atendimento corporativo. No ano passado, o governo brasileiro fechou acordo com outra rival de Musk, a chinesa SpaceSail. Segundo apurou a Coluna, a companhia canadense ofereceria a novidade para serviços governamentais a partir de 2027, a exemplo de conectividade em escolas e unidades de saúde. As conversas começaram em novembro passado, quando a Telesat enviou representantes ao Brasil.

CRENCIAIS. “Este é um mercado em ascensão que precisa ampliar suas alternativas de fornecedores para ser mais saudável. As empresas querem atuar no Brasil. Temos um setor de telecomunicações muito desenvolvido, com regulação consolidada e consumidores que anseiam por inovações tecnológicas”, disse Juscelino Filho à Coluna.

MAPA. A reunião do ministro nesta terça-feira será com o CEO da Telesat, Daniel Goldberg, e ocorre num momento em que o Canadá também está em enfrentamento direto com o empresário Elon Musk, em razão das medidas protecionistas adotadas pelo governo Donald Trump.

REVIDE. O primeiro-ministro de Ontário, por exemplo, cancelou contrato da província canadense com a Starlink. O Canadá é o 2.º maior mercado da empresa de Musk. A retaliação ocorreu após os EUA tarifarem em 25% a maioria das importações do país.

ESTOU... Paulo Hartung, ex-governador do Espírito Santo, marcou a data de seu retorno à política: vai filiar-se ao PSD no dia 26 de maio. No partido, ele vai coordenar a formação de jovens na Fundação Espaço Democrático.

...**VOLTANDO.** Hartung começou as conversas com Gilberto Kassab no ano passado, mas decidiu esperar o fim de seu mandato como conselheiro independente na companhia Vale, no final de abril, para voltar ao mundo partidário. Sobre 2026, tem evitado falar se vai disputar eleições.

SÓ RINDO. Ciente de que o deputado Eduardo Bolsonaro (PLSP) será eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores, o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), apelou à brincadeira. Para evitar que Eduardo assuma o comando do colegiado, disse que “vira monarquista” se o PL indicar outro nome. Uma referência ao plano B da sigla, o deputado príncipe Luiz Philippe.

TEMOR. Uma pesquisa da Playtech, empresa líder mundial em tecnologia para jogos online, constatou que a desconfiança nas plataformas de bets é uma grande preocupação para 55% dos apostadores brasileiros entrevistados. Para 74%, algumas partidas esportivas são manipuladas e outros 51% citam preocupação com a segurança dos dados durante os jogos online.

BASE. A pesquisa aponta que o Brasil pode se tornar um dos maiores mercados regulamentados de bets. O estudo ouviu mais de 2.500 pessoas aqui, na Argentina, na Colômbia, no Peru e Chile.

CLICK. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente. No Roda Viva, da TV Cultura, com outras lideranças da Rede, incluindo Giovanni Mockus, apoiado pela ministra na acirrada disputa pela presidência do partido.

PRONTO, FALEI!

Duda Lima

Marqueteiro

“Muitas pessoas estão dizendo, ultimamente, que o problema do Brasil é o governo. Não, não é! O problema do País é justamente a inexistência de um governo.”

(...)

COM EDUARDO BARRETTO. IANDER PORCELLA E GABRIEL DE SOUSA

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

ECONOMIA, B5

[voltar ao topo](#) 

ECONOMIA

‘Penduricalhos são parte importante da desigualdade no País’

Economista, que volta a ser colunista do ‘Estadão’, diz que salários do Judiciário têm baixa tributação

Pedro Fernando Nery, Economista, Doutor em Economia do Meio Ambiente, mestre em Economia e bacharel em Ciências Econômicas pela UnB

Para o economista Pedro Fernando Nery os privilégios no Brasil nascem do Orçamento, com renúncias e gastos sem controle, ou de uma regulação malfeita. Autor do livro Extremos – Um mapa para entender as desigualdades no Brasil, ele aponta que os benefícios

concedidos pela máquina pública aprofundam as assimetrias sociais entre os mais ricos e os pobres no País.

Uma expressão desse fenômeno é a proliferação de “penduricalhos” e outros privilégios na elite do funcionalismo. “Eles (os penduricalhos) são uma parte importante (das assimetrias no País) e, mais recentemente, tem replicado um problema que é típico da desigualdade no mercado privado: a baixa tributação”, afirmou.

Nery, que voltará a integrar o quadro de colonistas do Estadão, fará parte do programa quinzenal Ilustríssimo Privilégio no qual discutirá os meandros da profusão de benefícios para a elite do funcionalismo público no País. Ele também apresentará um programa sobre macroeconomia em linguagem acessível (mais informações em a quadro ao nesta página).

Você é autor do livro Extremos, que faz um panorama das desigualdades no País. O quanto os benefícios da elite do funcionalismo público aprofunda as desigualdades?

Eles são uma parte importante e, mais recentemente, tem replicado um problema que é típico da desigualdade no mercado privado: a baixa tributação. Temos um imposto de renda que é regressivo a partir de cerca de R\$ 30 mil, R\$ 40 mil por mês, em desconformidade com a Constituição, que estabelece que, no IR, quem ganha mais deve pagar mais. A partir daí, quanto mais se ganha, menos se paga. Por isso é importante o debate de tributação de lucros e dividendos. Algumas profissões pagam bem pouco tributo, na física ou na jurídica, como advogados, médicos. É privilégio. E agora temos esse fenômeno no setor público de enquadrar remuneração como indenização, o que zera a taxa de valores recebidos. Estimo que na próxima declaração do IR a alíquota efetiva dos juizes ficará em 7%. Bem abaixo da alíquota máxima de 27,5%. Os servidores públicos se ressentem de pagar mais imposto do que pessoas mais ricas no setor privado, mas se essas modalidades de pagamento continuarem pelo País, em longo prazo teremos a base do imposto de renda sendo mais erodida.

Os conselhos de categorias profissionais, como CNJ, CNMP e CJF, são omissos em relação à profusão de penduricalhos no País?

Eles não são omissos, elas são parte importante da causa. Embora vete exageros dos tribunais aqui e ali, como aconteceu recentemente como “vale-peru” do Mato Grosso e os iPhones do Maranhão, a maior parte dos gastos acima do teto é amparada por decisões dos conselhos. Fica a impressão de que agem mais em casos de grande repercussão, mas de baixo impacto financeiro. Os iPhones dos desembargadores têm um impacto ínfimo em um orçamento de bilhões em indenizações que foram feitas depois da pandemia.

Quais são os outros agentes e fenômenos que produzem desigualdades no Brasil?

Existem privilégios que vêm do Orçamento, no gasto ou na renúncia da arrecadação, mas uma parte importante vem de regulação malfeita. Um Plano Diretor mal concebido pode valorizar o patrimônio imobiliário das elites e aumentar o custo de aluguéis dos pobres, inviabilizar a sua inclusão no mercado de trabalho por fazer ele morar longe por exemplo. Acho que temos muita coisa para fazer aí, tanto para combater a desigualdade como para estimular o crescimento da economia. Combater essas distorções e ampliar a oferta de bens e serviços é a pauta da chamada “agenda da abundância”, que é o tema da minha primeira coluna.

Você exerceu cargo na vicepresidência da República. Como foi essa experiência?

Fui o primeiro Diretor de Assuntos Econômicos e Sociais da vice-presidência, trabalho que segue agora com uma pessoa mais competente, que é a Vilma Pinto. A experiência de

conhecer o Poder Executivo por dentro e de cima é oportuna para qualquer burocrata.

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

EDITORIAS, B5

voltar ao topo 

EDITORIAIS

O reforço do agro no PIB

Apesar dos sérios problemas climáticos enfrentados em 2024, o Brasil deve bater mais um recorde de safra neste ano. As projeções vão de 322,6 milhões de toneladas, pelos cálculos do IBGE, a 328 milhões de toneladas, na estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Mais uma vez o agro se prepara para ser o esteio do crescimento econômico brasileiro num ano de conjuntura particularmente difícil, sob o cenário de tensões geopolíticas e guerra comercial no contexto externo e desequilíbrio fiscal, juros e inflação em alta, além de sobreaquecimento de demanda no front doméstico.

A partir da colheita da supersafra de grãos, como soja, arroz e feijão, a tendência é de que os preços dos alimentos comecem a cair, como já reconheceu o próprio ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A inflação das carnes, que passou de 20% em 2024, começa a desacelerar, com a reversão do ciclo de abate bovino. Fosse a gestão de Lula da Silva mais diligente e menos intempestiva, cuidaria de tentar fazer do governo parte do bom desempenho agropecuário, em vez de apontar o dedo aos produtores rurais em sua busca por culpados pela inflação.

Como é notório, a principal responsabilidade pela disparada dos preços é do governo, com sua política permissiva com o desequilíbrio fiscal e adepta da gastança em todos os níveis. Lula é um persistente incentivador do crédito e do consumo porque parece convencido de que está aí a fórmula para a popularidade eleitoral. Se demonstrasse a mesma obstinação em buscar soluções para melhorar o escoamento da safra agrícola, por exemplo, daria contribuição efetiva para a estabilização dos preços. Afinal, este é o verdadeiro papel do Estado: dotar o País de infraestrutura e incentivar investimentos em logística para que fique mais fácil empreender.

Mas Lula acredita que pode convencer os eleitores de que está fazendo todo o possível para reverter a alta de preços. Por isso, zerou tarifas de importação de alimentos como carne, café, milho, óleo, açúcar e um punhado de outros itens, na esperança de que a competição com o produto importado faça os preços baixarem. Ocorre que esses itens, juntos, representaram apenas 1% de tudo o que o País importou no ano passado, pois a produção brasileira está entre as maiores do mundo. O resultado da taxa de importação zero é praticamente nulo, mas o estardalhaço em torno da medida traz a atenção que o governo busca.

Em recente relatório sobre o desempenho da economia, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda reduziu de 2,5% para 2,3% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. Caíram as estimativas para o avanço da indústria (de 2,5% para 2,2%) e dos serviços (de 2,1% para 1,9%), mas a agropecuária manteve a expectativa de crescimento forte, de 6%. Em dezembro passado, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) já previa alta de 5%. Um esforço conjunto efetivo para ampliar o desempenho desse setor seria mais eficaz ao governo e ao País.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

‘Muita calma nessa hora’

A entrada em vigor da tarifa adicional de 25% sobre as importações de aço e alumínio pelos EUA coloca à prova a capacidade de negociação comercial e a diplomacia do Brasil. Até o início da vigência do decreto de Donald Trump, no último dia 12, havia ainda alguma expectativa de tratamento diferenciado, mas não houve exceções. Com a sobretaxa, as primeiras estimativas apontam perda de US\$ 1,5 bilhão nas exportações brasileiras neste ano, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ao contrário das reações de Canadá, União Europeia e China, que diante do protecionismo exorbitante do governo Trump partiram para o confronto com medidas retaliatórias, o Brasil tem mantido o propósito de negociar com os EUA. É uma decisão acertada, considerando os elementos favoráveis ao lado brasileiro, como uma relação equilibrada de compra e venda entre os dois países, com leve superávit americano, e uma exportação brasileira fortemente concentrada em placas de aço, produto semiacabado que serve de insumo às fábricas que Trump diz querer fortalecer. Acaba atirando na indústria americana intensiva em aço, como a de eletrodomésticos e de automóveis, já que a produção americana de placas é insuficiente para atender à demanda.

O poder econômico do Brasil, infinitamente menor do que o norte-americano, conduz à busca de uma via negocial estrategicamente pensada. Por isso, discursos desafiadores do presidente Lula da Silva contra Trump são nada mais do que jogo de cena voltado ao público interno. “Não adianta o Trump ficar gritando de lá, porque eu aprendi a não ter medo de cara feia”, disse Lula em recente evento em Minas Gerais, no qual advertiu ainda o americano: “Fale manso comigo”. A plateia aplaudiu e Trump, por certo, nem tomou conhecimento.

Para alívio geral, o tom nas discussões internas do governo é outro, como revelou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que disse ter recebido do chefe recomendação expressa para ter “muita calma nessa hora”. Após reunião com representantes da indústria do aço, o ministro lembrou que o Brasil teve êxito em negociações passadas com os EUA, em condições menos favoráveis do que a atual. De fato, em 2018 foi firmado um acordo em que o aço brasileiro permaneceu isento de imposto de importação nos EUA, dentro de um sistema de limite de cotas.

Em comunicado conjunto divulgado pelos Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o governo não descartou recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) para enfrentar os “efeitos nocivos” da sobretaxa imposta pelo governo Trump. É do jogo. Apesar do esvaziamento da OMC – iniciado ainda no governo Barack Obama e que tomou corpo a partir do primeiro mandato de Trump –, o órgão é a principal instância a administrar o sistema multilateral de comércio que o presidente dos EUA tenta subverter.

O Órgão de Apelação da OMC está paralisado desde 2019, o que abriu caminho para Trump violar acordos. Mas, neste momento, mais importante do que a eficácia da organização é a legitimidade que dará ao País na busca pela obediência aos ritos do comércio multilateral. A primeira instância da OMC está em funcionamento e pode autorizar atos de reciprocidade por países que considerar prejudicados. Talvez seja este, inclusive, o momento de se buscar a revitalização da organização que, há décadas, garante o respeito às regras do comércio mundial.

A atitude do governo brasileiro em relação à política prepotente de Donald Trump tem sido, até aqui, ao mesmo tempo crítica e ponderada. Além de a balança comercial do aço ser superavitária para os EUA, o Brasil conta com a complementaridade da siderurgia dos dois países – a brasileira importa de lá o carvão usado na produção das placas exportadas – como ponto forte para um entendimento. Por isso, como ressaltou o vice-presidente Geraldo Alckmin, “a disposição, primeiro, é do diálogo”.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

EDITORIAS, A3

[voltar ao topo](#) 

EDITORIAIS

O sexto aniversário do inquérito sem fim

O Inquérito 4.781, conhecido como “**inquérito das fake news**”, completou seis anos de tramitação na sexta-feira passada. Instaurado em 14 de março de 2019 pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, o inquérito tinha como objetivo inicial apurar “fatos e infrações relativas a notícias fraudulentas (fake news) e ameaças veiculadas na internet que têm como alvo a Corte, seus ministros e familiares”. De lá para cá, como restou notório, uma investigação legítima foi transformada em um instrumento ilegítimo de exercício de poder monocrático pelo ministro designado relator, Alexandre de Moraes, em afronta aos mais comezinhos princípios do Estado Democrático de Direito que o mesmo STF diz defender.

Este jornal é insuspeito para fazer as críticas que tem feito à duração e, principalmente, ao sigilo imposto pelo sr. Moraes ao inquérito. O Estadão foi o primeiro veículo da chamada grande imprensa a apoiar a decisão de ofício do ministro Dias Toffoli. Afirmamos nesta página que, na condição de presidente da Corte, era dever de Dias Toffoli defender a instituição, pois “velar pelas prerrogativas do Tribunal” é uma das principais atribuições de seu presidente. E “não há dúvida”, sublinhamos, “de que ameaças a seus ministros e familiares são uma tentativa de subjugar a independência do STF” (ver editorial O sigilo do STF, 16/3/2019).

O fato de ainda termos de fazer essa memória, malgrado o ministro presidente do STF, Luís Roberto Barroso, ter reconhecido, no início de dezembro de 2024, que a conclusão do Inquérito 4.781 “está demorando” porque “os fatos se multiplicaram ao longo do tempo”, diz muito sobre a amplitude de uma investigação que, ao que parece, tem sido conduzida justamente para não ter fim – vale dizer, para ser instrumentalizada como um mecanismo de concentração de poder nas mãos de seu relator, algo que não se coaduna com a mera ideia de uma república democrática. “Fake news” e “desinformação” passaram a ser o que o sr. Moraes acha que é.

Decorrido tanto tempo, convém lembrar por que, afinal, o Inquérito 4.781 foi instaurado de ofício. O STF sofria uma onda de ataques articulados por apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro. Sob o beneplácito, quando não incentivo, do Palácio do Planalto, os ministros do STF e seus familiares passaram a ser atacados e ameaçados pelas hostes bolsonaristas como forma de tolher a independência funcional da Corte e, assim, evitar – pensavam os radicais – a interposição de barreiras legais aos desígnios liberticidas de Bolsonaro, que, à época, ainda em início de mandato, já demonstrava claramente seu inconformismo com as contenções ao exercício do poder que caracteriza qualquer democracia digna do nome.

Mas não demorou para que o STF enxergasse no Inquérito 4.781 um meio de controlar, de forma inconstitucional, o que pode ou não ser publicado na imprensa profissional e nas redes sociais sobre os ministros ou a própria Corte. Em português cristalino: por meio do Inquérito 4.781, o STF, garantidor maior das liberdades constitucionais, tornou-se um órgão de censura. Um mês depois da abertura do inquérito, o ministro relator já impunha censura ao site O Antagonista e à revista Crusoé porque os veículos publicaram uma reportagem, intitulada O amigo do amigo de meu pai, que implicava Dias Toffoli no acordo de colaboração premiada firmado pelo empreiteiro Marcelo Odebrecht. Para lhe fazer justiça, Moraes logo reconheceu seu erro e revogou a censura aos veículos, mas o gênio já havia saído da garrafa.

E assim, de abuso em abuso, de censura em censura, chega-se a quase 2,2 mil dias de uma investigação que, a despeito de sua legitimidade inicial, há muito já deveria ter sido encerrada com o indiciamento de suspeitos sobre os quais recaiam indícios de autoria e materialidade de crimes ou o arquivamento. É inaceitável, a menos que não estejamos mais sob a égide da ordem constitucional democrática, que um inquérito perdure indefinidamente – seja por sua inconsistência material, seja pela conveniência de seu relator.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

EDITORIAS, A3

[voltar ao topo](#) 

EDITORIAIS

Mais um Orçamento de mentirinha

O governo Lula da Silva não conseguiu encontrar espaço necessário no Orçamento para acomodar suas prioridades em termos de política pública. O cobertor curto ficou evidente na semana passada, quando o Executivo fez uma ginástica para ampliar a verba do Auxílio Gás, cortar as despesas previstas para arcar com o Bolsa Família e reforçar a verba da Previdência e da Assistência Social, mas não conseguiu incluir na peça orçamentária o Programa Pé-de-Meia.

Dizer que o Orçamento Geral da União não reflete a realidade já não espanta ninguém. Mas é bastante simbólico que o governo Lula da Silva não consiga manejar receitas e despesas para garantir que uma de suas potenciais bandeiras eleitorais seja paga da maneira adequada.

Ninguém duvida de que as bolsas do Pé-de-Meia, programa de incentivo aos estudantes da rede pública que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) a concluir o ensino médio, serão pagas – afinal, o governo entrou de cabeça no modo reeleição. Mas a falta de planejamento e de previsibilidade sobre como isso se dará explica a desconfiança dos investidores em relação ao Executivo.

As contas simplesmente não fecham, e não é de hoje. No ano passado, as bolsas do Pé-de-Meia já haviam sido pagas por meio de R\$ 6 bilhões em recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), providencialmente aportados no fim de 2023, fora das regras do arcabouço fiscal, em um fundo privado, administrado pela Caixa Econômica Federal, para piorar o resultado primário de 2023 e salvar o de 2024. Ainda assim faltou dinheiro, e o governo usou verba do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para complementar o Pé-de-Meia.

Para este ano, a projeção é de que o programa custe cerca de R\$ 12 bilhões, e ficou acertado com o Tribunal de Contas da União (TCU) que o governo incluiria o programa no Orçamento de 2025. Até agora, isso não ocorreu, mas o ministro da Educação, Camilo Santana, assegurou que o governo tem recursos para o Pé-de-Meia continuar.

Enquanto isso, os parlamentares, tão zelosos de suas emendas, acham que não cabe a eles colaborar nessa tarefa. “Se não veio com a previsão no Orçamento, o governo precisa dizer onde deverá ser cortado para atender aos programas do governo federal. Não será o relator que vai cortar, ao bel-prazer, para atender aos programas do governo”, disse o senador Angelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento no Congresso.

No ofício que enviou ao Congresso, o Executivo alocou R\$ 3 bilhões para o Auxílio Gás, programa que, até então, contava com apenas R\$ 600 milhões previstos para o ano todo, mesmo depois de ter ampliado a quantidade de beneficiários. Felizmente, após severas críticas, o governo desistiu da ideia de bancar o programa com recursos oriundos da exploração do pré-sal que transitariam fora do Orçamento e à revelia do arcabouço fiscal.

Mas o corte de R\$ 7,7 bilhões no Bolsa Família, previsto no ofício, é ilusório. Trata-se apenas de uma estimativa de economia com a realização de operações do tipo pente-fino, e não de algo com efeito estrutural. “Não alterará o número de famílias sendo atendidas nem a perspectiva de crescimento do programa”, afirmou o líder do **governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP)**.

E mesmo com o reforço de R\$ 8 bilhões para gastos previdenciários e de cerca de R\$ 680 milhões para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos em situação de vulnerabilidade e a pessoas com deficiência, a previsão de despesas para essas áreas ainda parece estar subestimada, apontam especialistas.

Se em meados de março o País ainda não tem um Orçamento aprovado, é em razão da negligência com que a questão é tratada pelo Executivo e pelo Legislativo. E isso diz muito sobre a credibilidade do País.

Lula da Silva já deixou claro que, se depender dele, não haverá novas medidas fiscais, e ele nunca teve a ambição de reequilibrar as contas públicas. Mas isso não exime o governo de administrar o dia a dia com mais transparência sobre suas fontes de receita e suas previsões de despesas, sobretudo quando diz respeito às políticas que ele considera prioritárias.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

EDITORIAS, A3

[voltar ao topo](#) 

EDITORIAIS

Uma promessa de campanha perigosa

A equipe econômica reduziu de R\$ 35 bilhões para R\$ 25 bilhões a estimativa para a renúncia fiscal gerada pela isenção do pagamento de Imposto de Renda a todos que ganham até R\$ 5 mil mensais. Os números foram calculados para dar base a um projeto de lei que o Executivo pretende enviar ao Congresso até o fim deste mês, por meio do qual pretende viabilizar, em 2026, o cumprimento da promessa de campanha eleitoral feita pelo presidente Lula da Silva.

Essa perda, segundo o governo, será compensada pela criação de um imposto mínimo de até 10% que incidirá sobre os contribuintes com renda mensal superior a R\$ 50 mil,

incluindo o recebimento de lucros e dividendos distribuídos por empresas. A apuração será feita na declaração de ajuste anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), quando os acionistas saberão se deverão complementar a contribuição ou se terão direito à restituição dos valores.

No País, lucros e dividendos eram tributados até 1995, mas passaram a ser isentos no ano seguinte sob a justificativa de evitar que, sobre uma mesma renda, houvesse incidência de Imposto de Renda sobre pessoas físicas e jurídicas. Já seria um caso raro no mundo, mas, ao longo dos anos, benefícios como isenções e abatimentos – ora propostos pelo Executivo, ora pelo Congresso – reduziram a tributação de empresas sem que houvesse contrapartida de cobrança maior sobre a renda pessoal.

Embora, em tese, a alíquota de IRPF incidente sobre quem ganha mais de R\$ 4.664,68 mensais seja de 27,5%, a prática tem sido muito diferente. Com base em dados do IRPF, que incluem apenas os brasileiros que prestam contas ao Fisco, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda estimou que a alíquota efetiva de impostos sobre o 0,01% mais rico é de apenas 1,76%, o que garante aos mais privilegiados pagar, proporcionalmente à sua renda, menos impostos do que os mais pobres.

Essa é uma das principais distorções do sistema tributário brasileiro, e é louvável que o governo Lula da Silva queira torná-lo mais justo e menos desigual. Mas o problema de propor a isenção de IR a quem ganha até R\$ 5 mil mensais associada ao aumento da tributação de quem auferir mais de R\$ 50 mil mensais é o risco de que apenas a primeira proposta seja aprovada – ou seja, de que o governo perca arrecadação e não receba nada em troca.

Considerando que a isenção de IR talvez seja o principal projeto do governo no Congresso neste ano, não é desprezível a chance de que isso venha a ocorrer. Afinal, não é a primeira vez que o Executivo tenta, sem sucesso, taxar lucros e dividendos. No passado recente, iniciativas semelhantes foram apresentadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, mas não avançaram no Congresso, ambiente que é bastante influenciado pelo público potencialmente atingido pela medida.

A proposta de isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil mensais, por outro lado, tem apelo popular, ativo que tende a ganhar mais força entre os parlamentares com a proximidade das eleições. Pesquisa realizada entre os dias 11 e 12 de fevereiro pelo Instituto Ranking dos Políticos mostrou que 49,1% dos deputados apoiam a proposta, enquanto 45,4% a rejeitam. Entre os senadores, 50% foram favoráveis e 34,6% se disseram contrários.

Independentemente de a renúncia ser de R\$ 25 bilhões ou R\$ 35 bilhões, não são receitas desprezíveis, ainda mais para um país que vive em desequilíbrio fiscal crônico há mais de uma década. O Brasil não pode se dar ao luxo de abrir mão dessa arrecadação tão facilmente e sem a garantia de que ela seja repostas. Liberar esses valores para o consumo de uma parcela da população que não costuma poupar pode, ainda, aquecer a demanda e impor mais desafios ao controle da inflação.

O governo, portanto, deveria ter mais cautela ao fazer da isenção do IR sua bandeira eleitoral. Na hipótese de que ela seja aprovada pelo Congresso neste ano e que a compensação por meio da tributação de lucros e dividendos seja novamente rejeitada, pode ser o próprio presidente Lula da Silva quem se verá em apuros quando tiver de lidar com contas públicas ainda mais depauperadas em 2027.

(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

A República em transformação

Em um célebre ensaio publicado em 1924, quando esta República ainda pelejava para se firmar como tal, Alceu Amoroso Lima escreveu que “o Brasil se formara às avessas”. Na visão do escritor e crítico literário, este é um país peculiar, pois “tivera Coroa, antes de ter Povo. Tivera Parlamentarismo, antes de ter eleições. Tivera escolas superiores, antes de ter educação popular. Tivera bancos, antes de ter economias. Tivera conceito exterior, antes de ter consciência interna”. O Brasil, em suma, “começara pelo fim”.

Um século depois, a reflexão do “Tristão de Ataíde” segue tão instigante como decerto era quando veio a público pela primeira vez. Sua atualidade é permanente, pois está amparada por sólida base factual. Ademais, serve como um convite aos leitores para que observem criticamente o modelo institucional e as estruturas de poder político adotadas no Brasil, vis-à-vis as de outros países mais desenvolvidos, não raro resultantes de longos processos de construção da base para o topo, ou seja, que contaram com uma efetiva participação popular.

O que se discute é a aptidão do Estado, vale dizer, do poder político institucional, para atender aos justos anseios dos cidadãos por liberdade, igualdade de todos perante a lei e oportunidades de crescimento individual, condição indispensável para o desenvolvimento coletivo da Nação.

Para O Estado de S. Paulo, essa reflexão é mais do que atual, é a sua razão de existir. A história sesquicentenária deste jornal se confunde com a própria história da República que ajudou a fundar, ainda como A Província de São Paulo, a partir do último quarto do século 19. Desde então, o Estadão não tem feito outra coisa senão defender os princípios e valores que acredita serem certos e, assim, ser a consciência crítica de seu tempo, sobretudo ao denunciar todas as formas de exercício arbitrário do poder. Para prosperar, qualquer sociedade precisa ser livre antes de tudo. E não há sociedade que possa ser livre sem que tenha acesso a informações apuradas como verdadeiras que a permitam tomar decisões conscientes sobre seu próprio destino.

A pergunta que se impõe hoje é: estão nas mãos da sociedade as rédeas de seu próprio destino?

O arranjo político e institucional consagrado pela Constituição de 1988 cumpriu com louvor o seu papel em um dos momentos mais dramáticos da história republicana do País. Todavia, a Lei Maior já não é capaz de servir como o marco jurídico mais adequado para o desenvolvimento do Brasil no século 21. Os entraves contidos no texto constitucional, sucintamente, estão materializados em um sistema de governança há muito disfuncional. O chamado “presidencialismo de coalizão”, na expressão do cientista político Sérgio Abranches, perdeu-se em meio à deterioração da qualidade da representação político-partidária nos últimos anos. O que se vê hoje é uma versão ainda mais degenerada do patrimonialismo que desafia o tempo e a ideia mesma de República com uma aberração conhecida como “orçamento secreto” – a principal engrenagem das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Esse estado de coisas, em que o poder é exercido em seu próprio nome, como em um carrossel a perpetuar nosso atraso como país, só será alterado quando a sociedade não estiver mais sequestrada por sucessivas crises de governabilidade que dificultam, quando não interditam, o debate racional e republicano sobre o Brasil que se pretende construir

para o futuro, crises essas não raro causadas por motivações mesquinhas.

Esse dia chegará quando houver, como defende este jornal, uma ampla reforma do sistema de governo e de representação política, vale dizer, a adoção do parlamentarismo combinado com o sistema de voto distrital – que garantirá eficiência administrativa, redução da fragmentação partidária, construção de um ambiente propício às grandes reformas de que o País necessita e, não menos importante, mais proximidade entre cidadãos e seus representantes, culminando em maior responsabilidade no exercício do múnus público.
(...)

Leia mais: <http://digital.estadao.com.br>

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

República Viva, Páginas D4 e D5

[voltar ao topo](#) 

ESPECIAL

Poderes - Sobram cobiça e confrontos; falta autocontenção

Conflito constante entre Executivo, Legislativo e Judiciário transborda para a sociedade e reforça a percepção de um sistema em crise permanente

HUGO HENUD

ZECA FERREIRA

A Presidência da República perdeu força, o Congresso Nacional ampliou o seu poder e o Supremo Tribunal Federal (STF) assumiu um protagonismo inédito. Essas mudanças não apenas reconfiguraram a governabilidade, mas também intensificaram os conflitos institucionais e aprofundaram a radicalização no País.

No Brasil, a polarização não se limita ao embate entre eleitores e grupos políticos – ela também se reflete nas relações entre os três Poderes. O confronto constante entre Executivo, Legislativo e Judiciário transbordou para o debate público, reforçando a percepção de um sistema em crise permanente e fortalecendo discursos extremistas, o que fragiliza ainda mais a estabilidade institucional.

A paisagem nem sempre foi essa. Houve um período em que a relação entre os Poderes era mais previsível e menos turbulenta. “Eu chamo o líder e resolvo.” Essa é a frase que o então presidente Fernando Henrique Cardoso registrou em seu livro de memórias para traduzir a dinâmica do poder em Brasília em 1996.

Nesse período, o chefe do Executivo era o grande articulador do jogo político: negociava diretamente com líderes partidários e distribuía cargos estratégicos e recursos via emendas parlamentares, garantindo maioria no Congresso sem grandes sobressaltos.

MUDANÇA. O Legislativo tinha influência, mas estava longe de ser protagonista, enquanto o Supremo permanecia à margem das grandes decisões políticas – seus ministros não apenas adotavam um comportamento mais reservado, evitando excessos em eventos públicos ou entrevistas, mas também exerciam seus poderes de forma mais contida, restringindo decisões monocráticas e interpretações que extrapolassem o escopo do tribunal e interferissem em outros Poderes, como ocorre atualmente.

Em 2005, o mensalão trouxe o STF para o centro do cenário político ao transformar a Corte constitucional também em tribunal penal, condenando políticos de diferentes matizes

ideológicos e marcando a primeira vez em que o Supremo assumiu papel central no embate político nacional.

Dez anos depois, no auge da Operação Lava Jato, a dinâmica se aprofundou. Diante de um Congresso empoderado e uma base política fragmentada, a presidente Dilma Rousseff reconheceu naquele momento sua fragilidade: “Eu não posso tudo”.

O que aconteceu entre esses dois períodos, afirma a cientista política Argelina Figueiredo, pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), foi que o Congresso, em períodos de fragilidade do Executivo, conseguiu aprovar mudanças constitucionais que ampliaram sua autonomia e independência.

EMENDAS E MPs. Entre essas alterações, se destacam as mudanças nas leis orçamentárias que resultaram no controle de R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares – valores do Orçamento federal destinados por deputados e senadores a suas bases eleitorais. Antes dessas mudanças, o governo federal tinha poder sobre a liberação das emendas, usando esse mecanismo como moeda de troca para garantir apoio no Congresso e aprovar sua agenda.

Agora, observa o economista Marcos Mendes, a lógica mudou: as emendas passaram a ser obrigatórias, o que significa que o presidente da República não pode mais decidir se paga ou não – o governo é obrigado a repassar o dinheiro diretamente aos parlamentares todos os anos, reduzindo sua margem de negociação e ampliando o controle do Congresso sobre o Orçamento.

O fortalecimento do Congresso ocorre também com a restrição de mecanismos antes essenciais à governabilidade do Executivo, como as medidas provisórias – normas editadas pelo presidente da República com força de lei e aplicação imediata que precisam ser aprovadas pelo Congresso dentro de um determinado prazo para se tornarem definitivas.

Até 2009, a legislação facilitava esse processo, conferindo ao Executivo maior poder, já que, muitas vezes, uma MP de interesse do governo federal era editada e geralmente convertida em lei. Ao longo dos anos, porém, diversas mudanças tornaram a tramitação mais difícil, impondo novas exigências e limitando o uso desse instrumento, reduzindo, assim, a influência do Executivo sobre a agenda legislativa. Como mostrou o Estadão, o terceiro governo Lula tem a menor taxa de aprovação de MPs desde 1988.

TRANSFORMAÇÕES. O que para alguns simboliza o fortalecimento do Congresso frente ao Executivo, para outros é um ajuste às distorções de uma Constituição que confere “poderes imperiais” à Presidência.

A avaliação vem de quem ocupou a cadeira mais importante da Câmara dos Deputados entre 2016 e 2021 e testemunhou essa mudança de perto. Rodrigo Maia, hoje à frente da Confederação Nacional de Instituições Financeiras, defende as transformações institucionais dos últimos anos, mas admite que o Legislativo avançou além do esperado, sobretudo durante o governo Bolsonaro.

“Ele não gostava muito daquilo (política). Resolveu delegar a nós”, resume, sintetizando o vácuo de poder que deu ao Congresso um protagonismo sem precedentes.

A dinâmica, segundo Maia, criou um cenário em que a disputa pelo poder entre Executivo e Legislativo estimula o tensionamento institucional e alimenta a polarização. “Esse embate constante entre os Poderes gera instabilidade e amplia a percepção de que o sistema político está em colapso, o que só reforça os discursos radicais.”

Ao mesmo tempo que o Congresso conquistou maior protagonismo, o Supremo passou por uma transformação radical. A Corte, antes distante do debate público, se tornou peça central no embate político. O tribunal deixou de ser “esse outro desconhecido” – expressão

cunhada pelo ex-ministro do STF Aliomar Baleeiro em 1968, que deu nome a uma obra clássica sobre o desconhecimento da sociedade em relação às funções e à relevância da Corte – para se tornar uma das principais arenas políticas do País, impulsionado, muito em parte, pelo protagonismo crescente de seus ministros nos últimos anos.

O contraste entre essa nova realidade e a postura de outras Supremas Cortes mundo afora ficou evidente para o jurista Oscar Vilhena durante uma mesa de debate nos Estados Unidos. Diante de uma ministra da Suprema Corte americana – séria, lacônica, quase inacessível –, Vilhena arriscou uma pergunta sobre a aplicação da pena de morte para adolescentes naquele país. A resposta veio direta, acompanhada de um olhar firme: “Não posso responder, teremos de enfrentar esse caso em breve”.

Ele tentou outro tema, talvez o aborto, já amplamente debatido e decidido, imaginou. Mas a juíza manteve a frieza: “Isso também não preciso responder, a Suprema Corte já decidiu”.

‘LITURGIA’. O que poderia ser apenas uma anedota contada pelo jurista ao Estadão carrega, na verdade, um simbolismo poderoso. Para Vilhena, esse deveria ser o modelo de conduta dos ministros do Supremo: manterem-se o mais restritos possível aos processos, distantes dos holofotes, de eventos corporativos e do embate no varejo político. Além disso, ele cita a necessidade de um código de conduta mais transparente.

“Perdeu-se a cerimônia, uma certa liturgia do cargo. Isso gera desconfiança e prejudica a imagem da Corte como uma instituição imparcial e técnica, o que aumenta o tensionamento e a polarização. O Supremo precisa repensar seu papel”, alerta Vilhena.

Para reduzir inquietações e mitigar a polarização, o pesquisador e jurista Diego Werneck defende que os ministros do Supremo adotem uma postura mais autocontida e restritiva no exercício de suas prerrogativas constitucionais, limitando as decisões individuais, estabelecendo critérios mais objetivos para a definição da pauta de julgamentos e, acima de tudo, garantindo que a Corte não apenas atue com imparcialidade, mas também transmita isso à sociedade.

“Se o STF continuar sendo visto como um ator político em vez de um guardião constitucional, a polarização só se aprofundará. O Supremo precisa dar um passo para trás e retomar sua função de árbitro institucional”, analisa.

‘AMEAÇA EXISTENCIAL’. Da mesma forma, o Congresso e o Executivo também devem atuar de forma convergente em prol da democracia, na avaliação de Steven Levitsky, professor de Ciência Política em Harvard e autor de *Como as Democracias Morrem* e *Como Salvar a Democracia*. Para ele, parlamentares e o presidente da República devem evitar o que chama de “jogo duro constitucional” – o uso estratégico das instituições como armas políticas contra adversários.

“Quando a polarização atinge um ponto em que líderes ou membros de um partido começam a temer que um governo do outro partido representará uma ameaça existencial, seja para eles, suas comunidades, suas famílias ou até mesmo para a democracia, isso se torna perigoso”, disse Levitsky ao Estadão. “E muito dessa dinâmica é incentivada por esses comportamentos entre os líderes políticos de oposição e governista.”

Nos últimos anos, o Congresso tem postergado ao máximo a votação de pautas essenciais para o governo, forçando concessões do Executivo em troca da aprovação. Na mesma medida, o presidente força a judicialização de temas polêmicos, que não têm apoio do Congresso e sobre os quais quer manter sua posição.

Embora essas estratégias estejam dentro das regras democráticas, elas intensificam os conflitos institucionais e reforçam a percepção de um embate permanente entre os Poderes, alimentando a polarização, fortalecendo discursos radicais, deslegitimando

adversários e minando a confiança da população nas instituições, avalia Levitsky. Vilhena complementa que a saída da polarização passa pelo compromisso dos Poderes constituídos em reduzir conflitos institucionais, restaurar a previsibilidade nas relações e reconstruir pontes com a sociedade. “Só saímos da polarização se todos participarem desse esforço, reduzindo o conflito institucional e reconstruindo a confiança entre os Poderes e a sociedade”, conclui o jurista.

“O Supremo precisa dar um passo para trás e retomar sua função de árbitro institucional”

Diego Werneck

Jurista

“Quando a polarização atinge um ponto em que líderes ou membros de um partido começam a temer que um governo do outro partido representará uma ameaça existencial, isso se torna perigoso”

Steven Levitsky

Professor de Ciência Política

Sem sobressaltos

Houve um período em que a relação entre os Poderes era mais previsível e menos turbulenta

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

República Viva, Página D3

[voltar ao topo](#) 

ESPECIAL

Quatro caminhos para reduzir a polarização política

Pesquisadores e políticos ouvidos pelo Estadão destacam quatro medidas essenciais para diminuir a radicalização no País

Lideranças políticas mais responsáveis

É fundamental que políticos evitem discursos inflamados e busquem moderação para conter grupos mais radicais. Exemplo: Um presidente que incentiva o diálogo entre diferentes partidos em vez de atacar adversários

Reformas institucionais

Mudanças no sistema político podem desestimular a polarização e aumentar a estabilidade. Exemplo: Alterações nas regras eleitorais para reduzir a fragmentação partidária

Educação cívica e política

Investir na formação de cidadãos críticos e conscientes reduz a influência de discursos extremistas. Exemplo: Escolas que ensinam desde cedo sobre democracia, direitos e deveres

Regulamentação das redes sociais

Criar regras mais rígidas para impedir a disseminação de discursos de ódio e fake news na internet. Exemplo: Plataformas que removem conteúdos extremistas e punem contas que propagam desinformação

Índice de polarização afetiva no Brasil

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

República Viva, Página D5

[voltar ao topo](#) 

ESPECIAL

Congresso amplia poder

A evolução das emendas parlamentares e as mudanças nas leis que permitiram isso

Mudanças nas leis orçamentárias: 2015

Aprovado o orçamento impositivo, tornando obrigatório o pagamento de emendas individuais

2019

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o Congresso amplia seu controle sobre o Orçamento ao tornar impositivas as emendas de bancada, aquelas de autoria coletiva. No mesmo ano, criam a Emenda PIX, permitindo a transferência direta de recursos para Estados, caso revelado pelo Estadão

2020

Sob a presidência da Câmara de Rodrigo Maia, parlamentares passam a destinar emendas sem transparência e sem identificação, configurando o que ficou conhecido como orçamento secreto, também revelado pelo Estadão

2022

O Supremo Tribunal Federal declara o orçamento secreto inconstitucional, enquanto o Congresso turbinou o valor das emendas individuais

2023

Recursos antes alocados no orçamento secreto são redistribuídos, fortalecendo as emendas de comissão, garantindo mais fluidez na destinação de verbas pelo Legislativo

FONTE: SIOP (STATUS DA EMENDA: PAGO + RESTOS A PAGAR, CORRIGIDO PELO IPCA) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

República Viva, Páginas D2 e D3

[voltar ao topo](#) 

ESPECIAL

Polarização - Por que a política se tornou o terreno do inconciliável

Corrupção impulsionou fenômeno, que, conforme analistas, surge em 2013 e chega ao ápice em 2022, mas se renova em uma espiral permanente

HUGO HENUD

A polarização no Brasil extrapolou a política. Familiares se afastaram por divergências partidárias e marcas foram boicotadas por campanhas consideradas ideológicas. Nos casos mais extremos, discussões sobre candidaturas foram às vias de fato, resultando até em mortes. Especialistas e políticos ouvidos pelo Estadão afirmam que o extremismo neste momento é menor do que nas últimas eleições presidenciais, embora o quadro continue preocupante. E lembram que há soluções possíveis – porém difíceis – para resgatar a política brasileira da armadilha da radicalização.

As saídas passam pela adoção de um tom mais moderado por parte das lideranças políticas, especialmente em 2026, ano eleitoral e potencialmente sujeito a nova onda polarizadora. Também defendem a regulamentação das plataformas digitais, a criação de mecanismos mais eficientes de combate à corrupção e até mudanças no sistema de governo. O caminho, alertam, não é simples e tem à frente obstáculos criados pela própria polarização, como o recrudescimento do embate entre os três Poderes.

Enquanto isso, temas essenciais para o avanço do País, como o novo Plano Nacional de Educação e o Sistema Único de Segurança Pública, estão travados no Congresso em nome de embates ideológicos, que passam longe de discussões programáticas esperadas das esferas de poder.

A polarização ainda deixa suas marcas na sociedade. Uma das situações mais chocantes aconteceu durante as eleições de 2022, quando o ex-agente penitenciário federal Jorge Guarinho assassinou o guarda municipal e tesoureiro do PT Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu (PR). Em fevereiro, Guarinho foi condenado a 20 anos de prisão, e a motivação política foi considerada na acusação contra ele.

JOGO DEMOCRÁTICO. A polarização faz parte, em certa medida, do jogo democrático. Em um regime democrático, é natural que partidos com visões opostas se diferenciem de seus adversários, e o debate desempenha um papel essencial na formulação de políticas públicas.

O problema é quando o fenômeno passa para um novo patamar, chamado de polarização destrutiva. “Neste ponto, o adversário é tratado como inimigo e as instituições são vistas como obstáculos a serem removidos ou distorcidos para alcançar um objetivo maior: eliminar esse inimigo”, diz Sergio Fausto, cientista político e diretor-geral da Fundação FHC. Ele acrescenta que, no caso brasileiro, o avanço do extremismo está ligado ao desencanto da população com a política, sentimento impulsionado por sucessivos escândalos de corrupção, como o mensalão e a Operação Lava Jato.

Esses eventos, de acordo com especialistas e políticos ouvidos pelo Estadão, criaram terreno fértil para o avanço de discursos antissistema. Também há consenso de que a polarização extrema não foi um fenômeno de uma única eleição, mas se intensificou ao longo dos anos.

‘NÓS CONTRA ELES’. O ex-presidente da República Michel Temer (MDB) avalia que a polarização avançou, em grande medida, como consequência dos embates eleitorais pelo Palácio do Planalto. “Me recordo da campanha do ‘nós contra eles’”, diz, em referência à retórica usada pelo PT em eleições contra o PSDB. “O ‘nós’ (a esquerda) estava organizado. Tempos depois, o ‘eles’ (a direita) também se organizou”, afirma o ex-presidente. Em sua avaliação, esse confronto marcou o início da radicalização do debate público no País, e não apenas de uma polarização. Já Sergio Fausto evita comparar a disputa entre tucanos e petistas com o cenário atual.

“Quando se diz que o PT buscava polarizar com o PSDB e Lula iniciou a retórica do ‘nós contra eles’, há uma diferença significativa na natureza e na qualidade desse fenômeno. A polarização antes da Lava Jato era muito distinta do que se tornou sob o comando do bolsonarismo.”

O ex-presidente José Sarney (MDB) aponta um agravante nessa história: a falta de partidos políticos fortes. “O Brasil perdeu a estrutura partidária que permitia a expressão de ideias políticas, tornando-se um país de partidos excessivamente pragmáticos. Cada político passou a focar apenas na própria carreira e na visão individual, o que levou à radicalização que vemos hoje.”

PERMANENTE. Se os escândalos de corrupção acenderam o pavio, a bomba da radicalização explodiu nas ruas a partir das “Jornadas de Junho” de 2013. Essa é a opinião de Fernando Limongi, professor da Universidade de São Paulo (USP), que lembra como os protestos contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo se transformaram em um catalisador de insatisfação social. “Aquele ano foi um marco porque, pela primeira vez na Nova República, um grande movimento de rua não tinha uma liderança política clara. A revolta era contra tudo e contra todos”, relembra.

A opinião é compartilhada pelo **senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)**, líder do governo Lula no Congresso: “A partir de 2013, surgiu no Brasil um ambiente que impulsionou um movimento político com uma clara postura antagonista, contrária à democracia brasileira”. Três anos depois, o impeachment de Dilma Rousseff (PT) consolidou o que Felipe Nunes, cientista político e sóciofundador da Quaest, e Thomas Traumann, analista político e jornalista, chamam de “polarização permanente”. Para eles, a política no Brasil deixou de ser uma disputa episódica para se tornar um estado de conflito contínuo. “(A partir daí) A polarização no Brasil deixou de ser apenas uma divergência ideológica e passou a ser um filtro pelo qual as pessoas enxergam o mundo”, diz Nunes. Ele e Traumann analisam o fenômeno no livro *Biografia do Abismo* (HarperCollins, 2023).

O ápice chega em 2022, com o embate entre Jair Bolsonaro e Lula pela Presidência da República. A eleição mais acirrada da história recente intensificou divisões e reforçou a percepção de dois campos políticos inconciliáveis. Esse processo de radicalização, no qual o confronto extrapola a política e afeta as relações sociais, é chamado de “polarização afetiva”.

RESSENTIMENTO. Embora abaixo do pico registrado em 2022, o Índice de Polarização Afetiva no Brasil, medido pela Quaest, segue elevado. Ele foi de algo em torno de 4, até 2014, para 7, em 2022, chegando a 5,8 agora. O cenário, no entanto, indica uma tendência de reaquecimento conforme as próximas eleições se aproximam.

Para Nunes, o principal motor da polarização não é apenas a percepção de que o governo não melhora a vida das pessoas, mas o ressentimento. Segundo pesquisas da Quaest, a avaliação das condições de vida nos últimos 20 anos varia conforme o perfil social. Grupos de renda média e alta no Sul e Sudeste relatam piora, enquanto mulheres, negros e pessoas de baixa renda no Nordeste percebem avanços.

Esse ressentimento impulsiona a rejeição ao sistema político tradicional e o apoio a líderes radicais, afirma o CEO da Quaest. “O que está por trás dessa polarização é um ressentimento profundo decorrente de uma disputa social por status”, diz. •

FÓRUM DOS LEITORES.

Por Fórum dos Leitores

15/03/2025 | 03h00

RELAÇÕES DO GOVERNO

Na declaração feita pelo presidente Lula em referência a Gleisi Hoffmann, durante evento no Planalto com Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), acredito que poderia ter acontecido um desfecho mais positivo, sem as críticas, se o nosso presidente tivesse enaltecido primeiramente as qualidades e competências de Gleisi Hoffmann. Isso ajudaria a manter uma boa relação com o presidente da Câmara dos Deputados, destacando o fato de ser “bonita” como um predicativo do sujeito: “colocou uma mulher competente, capaz e bonita para ser ministra de Relações Institucionais”. Na minha modesta opinião, parece que as relações no governo consideram a beleza como um mérito para se ter uma boa relação entre governo e Congresso, em detrimento das experiências, da capacidade moral e intelectual, que acabam sendo relegadas a outras esferas. Que País é esse?

Gilberto Oliveira

Cotia

(...)

Aliados resgatam ideia de tornar ex-presidente senador vitalício

Senadores do PL, sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, resgataram a ideia de se criar o cargo de “senador vitalício” para ex-presidentes e querem tirar o foro de parlamentares do Supremo Tribunal Federal (STF). Em reunião de líderes na quinta-feira, o tema que busca beneficiar Bolsonaro e aliados, além de pressionar a Corte, foi abordado.

No fim da reunião desta quinta, o senador Marcos Rogério (PL-RO) disse que a criação do cargo vitalício de senador deveria ser analisada pela Casa. Ele lançou o tema no encerramento do encontro. Após a derrota de Bolsonaro para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2022, aliados do então chefe do Executivo se movimentaram para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que daria ao capitão reformado o cargo de senador vitalício. Se a mudança fosse aprovada, ele ficaria com foro privilegiado. A ideia não foi para frente após o então presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) comunicar ao então presidente da Câmara Arthur Lira (PPAL) que a proposta seria engavetada. / G.S.

STF ampliou alcance do foro para ‘manter poder’

Presidente da OAB-SP critica a decisão que expande competência da Corte para julgar autoridades e políticos

RAYSSA MOTTA

Leonardo Sica, Advogado criminalista, assumiu em janeiro a presidência da OAB-SP, a maior seccional do País, para o próximo triênio (2025-2027)

Leonardo Sica, presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), é contrário à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ampliou o alcance do foro privilegiado e expandiu a competência da Corte para julgar autoridades e políticos. Para ele, a mudança de posicionamento em relação a entendimento de 2018, teve como motivação a “manutenção de poder” do tribunal.

“Um tribunal que julga todos os políticos é um tribunal que acaba se politizando. Se o Supremo reclama do excesso de processos, com razão, mas toma uma decisão que vai aumentar o número de processos, há de haver um interesse próprio nisso. Eu acho que é um interesse de manutenção de poder”, afirmou Sica em entrevista ao Estadão.

Em 2018, o STF restringiu o foro por prerrogativa de função. A decisão foi tomada para baixar o volume de ações criminais após o mensalão. Desde então, inquéritos e processos criminais envolvendo autoridades como deputados e senadores só precisavam começar e terminar no STF se tivessem relação com o exercício do mandato. Agora, o tribunal recuou e definiu que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída do cargo.

Por que o senhor é contra a decisão do STF?

Eu acho que não deveria ampliar, deveria reduzir. O alargamento do foro privilegiado transformou o Supremo em uma Corte criminal. E isso faz mal ao tribunal. A Corte não consegue se debruçar sobre as questões constitucionais. E, se a gente quer melhorar o STF, a gente precisa enfrentar essa questão de devolver a ele o papel de Suprema Corte constitucional. Então, eu acho que isso é uma distorção. Não tem paralelo no mundo. Em segundo lugar, você tem uma questão séria de princípio da igualdade. Você privilegia muitas pessoas com o foro por prerrogativa de função, quando existe toda uma estrutura judiciária. Por exemplo, quando o ministro Gilmar Mendes fala: ‘Se eu tirar o foro de prerrogativa de função, os deputados não vão ser julgados’. Mas é claro que vão ser julgados. Vão ser julgados pelo tribunal do seu Estado, a gente tem que confiar que tem uma estrutura judiciária. Não é que não serão julgados, vão ser julgados em outro lugar. Tem uma questão prática: congestionam a pauta. Os ministros vivem reclamando do excesso de processos e acabaram tomando uma decisão para aumentar o número de processos. Isso um contrassenso.

Exerga alguma motivação estratégica na decisão?

Um tribunal que julga todos os políticos acaba se politizando. Se o Supremo reclama do excesso de processos, com razão, mas toma uma decisão que vai aumentar o número de

processos, há de haver um interesse próprio nisso. É um interesse de manutenção de poder. Falta um mecanismo de autocontenção. Meu receio é de que algum dia o Parlamento resolva impor regras de contenção, o que também é ruim. Por falta de autocontenção, o Supremo está se expondo politicamente.

Vemos autoridades abrindo mão da prerrogativa para serem julgadas na primeira instância. As críticas não são ocasionais, relacionadas à maneira como o STF julga?

Da minha parte, não. Acho que, quando existia essa percepção, é porque o tribunal julgava pouco, então a gente não sabia como o tribunal julgava a matéria penal, e talvez a gente não tivesse o alcance dos problemas.

Considera que há prejuízo às defesas?

Tem um prejuízo à defesa enorme, porque você julga a pessoa sem duplo grau de jurisdição. Isso tem um quê de ser uma exceção no sistema. A gente teria que reservar o foro privilegiado no Supremo para poucas autoridades, o presidente da República, ministros de Estado e ministros de Cortes Superiores. Veja, se você pegar todos os deputados e devolver o julgamento de cada um para o seu Estado, seja para o Tribunal Regional Federal ou para o Tribunal de Justiça do Estado, a gente vai dispersar essa concentração. Isso é muito mais democrático. A gente vai permitir julgamentos com duplo grau e a gente vai confiar que o Supremo não é o único tribunal que acerta no País. O STF vai julgar parlamentares depois do mandato, então isso pode prolongar a competência por anos. Imagina um parlamentar que tem um processo no último ano do mandato dele. Aí ele termina o mandato e o Supremo vai ficar com aquele processo por quatro, cinco anos.

É a segunda vez que o STF muda de posição sobre o foro privilegiado em sete anos. Parece um intervalo adequado?

É um entendimento recéminstituído. Para começar, em uma democracia ideal essa regra seria definida em lei. Um tribunal não deveria decidir isso em regimento interno ou em jurisprudência. A gente vem vivendo de remendos, especialmente nessa matéria do foro por prerrogativa de função.

“Se o Supremo (Tribunal Federal) reclama do excesso de processos, com razão, mas toma uma decisão que vai aumentar o número de processos, há de haver um interesse próprio nisso”

O ESTADO DE S. PAULO

17/03/2025

POLÍTICA, A8

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

ENTREVISTA - Carlos Portinho (PL-RJ), Senador

‘O mundo está em guerra. E Brasil tem indústria de ponta’

Para senador, novo cenário geopolítico mundial traz oportunidades comerciais para Defesa do País Ex-líder do governo Bolsonaro no Senado, é autor da proposta que prevê vincular o orçamento da Defesa a uma parcela do PIB

MARCELO GODOY

Autor de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê um investimento mínimo no planejamento e na execução de projetos estratégicos para a Defesa, o **senador Carlos Portinho (PL-RJ)** afirmou em entrevista ao Estadão que este é o momento para discutir o projeto no Congresso. O texto da PEC foi apresentado em 2023. “O mundo está em guerra. As relações estão mais tensas nas fronteiras da Europa, e a gente tem de olhar para o Brasil como uma oportunidade.” Leia, a seguir, trechos de sua entrevista.

Em razão do novo cenário geopolítico mundial, o sr. acha possível sensibilizar seus pares para a discussão sobre a necessidade de desenvolvimento autônomo da Defesa nacional e pautar a PEC da Previsibilidade de Gastos da Defesa?

Acho que não teria um momento melhor do que esse. Justamente pelo que está acontecendo no mundo, o mundo está em guerra. E o Brasil sempre teve uma indústria de Defesa de ponta, e foi um país que desenvolveu tecnologia, como os satélites e o submarino nuclear, cuja tecnologia é importante para o País. Além disso, a indústria de Defesa gera empregos e tem uma participação importante no PIB. O Brasil não precisa participar de nenhuma guerra, mas aproveitar vantagens comerciais para ter uma indústria militar bem formada e avançada. Sei que existe resistência à PEC: “Ah, mas vai engessar o Orçamento”. Sim, a gente tem um orçamento engessado com investimento em Educação e Saúde, que são fundamentais, mas temos de pensar na necessidade de garantir o mínimo de previsibilidade para a Defesa. O mundo está mostrando isso. As relações estão mais tensas nas fronteiras da Europa, e a gente tem de olhar para o Brasil como uma oportunidade para a indústria de Defesa de ponta.

Como buscar meios para garantir projetos estratégicos, como o submarino nuclear e o míssil tático de cruzeiro, sem os quais a dissuasão contra potências extrarregionais não é possível? É possível um compromisso suprapartidário?

O orçamento militar brasileiro está muito abaixo do recomendado. Sempre que há corte no Orçamento, o primeiro afetado é o militar. O Brasil não pode ter uma conta pendurada com fornecedores de aviões. É importante ver o que está acontecendo na indústria militar na China, bem como na guerra na Ucrânia, com os drones. Tem uma evolução tecnológica que o Brasil não pode ficar atrás. A gente tem de fixar um porcentual, se não sobre o PIB, que é a proposta original, que seja sobre uma receita líquida anual do governo, o que daria previsibilidade para saber se vai ter 11 ou seis caças, e honrar os compromissos que o País assumiu.

Os chefes militares têm alertado para o risco de o Brasil ser alvo da ganância estrangeira. O Brasil não estaria desarmado para defender seus interesses? Sim. A própria questão da Margem Equatorial, né?

É uma questão estratégica e militar também. Não é só a questão do petróleo, da economia. Aqui a gente está na nossa margem de fronteira com outros países que estão avançando...

O senhor está se referindo à Venezuela e suas pretensões na Guiana?

Sim, exatamente. Vejo hoje no Senado uma adesão maior à PEC. Na posse do presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o senador Otto (Alencar, PSD-BA), eu coloquei a importância dessa PEC, e o senador Otto também manifestou apoio à proposta.

O sr. acha que o PT também pode apoiar a PEC?

Isso é uma questão de Estado. Essa PEC não pode ser vista de forma alguma como algo que foi o líder do governo Bolsonaro que apresentou. Tenho conversado muito com o senador

Jaques Wagner (PT-BA). Sempre disse isso tanto ao ministro (da Defesa, José) Múcio, quanto aos chefes das Forças Armadas: esse projeto deve ser relatado por alguém do próprio governo para sinalizar que é um projeto de Estado. •

O ESTADO DE S. PAULO

16/03/2025

POLÍTICA, A11

voltar ao topo 

POLÍTICA

Bolsonaro deve defender anistia e deixar aliados os ataques ao Supremo

Pouco antes de ter a denúncia por golpe analisada pela Corte, ex-presidente convoca ato por anistia que pode favorecê-lo

HUGO HENUD

RAYANDERSON GUERRA

Prestes a ser julgado por tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) deve evitar o confronto com os ministros da Corte no ato em prol da anistia dos condenados pelo 8 de Janeiro em Copacabana e contra o governo Lula hoje. As críticas mais contundentes devem ficar a cargo de aliados, como o pastor Silas Malafaia, um dos mais críticos às decisões recentes do tribunal.

A 1.^a Turma do STF vai decidir se aceita a denúncia e coloca Bolsonaro no banco dos réus no próximo dia 25. O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, liberou a denúncia do caso na quinta-feira, dia 13.

O ex-presidente tem sido orientado a adotar cautela ao discursar no ato para evitar reações da Corte e para não interferir na análise da denúncia de golpe. Nas últimas semanas, Bolsonaro tem reforçado com os aliados que o mote dos atos do dia 16 será “Anistia Já”.

Os ataques à sede dos Três Poderes, em Brasília, e as consequentes denúncias aos envolvidos nos atos antidemocráticos fazem parte do pano de fundo da manifestação. A expectativa do entorno do ex-presidente é que ele seja beneficiado com um possível perdão aos réus.

O ex-presidente deve ser o último a discursar no ato marcado para começar às 10 horas. Ele vai dividir o palco de um trio elétrico com o pastor Silas Malafaia, o senador Flávio Bolsonaro (PLRJ), os deputados federais Nikolas Ferreira (PL-MG), Eduardo Bolsonaro (PL-SP), além dos governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e Cláudio Castro (PL-RJ).

DISCURSOS. Ao Estadão, Malafaia confirmou que os discursos no ato ficarão a cargo de Bolsonaro, Tarcísio, Eduardo Bolsonaro, **Flávio Bolsonaro**, Nikolas Ferreira e Gustavo Gayer. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro era aguardada para o protesto, mas realizou uma cirurgia nesta semana e não está liberada para atividades do porte de uma manifestação para evitar riscos.

Segundo Malafaia, os aliados de Bolsonaro “serão franqueados a falar o que quiserem”. No entanto, assim como nas manifestações de 2024 no Rio e em São Paulo, as críticas mais duras contra a atuação de Moraes e demais ministros do Supremo devem partir do próprio pastor.

Em discurso no ato de setembro de 2024 na Avenida Paulista, Malafaia chegou a defender o impeachment de Moraes, afirmando que o ministro deveria ser preso. O ato ainda contará com a presença de familiares de alguns dos condenados pelos ataques de 8 de janeiro, que

estarão ao lado do presidente no palco do trio elétrico que percorrerá parte da orla de Copacabana.

No dia 13, o líder do PL na **Câmara**, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que deve apresentar o projeto de lei que anistia os condenados pelos atos golpistas como prioridade do partido na próxima reunião de líderes da Casa, prevista para o próximo dia 20. •

NOTÍCIAS

Estado terá duas escolas de referência engajadas no combate ao racismo

Professor Tolentino Maia, em Viamão, e o Colégio Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, em Porto Alegre, são as instituições escolhidas para projeto

Sofia Lungui*

sofia.lungui@zerohora.com.br São Paulo

A partir deste ano, o Rio Grande do Sul contará com duas escolas de referência no combate ao racismo. O anúncio foi feito pela secretária da Educação do RS, Raquel Teixeira, na quinta-feira, em evento em São Paulo (SP). Ela foi uma das convidadas no Encontro Anual Educação Já 2025, promovido pelo Todos Pela Educação.

Segundo a titular da Seduc, duas instituições irão adotar o modelo: a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Tolentino Maia, em Viamão, e o Colégio Estadual Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, em Porto Alegre.

Tratam-se de unidades da rede que irão implementar ações e modelo pedagógico focado em relações étnico-raciais, para garantir a permanência e o sucesso acadêmico de alunos negros, tendo em vista as desigualdades que assolam o Estado.

A cada cem alunos no Ensino Fundamental do RS, 53 abandonam a trajetória escolar, lembra Raquel. O dado é do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

- Para mim, ter uma escola de referência antirracista é uma fase transitória, que espero que acabe. Eu quero uma escola boa para todos, que não precisa especificar se é para um ou outro - afirma Raquel.

A secretária destacou que trata-se de um modelo piloto que, se render bons resultados, será implementado em outras instituições de ensino da rede. A iniciativa prevê promover um "ambiente educacional voltado para altas expectativas de aprendizagem, equidade, combate ao racismo e valorização da diversidade".

Desde 2022, a Seduc conta com seu Programa de Educação Antirracista, que busca enfrentar as disparidades de aprendizagem entre estudantes de diversas origens étnico-raciais.

*A repórter viajou a convite do Todos Pela Educação

Painel sobre equidade

O governo do Estado aderiu, junto aos 497 municípios gaúchos, à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), do governo federal. O programa recebe inscrições até esta sexta-feira.

A implementação da PNEERQ foi tema de um painel no encontro anual. Além de Raquel Teixeira, participaram do painel a secretária de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do MEC, Zara Figueiredo, e a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves, da Universidade Federal de São Carlos.

- Que sejamos valorizados pelas nossas diferenças, e não só por aquilo em que somos

iguais. Somos um povo diverso, fisicamente, culturalmente. Temos que valorizar o que temos de diferente para construir um projeto comum. Continuemos nesta luta e que sejamos exitosos na construção de uma nação brasileira em que todos se sintam incluídos, participantes e contribuintes - afirmou Petronilha.

RS - ZERO HORA

17/03/2025

04

voltar ao topo 

EM FOCO

Marcas da pandemia no ensino

Alunos inseguros e com níveis desiguais de aprendizagem ainda são uma realidade cinco anos após a eclosão do coronavírus. Alfabetização na idade certa ainda não chegou aos patamares anteriores a 2020, mas crianças relatam evolução

Isabella Sander

isabella.sander@zerohora.com.br

Antes da pandemia, já era inegável a desigualdade de aprendizagem entre crianças pobres e ricas, brancas e negras e de escolas privadas e públicas. As diferenças se amplificaram desde 2020, com a dificuldade de acesso às aulas no período de isolamento social, e deixaram um legado de alunos inseguros com a sua capacidade de aprender e lacunas de aprendizagem que já não serão recuperadas completamente.

Entre especialistas, é consenso que será preciso olhar para a geração de estudantes pandêmicos com lupa por um longo período.

Em relatório divulgado em maio do ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontou que, no final de 2023, 56% dos alunos brasileiros concluíram o 2º ano do Ensino Fundamental alfabetizados - etapa considerada a adequada para essa aprendizagem. O índice superou os 55% registrados em 2019, antes do surgimento da covid-19. Já no Rio Grande do Sul, o percentual de 2023, de 63%, ainda não alcançava o patamar pré-pandemia, de 68%.

Especialistas também concordam que estudantes mais pobres, que não possuíam computadores individuais e internet em casa, tiveram perdas muito maiores. Eles demandarão um olhar intersetorial do poder público por muito tempo e, mesmo assim, provavelmente terão algumas lacunas irrecuperáveis.

Perrengues no aprendizado

Raphaella Gantes Ferraz e Giovana da Cunha Sartori, 11 anos, frequentam o 6º ano da Escola Municipal São Pedro, no bairro Lomba do Pinheiro, e estavam iniciando o 1º ano quando a pandemia começou.

Mesmo com a ajuda dos pais, passaram perrengues ao tentar aprender a ler e a escrever durante as aulas remotas - a leitura só deslanchou mesmo no 3º ano do Ensino Fundamental, em 2022, quando o regime já era 100% presencial. Raphaella conta:

- Eu estudava bastante em casa com meus pais, e foi em casa que eu comecei a juntar as palavras. Bem depois, quando voltaram as aulas, eu vim para a escola e comecei a juntar mais palavras e consegui ler mais coisas.

Apesar de contar com a ajuda dos pais quando não estavam no trabalho, Giovana sentiu falta dos ensinamentos dos professores.

- Quando voltei para a escola, consegui aprender a ler mais e a escrever - avalia a

estudante.

Mesmo alfabetizada, a garota relata ainda ter dificuldades na leitura, especialmente quando há palavras difíceis nos livros. Ainda assim, tanto Giovana quanto Raphaela leram todos os 17 volumes da série de livros Diário de um Banana, de Jeff Kinney, dos quais gostaram muito.

Na São Pedro, durante a pandemia e depois, os professores passaram a enviar para casa cadernos personalizados conforme a demanda de cada aluno, como um reforço de aprendizagens previstas para séries anteriores. Essa prática ocorreu até o ano passado.

"Não foi fácil". diz mãe de estudante

Eduardo Hartmann Borges, 11 anos, teve mais sorte do que Raphaela e Giovana: quando a pandemia começou, já sabia ler e escrever. Com isso, foi mais fácil acompanhar as aulas online do Colégio Dom Bosco:

- Eu achei muito divertido até, não me importei muito com saudade e tudo o mais, porque eu não conhecia muito os meus colegas naquela época.

Já os pais de Eduardo têm memórias mais complexas, que envolvem um esforço para dar conta do trabalho, da organização da casa e da adaptação do pequeno ao novo formato. A mãe, a gerente-executiva da Sulgás Milene Hartmann, 44 anos, resume.

- Não foi fácil. Era ele no quarto com o computador, eu na sala com outro computador. Às vezes, a gente revezava: eu no quarto e ele na sala. Eu fazendo reunião e ele no meio da aula. Mas, no fim, deu tudo certo - descreve ela.

A Dom Bosco, em poucos dias, adaptou suas aulas ao meio digital, ministradas em uma plataforma. Milene elogia a professora da época, que deu conta da condução de uma turma de crianças de seis anos.

Volta com segurança

Assim que a escola retomou as atividades presenciais, a família passou a levar Eduardo. Para isso, contou com a rede de apoio. O pai, o gerente de qualidade da Sultécnica Lawrence Borges, 45 anos, relata:

- O meu trabalho exigia que eu iniciasse mais cedo, antes da aula. Então, tivemos que usar todos os recursos: tinha a minha mãe, a mãe dela (Milene). Quando tivemos a oportunidade de trazer para a escola, botávamos a mascarazinha, ele vinha com todos os cuidados, abastecia de álcool gel toda a mochila e vamos lá começar.

EM PORTO ALEGRE

Para combater o problema, a rede municipal de Porto Alegre adotou um programa de recomposição de aprendizagens com uma série de estratégias envolvendo currículos específicos, planejamento interdisciplinar, laboratórios de aprendizagem tanto no contraturno quanto no próprio turno, entre outras. Conforme a Secretaria de Educação de Porto Alegre (Smed), todas as ações seguem acontecendo.

NO ESTADO

Na rede estadual de ensino, foi estabelecido um sistema de avaliação diagnóstica do desempenho dos alunos que, posteriormente, se estruturou em um Centro de Educação Baseada em Evidências, com o qual dados ligados ao perfil do estudante atendido são utilizados na tomada de decisões. Foi criado o programa Aprende Mais, que contou com formação e remuneração diferenciadas para professores e orientadores trabalharem com a recomposição de aprendizagens. Ainda na área pedagógica, os Estudos de Aprendizagem Contínua envolvem intervenções pedagógicas durante o calendário de aulas e uma semana

de estudos intensivos ao final de cada trimestre. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) também distribuiu Chromebooks para docentes, coordenadores pedagógicos e alunos. Destinou R\$ 503,2 milhões nos últimos quatro anos às instituições. Criou ainda, no final de 2021, o programa Todo Jovem na Escola, que destina bolsas para estudantes do Ensino Médio em situação de vulnerabilidade social.

NO PAÍS

Já o governo federal lançou, em junho de 2024, o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. A iniciativa é focada em oferecer apoio técnico e financeiro para Estados e municípios implementarem ações e programas que alavanquem os níveis de conhecimento. A medida se divide em cinco eixos: reorganização curricular, avaliação das defasagens, desenvolvimento de práticas pedagógicas, formação de educadores para a recomposição de aprendizagens e oferta de uma plataforma com materiais suplementares.

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO FICA ESTAGNADA NO BRASIL EM 2024

Indicador é alerta para a inflação e variou 0,1% no ano passado, ante alta de 2,3% em 2023; projeções para 2025 são de estabilidade ou pequena queda

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

O comportamento da produtividade do trabalho mudou entre 2023 e 2024, embora a economia brasileira, no seu agregado, tenha crescido de forma similar nos dois anos. Em 2024, a produtividade por hora efetivamente trabalhada variou apenas 0,1%, ante alta de 2,3% no ano anterior, quando subiu acima da média histórica do país. Os dados são do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Para 2025, a perspectiva não é de avanço significativo na produtividade, que pode até cair, segundo pesquisadores do observatório. Eles alertam que uma economia que cresce acima do seu potencial sem ganhos de produtividade alimenta o processo inflacionário.

A produtividade é calculada pela comparação do valor adicionado - variável próxima ao Produto Interno Bruto (PIB), mas que exclui impostos e subsídios - com os indicadores do fator trabalho. Já as horas efetivamente trabalhadas podem incluir reduções por motivo de doença, feriado ou cortes de jornada, como os realizados em meio à crise da covid-19, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas. Como resultado, o aumento da produtividade ajuda a combater a inflação e permite a redução dos juros.

“Crescimento do PIB com produtividade crescendo não é inflacionário. Mas, se é um crescimento temporário, por mais que tenha um efeito benigno para a inflação, não é algo em que o Banco Central possa confiar para fazer política monetária”, diz Fernando Veloso, coordenador do observatório junto com Silvia Matos. “Todo esse aumento veio, basicamente, de um ou dois trimestres no início de 2023 e parou. Não tem, absolutamente, nenhuma dinâmica de crescimento da produtividade desde o segundo trimestre de 2023”, acrescenta.

Assim como em 2023, quem salvou a produtividade do Brasil no ano passado foi a agropecuária. Enquanto isso, a produtividade por hora efetiva da indústria caiu 0,5% em 2024 e a dos serviços ficou estagnada, após registrar altas de 2,1% e 0,5% em 2023, pela ordem.

PAGINA A4

PRODUTIVIDADE DO TRABALHO FICA ESTAGNADA NO BRASIL EM 2024 E É ALERTA PARA INFLAÇÃO

Medida por horas efetivas caiu 0,5% no 4º trimestre e variou apenas 0,1% no ano passado

Embora a economia brasileira, no seu agregado, tenha crescido de forma similar em 2023 e 2024, o comportamento da produtividade do trabalho mudou entre os dois anos. Em 2024, a produtividade por hora efetivamente trabalhada variou apenas 0,1%, ante alta de 2,3% em 2023, quando subiu acima da média histórica do país. Os dados, antecipados ao Valor, são do Observatório da Produtividade Regis Bonelli, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

Para 2025, a perspectiva não é de avanço significativo na produtividade, que pode até cair, segundo pesquisadores do observatório. Eles alertam que uma economia que cresce acima do seu potencial sem ganhos de produtividade alimenta o processo inflacionário.

A produtividade é calculada pela comparação do valor adicionado - variável próxima ao Produto Interno Bruto (PIB), mas que exclui impostos e subsídios - com os indicadores do fator trabalho. Em 2025, o valor adicionado agregado da economia subiu 3,1%, enquanto as horas efetivamente trabalhadas cresceram 3%. Dessa comparação, resultou a variação de 0,1% da produtividade em 2024. “Praticamente todo o aumento do PIB veio do emprego e das horas”, diz Fernando Veloso, coordenador do observatório junto com Silvia Matos.

As horas efetivamente trabalhadas podem incluir reduções por motivo de doença, feriado ou cortes de jornada, como os realizados em meio à crise da covid-19, bem como aumentos por causa de picos de produção e compensação de horas não trabalhadas.

Considerando os demais fatores trabalho, as horas habitualmente trabalhadas cresceram 3% em 2024, e a população ocupada, 2,8%, de modo que as medidas de produtividade registraram variação de 0,1% e 0,3%, pela ordem.

Em 2020, a pandemia mexeu com o mercado de trabalho, mantendo empregados os mais qualificados e, potencialmente, mais produtivos. Com isso, a produtividade por hora efetiva saltou 12,7% no ano inicial da crise sanitária. Em 2021 e 2022, esse “efeito composição” foi se dissipando, e a produtividade anual, em devolução, recuou 8,1% e 4,4%, respectivamente. O ano de 2023 foi o primeiro “normal”, e a produtividade iniciou o período subindo, o que surpreendeu, lembra Veloso. “No Brasil, qualquer aumento, mesmo pequeno, é sempre uma surpresa. Ele apareceu no primeiro trimestre de 2023, o que foi uma quebra em relação ao padrão de 2022, e depois de novo no segundo trimestre, mas foi desacelerando até desaparecer, dependendo da métrica, no quarto trimestre de 2024. Foi, realmente, algo temporário.”

Apenas no quarto trimestre de 2024, a produtividade por hora efetiva recuou 0,5% na comparação com período equivalente de 2023 e 0,9% em relação aos três meses imediatamente anteriores. Com isso, está apenas 0,9% acima do nível pré-pandemia. Em relação à tendência esperada antes do choque da covid, a produtividade corre paralelamente em um patamar um pouco superior (veja gráfico acima), mas a tendência continua muito parecida, diz Veloso.

“Todo esse aumento veio, basicamente, de um ou dois trimestres no início de 2023 e parou. Não tem, absolutamente, nenhuma dinâmica de crescimento da produtividade desde o segundo trimestre de 2023”, afirma.

O pesquisador ressalta que o tema é importante porque aumento da produtividade ajuda a combater a inflação e permite a redução dos juros. “Crescimento do PIB com produtividade crescendo não é inflacionário. Mas, se é um crescimento temporário, por mais que tenha um efeito benigno para a inflação, não é algo em que o Banco Central possa confiar para fazer política monetária”, diz Veloso.

Assim como em 2023, quem salvou a produtividade do Brasil no ano passado foi a

agropecuária. Embora o valor adicionado do setor tenha caído 3,2%, as horas efetivas recuaram mais: 4,8%. Com isso, a agropecuária ainda registrou alta de 1,6% na produtividade em 2024, após saltar 22,3% em 2023, diante da safra recorde.

“O desempenho do agro foi muito pior que em 2023, o que fez toda a diferença para 2024. Mas, até quando a produção cai, o agro continua um exemplo de sucesso, de que, com menos gente, a produtividade aumenta”, diz Veloso.

Enquanto isso, a produtividade por hora efetiva da indústria caiu 0,5% em 2024 e a dos serviços ficou estagnada, após registrarem altas de 2,1% e 0,5% em 2023, pela ordem. “Serviços é o principal setor da economia brasileira, tanto em percentual no PIB, quanto em trabalho. Teve um aumento minúsculo em 2023 e zero em 2024. Quando o setor de serviços não tem dinamismo, qualquer aumento de produtividade depende inteiramente do agro”, diz Veloso.

Na série construída pelo observatório desde 1995 até 2024, a produtividade da agropecuária por hora efetiva cresce, em média, 5,8% ao ano, bem acima da produtividade agregada, que avança 0,8% ao ano, observa Paulo Peruchetti, economista do FGV Ibre. A produtividade dos serviços cresce, em média, apenas 0,2%, e a da indústria recua 0,3%. “O crescimento da produtividade do agro é contínuo e, sem ele, não tem crescimento agregado”, afirma Veloso. Medida de eficiência com que os fatores capital e trabalho se transformam em produção, a produtividade total dos fatores (PTF) por hora efetiva, por sua vez, caiu 0,8% em 2024, após registrar alta de 1% em 2023. No fim de 2024, a PTF ainda estava 5,8% abaixo do nível pré-covid. “É um quadro desolador”, diz Veloso.

Nível é próximo ao de 2017-2019, mas desemprego hoje é muito mais baixo”

— Vitor Vidal

Desde 2021, a geração de emprego no Brasil tem sido, predominantemente, formal, observam os pesquisadores do FGV Ibre, o que traz um viés mais positivo para a produtividade, mas que ainda não apareceu. “E, na ponta, já parece haver uma desaceleração do emprego em 2025”, diz Peruchetti.

Com a atividade econômica ainda forte e sem ganhos de produtividade, a “correção” dos efeitos à inflação terá de vir da desaceleração do emprego, diz Veloso. Isso começa a aparecer nos registros do governo para o emprego com carteira assinada, o Caged. “O mercado de trabalho no início do ano passado parecia que seria algo muito parecido com, principalmente, 2022, mas, no segundo semestre de 2024, a geração de emprego formal começou a perder dinamismo”, diz Veloso.

Olhando à frente, em uma conta simplificada, se o FGV Ibre projeta crescimento da economia brasileira de 1,7% em 2025 e alta de 2% da população ocupada, a produtividade registraria uma queda em torno de 0,3% neste ano, observa Peruchetti. “Ainda tem muita informação para sair”, pondera. “Mas a produtividade foi mais forte em 2023, desacelerou em 2024 e, provavelmente, haverá estabilidade ou pequena queda em 2025. Esse é o padrão pré-pandemia.”

Peruchetti nota que, em 2017, a produtividade por hora efetiva subiu 2,1%, também por causa da safra agrícola excepcional. Em 2018, desacelerou para 0,5% e, em 2019, caiu 1,5%. “Naquela época, no entanto, a gente tinha um teto de gastos que funcionava. Agora, temos um arcabouço fiscal que se revelou muito frágil. Então, em certa dimensão, estamos em uma situação até pior”, afirma Veloso.

O economista Vitor Vidal, da consultoria VVC, também chama a atenção para a semelhança do nível da produtividade agora e logo antes da pandemia. Mas destaca outras variáveis importantes que são distintas. “Hoje, temos um nível de desemprego muito mais baixo do

que naquele período, em que a economia estava crescendo 1,5% e a taxa de desemprego estava na casa de dois dígitos”, afirma.

Pelos seus cálculos, a produtividade caiu 0,3% em 2024, com retração de 0,5% no quarto trimestre. No primeiro trimestre deste ano, ela pode esboçar alguma recuperação, diz Vidal, diante da perspectiva de nova safra recorde.

Olhando um horizonte temporal mais longo, um estudo do Santander aponta que as métricas de produtividade do Brasil seguem um padrão cíclico nos últimos 12 anos sem apresentar crescimento sustentável. Isso limita a expansão do PIB potencial do país, especialmente diante do declínio do crescimento populacional e das restrições de investimento, dizem economistas do banco.

Ainda que a PTF retorne a níveis positivos, eles afirmam ser difícil alcançar um PIB potencial acima de 2% ao ano. “Mesmo com a suposição relativamente forte de que a produtividade não recuará nos próximos trimestres, haverá uma tendência estável de menor crescimento potencial do PIB estabilizando em torno de 1,5%”, dizem Henrique Danyi, Gabriel Couto e Felipe Kotinda no relatório.

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A6

voltar ao topo 

BRASIL

Orçamento secreto pode prosseguir, alertam ONGs

Entidades dizem que a autoria das indicações das emendas coletivas continuará “oculta”

Por Jéssica Sant’Ana — De Brasília

A resolução aprovada na quinta-feira (13) pelo Congresso Nacional para dar seguimento ao plano de trabalho sobre maior transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares pode acabar perpetuando o chamado “Orçamento secreto”, na visão da Transparência Internacional, da Transparência Brasil e da Associação Contas Abertas.

As entidades dizem que a autoria das indicações das emendas coletivas (de bancada e comissão) continuará, como é hoje, “oculta sob a assinatura de apenas uma pessoa” - o líder partidário ou o coordenador da bancada estadual -, “reproduzindo a dinâmica adotada com as emendas do relator entre 2019 a 2022”.

As emendas de relator foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), devido à falta de transparência, em especial por não haver identificação do deputado ou senador padrinho da indicação.

O plano de trabalho estabelecido pelo Legislativo e pelo Executivo e homologado pelo STF é claro em determinar a identificação do parlamentar que patrocinou a emenda, vedando a “reserva de autoria a líderes partidários”.

Para as entidades, contudo, a resolução do Congresso permite que a indicação das emendas de comissão seja feita por líderes partidários, após reunião com as respectivas bancadas. “Cria-se, assim, uma modalidade de emenda não recepcionada pela Constituição Federal: a de bancada partidária”, dizem as associações.

No caso das emendas de bancada estadual, as entidades dizem que a resolução aproveita “uma brecha” deixada pela Lei Complementar nº 210/2024, que possibilita a divisão posterior das emendas aprovadas por meio de indicações. “Não há exigência de identificação do parlamentar autor das indicações, de modo que a autoria delas será

70

SENADO
NA MÍDIA

atribuída ao coordenador da bancada do Estado. Desta forma, não é possível fazer o controle social da proibição de individualização das emendas de bancada estadual.”

A resolução também permite que presidentes das comissões e coordenadores de bancadas estaduais alterem as indicações “caso necessário”, “sem definir ou limitar o que configuraria tal necessidade”, alertam as entidades. “Abre-se margem para que vontades individuais se sobreponham a decisões coletivas, de novo sem qualquer transparência ou necessidade de justificativa”, dizem Transparência Internacional, Transparência Brasil e Associação Contas Abertas.

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A6

voltar ao topo 

BRASIL

Acordo sobre emendas é visto com ceticismo por especialistas

Regras sobre verba parlamentar trazem avanços, mas há dúvidas se vão funcionar na prática

Por Jéssica Sant’Ana — De Brasília

As brechas deixadas pelo Congresso na resolução que regulamenta as emendas parlamentares ao Orçamento, as quais podem turvar a identificação dos reais autores das indicações das emendas coletivas, alimentaram o ceticismo de especialistas em relação ao plano de trabalho fechado pelo governo e pelo Congresso e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Outro problema é que o acordo avança muito pouco sobre o volume das emendas, que deve chegar a R\$ 50 bilhões neste ano, consumindo mais de 20% da verba discricionária da União.

A discussão sobre o impacto das emendas parlamentares nas contas públicas é tema desta reportagem, parte da série do **Valor** sobre a eficiência do Estado. Além de apontarem problemas de transparência, especialistas destacam que o aumento no protagonismo desses repasses no Orçamento é um risco para a qualidade da alocação dos gastos, que correm o risco de se distanciarem das prioridades estabelecidas por meio de políticas públicas estruturantes.

O acordo entre Executivo e Legislativo foi fechado após o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino suspender no ano passado a execução das emendas, devido à falta de transparência. Para este ano, as emendas foram liberadas, após a aprovação de lei complementar 210/2024, que trata sobre o tema, e da homologação do acordo pelo plenário do Supremo, no fim de fevereiro. Mas, como disse o próprio ministro do STF em seu voto, o plano “oferece um caminho de aprimoramento institucional para o Estado brasileiro, mas não encerra o debate” A lei complementar 210 e os seus atos normativos reforçam a necessidade de destinação das emendas de bancada para ações e projetos estruturantes e das de comissão para programações de interesse nacional, vedando a individualização e fragmentação. Também traz a necessidade de identificação do parlamentar apoiador das emendas coletivas (de bancada e de comissão). Há, ainda, a reformulação do Portal da Transparência, integração de sistemas, obrigatoriedade de abertura de contas específicas para transferências fundo a fundo de recursos para a área de saúde, obrigatoriedade de apresentação de planos de trabalho e de atas de decisão no caso da alocação dos recursos coletivos.

A lei também esclarece em quais hipóteses as emendas não poderão ser executadas. Entre elas, poderão ser impedidas emendas de saúde sem conta específica para destinação dos recursos e emendas coletivas sem plano de trabalho e sem atas que expliquem a definição de alocação dos recursos e identifiquem o parlamentar solicitante ou apoiador do projeto. Por fim, a legislação também limita o crescimento de emendas parlamentares em relação aos limites estabelecidos pelo novo arcabouço fiscal.

Na quinta-feira passada, o Congresso Nacional aprovou resolução que regulamenta o plano, mas, segundo associações de transparência, o texto deixa brechas para que os reais autores das indicações das emendas coletivas não sejam identificados, um dos principais problemas apontados pelo Supremo (leia texto Orçamento secreto pode prosseguir, alertam ONGs).

O consultor aposentado de Orçamento da Câmara dos Deputados Hélio Tollini, um dos maiores especialistas no assunto, diz ter “muito ceticismo em relação ao acordo na prática”. Uma dificuldade será a fiscalização dos planos de trabalho dessas emendas.

“Os órgãos de controle, que, em última instância, são os responsáveis por essa fiscalização, não têm capacidade de fazer a fiscalização de um percentual significativo dessas emendas. Hoje, são pouco mais de 6 mil emendas apresentadas, mas, durante a execução, elas se transformam em umas 30 mil obras, porque o parlamentar tem direito de fazer indicações genéricas na apresentação da emenda e, durante a execução, ele faz o detalhamento”, explica.

“O Tribunal de Contas da União não tem a menor chance de fiscalizar isso, e os tribunais de contas estaduais são tribunais com poder de fiscalização baixo”, completa Tollini.

O economista Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, acredita que, com o avanço nos critérios de transparência e compatibilização das emendas com os sistemas de controle e transparência, o trabalho dos órgãos de controle ficará facilitado, “sendo mais difícil se imaginar a possibilidade de que sejam executados recursos em despesas alheias ao plano”. Por outro lado, ele reconhece que é mais difícil de “assegurar os critérios objetivos de deliberação e alocação” no caso das emendas de bancadas e de comissão.

Eu acredito que R\$ 50 bilhões estão de bom tamanho [para o Congresso]”

— Marcus Pestana

Outro ponto visto com ceticismo é a tentativa de fazer com que as emendas de bancada e comissão sejam destinadas, respectivamente, para financiar projetos estruturantes e políticas públicas. Hoje, o que acontece na prática é que essas emendas coletivas atendem a interesses individuais dos parlamentares - função esta que deveria estar restrita às emendas individuais.

“Há espaço para que os resultados desta regra sejam tênues, porque a própria LC 210/2024 não é tão restritiva no conceito de ações estruturantes e prioritárias. Enquanto as ações estruturantes podem ser definidas e redefinidas a cada Lei de Diretrizes Orçamentárias, o rol de ações prioritárias é muito ampla, considerando 21 funções possíveis”, afirma Bittencourt.

Tollini explica que é antiga a prática de desvirtuação das emendas de bancada e de comissão para atender ações e objetivos específicos de um parlamentar. “Inicialmente, as bancadas menores começaram a dar uma emenda para cada senador ou deputado indicar. Então eram emendas de bancada, mas tinham dono, você individualizava a autoria dessas emendas. Com isso, ao longo do tempo, as emendas de bancada foram desmoralizando em relação a esse caráter estruturante. E mesmo as bancadas maiores, eles fazem grupinhos de três a quatro parlamentares para repartir a decisão da alocação. Então, esse caráter

estruturante nunca foi muito obedecido na prática”, diz o consultor aposentado.

Outra crítica dos especialistas é o fato de o acordo avançar muito pouco sobre o volume de emendas parlamentares, que tem crescido ano após ano. A lei complementar 210 acabou, na prática, criando um piso de R\$ 50 bilhões para as emendas, montante que será sempre corrigido, no mínimo, pela inflação. Isso porque, de acordo com a lei, o valor das emendas individuais e de bancada a partir de 2026 será igual ao valor do ano anterior, mais a correção pela inflação e mais 70% ou 50% do crescimento real da receita primária de 2024, seguindo regra do arcabouço fiscal. No caso das emendas de comissão, elas serão a partir de 2026 o valor do ano anterior (R\$ 11,5 bilhões em 2025) mais correção pela inflação.

“Vejo como improvável uma redução deste volume de despesas ao longo do tempo. Parece mais provável crescer as responsabilidades executivas do Legislativo, em direção a um regime de semipresidencialismo, do que o Congresso abrir mão do espaço já conquistado no Orçamento”, diz Bittencourt.

Tollini também diz ser cético sobre uma redução, porque isso depende de votação dos próprios congressistas, que são os maiores interessados em manter controle elevado sobre o Orçamento.

O consultor aposentado acrescenta que o Brasil é um dos únicos países presidencialistas do mundo em que o percentual de emendas parlamentares sobre o orçamento discricionário do Executivo chega a 23%.

“Há uma perda significativa de qualidade na alocação dos gastos públicos. Eu não tenho dúvidas que, muito provavelmente, a qualidade do gasto seria melhorada com a distribuição de recursos pelo Executivo, porque seguiria políticas públicas definidas na legislação. E essas políticas públicas, você pode até criticar, dizer que há políticas melhores e piores, mas elas têm uma coerência interna. É muito mais coerente você fazer uma alocação seguindo uma política pública do que você fazer uma alocação de baixo para cima, com um parlamentar definindo as necessidades do município A, B, C e D e esquecendo do município E, F, G.”

Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), diz que o correto não é comparar o volume de emendas com o total de despesas discricionárias do Executivo, e sim com a receita líquida total da União. “Eu acredito que R\$ 50 bilhões estão de bom tamanho, porque é mais ou menos 2,5% [da receita líquida de transferência da União] para o Congresso determinar, dentro dessa lógica, de emendas individuais com conteúdo legitimamente municipalista, com as emendas de bancada regional para obras estruturantes e as emendas de comissão voltadas para políticas públicas nacionais, sem recorte localista”, diz Pestana, que já foi deputado federal e teve cargos no governo de Minas Gerais.

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A2

voltar ao topo 

BRASIL

Com temor de precatórios, governo quer acelerar acordos fora da Justiça

Programa para reduzir judicialização de disputas envolvendo Previdência será lançado em abril, visando diminuir valor de impacto fiscal das ações

Por Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta — De Brasília

O governo quer fazer mais acordos em litígios envolvendo a Previdência para reduzir o volume de ações na Justiça que, sabidamente, terminarão com a derrota da União e com a emissão de precatórios. A Advocacia-Geral da União (AGU) pretende lançar no fim de abril o programa Pacífica, voltado a reduzir a judicialização no tema.

“Se sei que o INSS negou, mas que vou perder aquele processo na Justiça, a própria AGU já vai fazer acordo com a outra parte para evitar que ela judicialize”, disse o secretário de Governança e Gestão Estratégica, Caio Castelliano de Vasconcelos. “A gente espera desjudicializar e, conseqüentemente, diminuir o valor de impacto fiscal de precatórios e RPVs [Requisições de Pequeno Valor] com esses acordos no âmbito extrajudicial.”

O **Valor** mostrou na sexta-feira (14) que o volume de precatórios a serem pagos pela União em 2025 será de R\$ 102,7 bilhões e que não há sinais de redução nos anos seguintes. Porém, até 2026, cerca de metade desses pagamentos pode ser feita fora das regras fiscais, de forma a facilitar o cumprimento das metas de resultado das contas públicas. A partir de 2027 essa regra acaba e, em tese, os precatórios passarão a ser contabilizados integralmente para a apuração do resultado primário. É algo impossível de ser feito na atual estrutura orçamentária, de forma que alternativas já estão em discussão.

Os litígios envolvendo a Previdência ganham atenção especial porque representam 43% dos precatórios e RPVs pagos pela União. São, portanto, um ponto central do debate.

O problema é tratado em duas frentes: a das ações que são numerosas, mas de pequeno valor, e as ações que envolvem individualmente valores milionários.

O Pacífica integra as medidas destinadas ao primeiro grupo. Ao reduzir o volume de ações na Justiça e evitar longas discussões, há economia de recursos públicos, informou o secretário. Além disso, é reduzido o volume de precatórios, uma despesa cujo comportamento é difícil de antecipar.

Foi também aberta uma frente de combate à litigância predatória envolvendo Previdência. “Existe hoje um verdadeiro mercado em torno de ações contra o governo, especialmente de ações previdenciárias”, afirmou Vasconcelos.

Foi criada na AGU uma central de combate à litigância predatória, que atua em três dimensões. A primeira é dialogar com juízes para alertar sobre esses casos. A segunda é identificar escritórios que proativamente buscam clientes para esse tipo de ação. “Às vezes pessoas que não iriam entrar com o processo passam a entrar por causa disso”, comentou. Uma terceira frente envolve identificar fraudes nos processos. A ideia é denunciar esses casos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Polícia Federal.

O combate à litigância predatória não ficará restrito às ações envolvendo Previdência. Haverá o mesmo olhar para outros temas, como a concessão de Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Também nesse caso, ouve-se nos bastidores do governo que há uma “indústria” atuando nos tribunais.

Na segunda frente, a das ações milionárias, a AGU as separou em grupos conforme o valor e criou uma sistematização para atuar nesses casos.

O órgão também pretende colocar em funcionamento, em todo o país, um “robô” que confere o valor dos precatórios a serem pagos. Quando a União é derrotada em uma ação, o juiz determina o valor e o envia para a AGU conferir. “O valor é muito grande, é quase impossível a gente conferir isso manualmente, processo a processo”, disse Vasconcelos. Assim, a ideia é expandir a automatização que já opera em alguns locais.

Na AGU foi criada uma central de combate à litigância predatória

Essas ações decorrem de trabalho conjunto da AGU com os ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Gestão, em um comitê criado em 2023 para tratar do crescente volume de precatórios. Nos dois primeiros anos, contou Vasconcelos, o trabalho foi concentrado em diagnosticar as causas do aumento do volume de ações a serem pagas pela União. No atual

estágio, já é possível tomar medidas destinadas à redução.

Não é, porém, um trabalho que terá impacto grande no curto prazo, adiantou o secretário. No diagnóstico, foi constatado que o tempo médio até que seja necessário pagar um precatório é de oito anos. Assim, por exemplo, as regras mais rígidas aprovadas na reforma da Previdência de 2019 ainda não mostram efeitos.

“A reforma da Previdência cria critérios mais rígidos de concessão de precatórios e RPVs”, explicou. A expectativa é que, nas ações ingressadas após a reforma, seja possível ao governo obter mais vitórias nos tribunais e, com isso, diminuir o valor dos pagamentos.

Embora haja várias iniciativas que reduzirão o volume de precatórios a pagar no longo prazo, há preocupação na área econômica com um horizonte mais curto.

Como mostrou reportagem do **Valor**, é preciso que já no ano que vem haja alguma definição sobre os pagamentos de precatórios em 2027. Em abril de 2026, o governo precisará enviar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2027. Esse documento estabelece a meta de resultado das contas públicas, que não poderá ser determinada sem que se saiba se a conta dos precatórios, da ordem de R\$ 100 bilhões, ficará dentro ou fora das regras fiscais.

Em agosto de 2026, será enviado ao Legislativo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, que detalhará as despesas da União, inclusive a de precatórios.

Especialistas falam na hipótese de o Supremo Tribunal Federal prorrogar a regra pela qual quase metade dos precatórios fica fora da regra fiscal até 2026. Alternativamente, as ideias são mudar o arcabouço fiscal ou promover forte corte nas despesas para os precatórios “caberm” no Orçamento. Outra possibilidade seria o Congresso criar alguma regra permanente para excluir os precatórios das regras fiscais, em todo ou em parte.

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A12

[voltar ao topo](#) 

COLUNAS

MARIA CRISTINA FERNANDES - Ex-presidente mostra-se útil a Tarcísio

Jair Bolsonaro tentou dar uma carteirada mencionando o apoio que teria arrancado do presidente o PSD, Gilberto Kassab, à anistia, mas sabe que o Centrão, se já não pretendia votá-la porque acredita ter um candidato mais competitivo (Tarcísio de Freitas), não deve ser convencido pela manifestação.

Nem a proximidade do dia em que o ex-presidente deverá se tornar réu impediu que se reunisse menos gente do que nas demais mobilizações convocadas pelo bolsonarismo no ano passado. O ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, marcou para o dia 25 a primeira sessão que analisará o acolhimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República.

Vistos do ângulo contrário, porém, os cálculos de público na manifestação da manhã de domingo, menos de 20 mil segundo o Monitor do Debate Político não autorizam a que se diga que Bolsonaro réu será o triunfo da pressão popular. Em São Paulo, uma das cidades em que houve ato pela prisão em dezembro do ano passado, foi possível deixar uma pista livre para o trânsito.

Além do monitor USP-Cebrap, a PM do Rio também apresentou um cálculo de 400 mil. O governador do Estado, Cláudio de Castro, discursou no ato em defesa de Bolsonaro.

Uma prisão desapaixonada de Bolsonaro é uma avenida para o governador de São Paulo,

Tarcísio de Freitas, presente ao ato na companhia de Castro e outros dois governadores, Mauro Mendes (MT) e Jorginho Mello (SC). Dos presidenciáveis de direita, foi a única presença.

Sem mencionar o STF ou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Tarcísio pagou o pedágio de defender a candidatura de Bolsonaro mas tentou levar o jogo pra frente, atacando a carestia e a violência. De azul, enquanto todos estavam de amarelo, foi na linha de que a anistia é necessária para o país virar a página do futuro porque sabe que o padrinho não estará na cédula eleitoral.

Bolsonaro pode estar inelegível, mas mantém um olfato mais apurado do que quaisquer um dos que lá estavam. Começou e terminou com um apelo às mulheres (“qualquer coisa contra uma mulher é uma polêmica enorme no Brasil”). Mencionou as cinco presas por golpismo e concluiu com uma homenagem à viúva de Clériston Pereira da Cunha, também preso no 8/1 e morto em 2024 Papuda, para cativar o eleitorado desencantado com Lula.

Foi o único a citar os eleitores do Nordeste (“região que deveria ser a mais próspera do país”), outro reduto lulista em fogo morto. Foi ovacionado com o grito de guerra “mito” quando pediu passagem para uma pessoa que passava mal na plateia e requisitou um médico.

Mostra-se útil a Tarcísio com o que julga ser um ganha-ganha. Mantém seu eleitorado - restrito, mas intransponível -, mobilizado, e recebe apoio pela anistia.

(...)

Leia mais : <http://valor.globo.com>

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A13

[voltar ao topo](#) 

COLUNAS

BRUNO CARAZZA - Propostas para um governo com poucas ideias

O governo Lula levou a sério o slogan assumido pela sua administração assim que tomou posse, “União e Reconstrução” - pelo menos em relação à sua segunda parte.

Se de um lado não houve ações significativas para pacificar um país que saiu das urnas dividido, por outro a atual gestão petista passou os últimos dois anos recolocando de pé projetos que foram as vitrines de suas passagens anteriores pelo Palácio do Planalto. Assim, desde a posse Lula turbinou o Bolsa Família, reinstituiu os reajustes reais do salário-mínimo, ressuscitou o PAC, lançou uma nova rodada do programa Minha Casa Minha Vida, entre outras medidas requeentadas.

Ainda que muitas dessas ações tenham contribuído para garantir um crescimento do PIB de mais de 3% em 2023 e 2024, com emprego e rendimentos médios reais beirando a máxima histórica, mesmo assim a popularidade do presidente vem caindo.

Algumas razões vêm sendo apontadas para esse paradoxo vivido por Lula. O próprio presidente e seu entorno atribuem seu baixo desempenho nas pesquisas a um problema de comunicação. Colocaram então um marqueteiro no Palácio do Planalto, mudaram a linguagem nas redes sociais, botaram o Aerolula para sobrevoar o Brasil, mas aparentemente o ponteiro que mede a aprovação do governo não se moveu.

Uma interpretação mais elaborada argumenta que o eleitorado brasileiro mudou. Além de o Brasil ter dobrado à direita (vide Jairo Nicolau), houve uma forte conversão da população às religiões evangélicas na última década - em 06/03, César Felício fez um apanhado das pesquisas recentes sobre esse fenômeno na ótima coluna “Pergunte aos Dados”, aqui

no **Valor**.

Outro importante componente é a significativa transformação ocorrida no mercado de trabalho, em função da reforma trabalhista, da pejotização e da proliferação dos aplicativos. Seja por um revanchismo em decorrência de sua prisão, pelas origens católicas do PT ou pelo ranço de um passado sindicalista, o governo não tem sido capaz de dialogar com esses públicos.

De forma complementar, há quem aponte que Lula ainda não conseguiu entregar nada de novo para seu eleitor. Segundo esse raciocínio, os segmentos que tradicionalmente votam nele - os mais pobres, as mulheres, os negros e os nordestinos, com toda a interseccionalidade presente nesses grupos - já tinham a expectativa de restabelecimento das políticas dos dois primeiros mandatos, e agora expressam sua frustração pela ausência de novas iniciativas que venham resolver outros dos seus muitos problemas cotidianos: a violência doméstica e urbana, as muitas horas perdidas diariamente no transporte público, a falta de creches e escolas em período integral, a inflação que corrói o poder de compra de seu salário.

De fato, poucas foram as novidades de impacto apresentadas neste terceiro mandato. O programa Pé-de-Meia, apesar de suas irregularidades orçamentárias, desponta até o momento como candidato a ser o grande legado desta gestão, mas como seus resultados são diluídos no tempo, ainda não se converteu em ganhos de popularidade.

O lançamento, na última semana, do projeto que prevê utilizar os aplicativos da Carteira de Trabalho Digital e do E-Social para conceder crédito consignado mostra que nem tudo está perdido em termos de criatividade na atual administração. Num país com quase 75 milhões de pessoas com dívidas em atraso, segundo o Mapa da Inadimplência do Serasa, possibilitar a migração desses débitos para uma operação com taxa de juros significativamente mais baixa pode gerar dividendos eleitorais imediatos para Lula.

Aliás, se Lula realmente estivesse disposto a implementar medidas transformadoras na sociedade brasileira, deveria fazer um apanhado de propostas inovadoras que tramitam no Congresso Nacional e que poderiam ser abraçadas pelo PT e sua base de governo.

Na semana passada, após a publicação da minha coluna sobre a timidez das políticas públicas implementadas pelo governo em relação às mulheres, a economista Luiza Rodrigues me chamou a atenção para o PL nº 4.978/2023, que sugere utilizar as inovações bancárias para resolver um problema que aflige milhões de mulheres e crianças no país: a irresponsabilidade de pais que se tornam inadimplentes no pagamento da pensão alimentícia para seus filhos.

De acordo com o projeto, assim que o juiz proferisse a decisão estabelecendo o valor da pensão, a instituição financeira na qual o homem tivesse conta seria notificada para realizar uma espécie de “pix pensão” recorrente para a mãe, e em caso de saldo insuficiente o Banco Central seria comunicado para tornar indisponíveis os ativos em outros bancos. De uma maneira simples, seriam resolvidos assim dois problemas: a vulnerabilidade de milhões de mulheres e crianças brasileiras seria aplacada e o Judiciário ainda seria aliviado sem milhões de ações de alimentos que precisam ser propostas anualmente.

(...)

**Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de “O País dos Privilégios (volume 1)” e “Dinheiro, Eleições e Poder”, ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras
E-mail: bruno.carazza@gmail.com**

Leia mais : <http://valor.globo.com>

Congresso tem de cumprir acordo de emendas com STF

•

Após um embate de meses entre o Judiciário e o Legislativo, em uma disputa que colocou no limbo o orçamento de 2025, ainda não votado, os líderes do Congresso e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sacramentaram um acordo para que as emendas parlamentares fossem aquilo que não estavam sendo: públicas e transparentes, com autores, destino e finalidade dos recursos claramente identificados. Aceito o compromisso, o comando do Congresso inventou um novo estratagema para, mais uma vez, impedir a identificação do responsável pela indicação da emenda.

Aprovado a toque de caixa, o novo projeto de resolução do Congresso para dar mais transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares viola o acordo firmado e não deve encerrar ainda a malversação de recursos públicos que se arrasta desde 2022, com o início do “orçamento secreto”. O controverso trecho foi incluído durante a tramitação do texto, costurada pelos novos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que haviam se comprometido a atender às determinações de Dino. Em um sinal de que pouco mudou com a troca de guarda no comando do Congresso, os raros parlamentares a questionar o projeto reclamaram que tiveram menos de 24 horas para ler a proposta final, aprovada por ampla maioria em ambas as casas: 361 a 33 entre deputados e 64 a 3 entre senadores. Como em outras ocasiões, o PT votou a favor de manobras pouco republicanas com as emendas, das quais igualmente se beneficia.

Segundo técnicos legislativos e ONGs que trabalham pela transparência das contas públicas, o projeto permitirá que continuem ocultos os autores das emendas de comissão, que somam R\$ 11,5 bilhões no orçamento de 2025 e são alvo dos principais questionamentos de Dino por terem explodido à medida que o cerco do STF se fechou, primeiro, sobre as emendas de bancada e, depois, sobre as emendas “Pix”. Pelo texto, essas indicações poderão ser assinadas apenas pelos líderes partidários, sem a devida identificação do responsável pelo repasse. A intenção de manter o sigilo se evidencia nos modelos de ata que serão adotados para as emendas de comissão e de bancada: ambos não contêm um campo específico para indicar os autores de cada proposição.

Em nota divulgada antes mesmo da votação, as ONGs Transparência Brasil, Transparência Internacional e Contas Abertas já alertavam que a inclusão do trecho equivale à criação de uma nova emenda, a “de líder partidário”, que não tem previsão constitucional. Para as entidades, em vez de garantir mais transparência à destinação de recursos públicos pelos parlamentares, a resolução do Congresso nada soluciona, reverte avanços institucionais já consolidados e não atende ao plano de trabalho acordado com STF, nem aos interesses da sociedade.

Os líderes do Congresso fizeram então o que já haviam ameaçado fazer para ampliar seu controle sobre o orçamento da República. Em 2024, chegou-se a cogitar a instituição de emendas das bancadas partidárias, além das que já existem para bancadas estaduais, individuais e de relator - abatidas por serem consideradas inconstitucionais pelo STF em 2022 - e as que ganham mais relevo, as de comissão. Com R\$ 52 bilhões destinados para o conjunto das emendas em 2025, o Congresso brasileiro tem a seu dispor, a sua escolha

discrecionária, uma fatia de recursos orçamentários que raros países ao redor do planeta possuem - algo que também não se vê em nenhuma nação desenvolvida.

O orçamento, que configura as prioridades de gastos para atender às necessidades da nação, foi deixado de lado e baterá o recorde de atrasos caso não seja votado na próxima semana. É possível que a votação aconteça, porque reações eventuais do STF não devem ocorrer até lá. Por enquanto, vigora a regra de utilizar um doze avos da previsão para os gastos até que a peça orçamentária seja aprovada. O governo divulgou a intenção de apertar estes gastos no início, dando vazão a um dezoito avos mensais. Não há dados para saber se cumpriu a promessa, mas ela pode estar na origem do superávit primário de R\$ 104 bilhões de janeiro, o maior de toda a série para o mês, que costuma apresentar grandes resultados positivos nas contas públicas.

A intenção da mesa do Congresso, que é presidido por **Alcolumbre**, um dos mais influentes gestores das emendas do orçamento secreto no governo Bolsonaro, era concentrar poderes sobre as emendas, o que significaria menos luz sobre a destinação e a pertinência dos gastos. Seria criada uma Secretaria de Orçamento Público, que subordinaria os consultores legislativos a determinações do “secretário” sobre o que poderiam ou não divulgar, quando hoje há relativa liberdade de avaliações e elas têm contribuído valiosamente para auxiliar nas decisões orçamentárias. O processo das emendas ainda pode exigir novas ações do STF para que elas cumpram o rito constitucional da transparência, publicidade e moralidade públicas.

(...)

Leia mais : <http://valor.globo.com>

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A12

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Governo acena com aumento no auxílio-gás e na verba para reforma agrária

Executivo busca recuperar imagem de Lula em meio à queda de sua popularidade

Por Caetano Tonet e Guilherme Pimenta — De Brasília

Apesar do anúncio do corte de R\$ 7,7 bilhões no Bolsa Família, o governo federal fez acenos à base eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ofício enviado pelo Ministério do Planejamento com ajustes para o Orçamento de 2025. Com um aumento no Auxílio-Gás e outro na verba para ações da reforma agrária, argumentam aliados do Planalto no Congresso, o Executivo busca recuperar a imagem de Lula em meio à queda de sua popularidade.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), comandado pelo petista Paulo Teixeira, teve um aumento orçamentário de R\$ 1,05 bilhão. O aumento da previsão orçamentária vem em meio a críticas à gestão de Teixeira na pasta e a especulações de que o petista deixe o ministério.

Paulo Teixeira enfrenta críticas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Segundo o **Valor** apurou, lideranças pedem a saída do petista e

defendem a ex-presidente da Caixa Econômica Maria Fernanda Coelho no comando da pasta. Procurada, ela não se manifestou.

Diante do cenário, é justamente o MST o destino de R\$ 400 milhões para a compra de alimentos da agricultura familiar. O detalhamento está em um documento da Casa Civil obtido pelo **Valor**.

O documento cita nominalmente o MST como destino dos recursos remanejados para a pasta. “R\$ 400 milhões - aquisição e distribuição de alimentos (MDA/MST)”, detalha a Casa Civil.

Além disso, segundo fontes do PT, a medida também busca mostrar que o governo trabalha para dar uma resposta à população de baixa renda em meio a inflação dos alimentos.

O aumento no orçamento para compra e distribuição de produtos da agricultura familiar tem um impacto incerto na inflação dos alimentos, mas o governo vê o movimento como uma forma de mostrar que está tentando atacar o problema.

Ao **Valor**, Paulo Teixeira afirmou que o foco do ofício é aumentar a produção de alimentos. O ministro disse, no entanto, que apesar da menção ao MST, o programa é para aquisição da agricultura familiar em geral, não exclusivo para o movimento. “Esse ofício tem duas rubricas, que são rubricas de formação do estoque e rubricas de programa de aquisição de alimentos. O objetivo é fortalecer a produção de alimentos e o acesso a eles”, disse.

Sobre as críticas e a pressão do MST por mais ações da pasta, o ministro vê o cenário com naturalidade: “O movimento, numa sociedade civil vibrante, tem que se mobilizar. Isso é sinônimo de vitalidade.”

Ainda com foco na questão dos alimentos, o ofício prevê um acréscimo de R\$ 300 milhões para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o investimento em “formação de estoques públicos de alimentos”.

Outra realocação na pasta, no valor de R\$ 350 milhões tem como destino ações de reforma agrária, como a desapropriação de terras.

Na última semana, em uma solenidade em um assentamento do MST em Campo do Meio, Minas Gerais, Lula anunciou desapropriações no Estado, no Rio Grande do Sul, Paraná, Pará e Goiás, totalizando um investimento de R\$ 189 milhões.

Mesmo com o corte do Bolsa Família, parlamentares ouvidos pelo **Valor** enxergam um remanejamento com foco na eleição de 2026 no ofício enviado pelo Planejamento.

O governo garante que os cortes no programa de transferência de renda são parte de um pente fino e não vão diminuir o alcance do programa e o número de beneficiários.

Por outro lado, o governo vê nas ações da agricultura familiar e no acréscimo de R\$ 3 bilhões no Auxílio-Gás, antes previsto em R\$ 600 milhões, como forma de dar uma resposta efetiva à população de baixa renda, onde Lula teve queda na avaliação nas últimas pesquisas.

Em agosto do ano passado, Lula anunciou a ampliação do vale-gás de 5,6 milhões de famílias para mais de 22 milhões até o fim de 2025.

O ofício enviado ao Congresso ainda adiciona R\$ 240 milhões para a Polícia Federal. Recentemente, o **Valor** mostrou que o órgão pediu mais recursos e manifestou insatisfação com a primeira proposta orçamentária em petição ao Supremo Tribunal Federal, principalmente para ações relacionadas ao crime ambiental. O ministro Flávio Dino, em despacho, cobrou os recursos.

A suplementação orçamentária também foi realizada na previdência, com R\$ 8,3 bilhões, e no Benefício de Prestação Continuada (BPC), com R\$ 700 milhões. Mas conforme mostrou o **Valor**, especialistas afirmam que esses gastos continuam subestimados.

Procurados, o Ministério do Planejamento e a Casa Civil não se manifestaram.

Com vistas a 2026, Lula intensifica viagens a Minas

Presidente busca aliado que saia candidato ao governo mineiro para ter palanque competitivo para a disputa presidencial

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa — De Brasília

Em busca de se fortalecer para as eleições de 2026, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva intensificou as viagens a Minas Gerais do ano passado para cá. Levantamento do **Valor** com base na agenda presidencial mostra que o petista visitou seis cidades mineiras em 2024 e mais três nos primeiros meses deste ano. Apesar do empenho, ele ainda não conseguiu encontrar um aliado que aceite disputar o governo do Estado ao seu lado, como forma de lhe oferecer um palanque forte no ano que vem - Lula estava esperando o retorno a Brasília do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para tratar desse assunto e da reforma ministerial.

A importância dada a Minas Gerais tem relação direta com o pleito presidencial de 2026. Nos últimos anos, a vitória nas urnas mineiras foi essencial para que um candidato à Presidência da República também saísse bem-sucedido na disputa nacional.

Para se ter uma ideia, Lula não visitou nenhuma cidade mineira em 2023, quadro que mudou a partir de 2024, segundo os registros oficiais. A avaliação no Palácio do Planalto é que o Estado - governado pelo opositor Romeu Zema (Novo) - deve continuar entre as prioridades. Mas, no momento, ainda não há uma previsão oficial de novos compromissos nessa unidade da federação.

Os eventos políticos começaram em fevereiro daquele ano (ver infográfico nesta página), por Belo Horizonte, mas ocorreram também em cidades como Serra do Salitre (março), Nova Lima (abril), Contagem (junho), Juiz de Fora (junho) e Uberlândia (setembro).

Lula só não viajou mais para Minas por causa do acidente doméstico que sofreu em outubro do ano passado, situação que o levou a desenvolver um quadro de hemorragia cerebral e impediu viagens de avião por quase quatro meses. Mesmo assim, nesse período, o Estado ganhou destaque em agendas realizadas no próprio Palácio do Planalto.

Em janeiro deste ano, quando ainda sofria com restrições para viajar, Lula determinou que fosse realizada uma cerimônia, na sede do Executivo, para assinatura da concessão do trecho de Minas Gerais da BR-381, conhecida como "Estrada da Morte". A concessão vai beneficiar 13 cidades às margens da estrada. No mês seguinte, em fevereiro, o presidente concedeu longa entrevista simultânea para três rádios de Minas e aproveitou para dar destaque especial ao acordo de Mariana (MG), celebrado entre os governos federal, de Minas Gerais e Espírito Santo, e as mineradoras Vale, BHP e Samarco.

Já no início deste mês, após ser liberado para viajar, o presidente voltou a marcar presença em eventos públicos para falar diretamente ao eleitorado mineiro. No dia 7, por exemplo, Lula foi até a cidade Campo do Meio (MG) para anunciar a desapropriação de três lotes de terras que fazem parte do Quilombo Campo Grande, na área da antiga Usina Ariadnópolis, ocupada desde 1997 por trabalhadores do Movimento Sem-Terra (MST).

Na semana passada, por sua vez, Lula viajou a Betim, onde visitou um polo automotivo, e depois participou de uma cerimônia para celebrar a produção do aço brasileiro, na unidade

da Gerdau em Ouro Branco (MG).

A estratégia no Estado esbarra nas dificuldades de Lula para conseguir construir uma candidatura forte para o governo de Minas. O principal nome para esta tarefa, na avaliação do presidente, é o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco, que resiste a aceitar tal missão. A resistência dele, inclusive, acabou por emperrar as negociações para que Pacheco assumira um ministério - um dos atrativos usado pelo governo para convencê-lo a aceitar disputar as eleições estaduais em 2026.

Lula tem pressionado Rodrigo Pacheco a candidatar-se ao governo mineiro

Inicialmente, a promessa é que os dois discutiriam o convite logo após as férias de Pacheco. O período de descanso do senador acabou há quase duas semanas, mas nada aconteceu.

Na semana passada, o presidente da República voltou a pressionar Pacheco a tomar uma posição. "Se for da sua vontade, Rodrigo Pacheco tem tudo para ser o futuro governador do Estado, possui todas as qualidades necessárias para o cargo e contará com o meu apoio na disputa", afirmou em entrevista ao jornal "Estado de Minas".

Para piorar a situação, um dos ministérios que interessariam ao grupo político de Pacheco é o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), que se viu envolto numa crise internacional por conta da decisão de Donald Trump de aplicar tarifas de importação de 25% sobre todas as exportações de aço e alumínio para os Estados Unidos.

As negociações em torno dessa taxa são lideradas, no governo, justamente pelo atual ministro do Mdic, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Por conta disso, na visão de interlocutores, dificilmente Lula irá substituir Alckmin neste momento, com uma disputa deste tamanho no horizonte.

Diante desse cenário, uma possibilidade seria oferecer ao senador mineiro ministérios como o da Agricultura ou o da Justiça. Esta última pasta, porém, está nas mãos de Ricardo Lewandowski e, na avaliação de fontes, não seria suficiente para dar tanta projeção política a Pacheco em Minas Gerais.

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Fragmentação dificulta comunicação do governo

VALOR ECONÔMICO

17/03/2025

A12

[voltar ao topo](#) 

POLÍTICA

Motta reúne líderes para distribuir comissões

Presidente da Câmara tenta destravar os últimos impasses para fechar o mapa dos colegiados

Por Marcelo Ribeiro e Murillo Camarotto — De Brasília

Após semanas de negociações, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), realiza na terça-feira (18) uma reunião derradeira com líderes partidários e tenta destravar os últimos impasses para fechar o mapa que definirá a distribuição das comissões

temáticas da Casa. O parlamentar tentou, sem sucesso, chegar a um consenso na quinta-feira (13), mas teve seu planos adiados em função da disputa entre legendas. Motta sinalizou a lideranças que pretende bater o martelo sobre as comissões no próximo encontro para viabilizar as instalações dos grupos na quarta-feira (19). Até mesmo a ordem do dia do plenário da Casa não ocorrerá neste dia para que parlamentares possam se dedicar à abertura dos trabalhos dos colegiados.

A pressa para que a disputa seja superada é maior, em função das preocupações de que as divergências retardem ainda mais a votação do Orçamento de 2025, que já está atrasada e foi marcada para esta semana.

Apesar de estar focado no cumprimento desse calendário desenhado por ele junto às lideranças, Motta ainda precisa resolver alguns embates entre partidos aliados - que sustentaram sua candidatura ao comando da Mesa Diretora -, sendo o principal deles a disputa pela relatoria do Orçamento de 2026 entre MDB e União Brasil.

O ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) construiu em 2023, durante as negociações de sua recondução ao posto mais alto da Câmara, um acordo que previa que União e PSD indicariam os deputados com os principais cargos que coubessem aos parlamentares da Casa na Comissão Mista do Orçamento (CMO) em 2025 e 2026.

Só que, no ano passado, o MDB recebeu de Motta a promessa de indicar a relatoria do Orçamento de 2025, em troca do apoio à postulação do deputado do Republicano à presidência da Casa.

Naquele momento, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), ainda tinha sua candidatura colocada. O emedebista abriu mão de suas pretensões e passou a ser um dos principais coordenadores da campanha do deputado do Republicanos.

A partir daí, Motta deslançou e se tornou ainda mais favorito para a corrida interna. Esse tem sido o principal argumento apresentado pelo MDB para pleitear um dos postos mais cobiçados deste ano, já que a peça orçamentária prevê os recursos disponíveis para o governo federal em ano eleitoral.

Integrantes do partido alegam ainda terem aderido à postulação de Motta bem antes do União, que arrastou a candidatura de Elmar Nascimento (União-BA) até novembro. Após a desistência do baiano, a legenda também passou a integrar o grupo de 18 partidos que sustentou as pretensões de Motta.

O União, por sua vez, recorre ao acordo fechado com Lira e argumenta que sua bancada federal é maior do que a do MDB.

Segundo apurou o **Valor**, Motta encaminha-se para contemplar o MDB, já que o senador Efraim Filho (União-PB) deve presidir a CMO, o que inviabilizaria que o mesmo partido ocupasse os dois principais cargos da comissão. Além disso, ele deve garantir que o União esteja à frente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, seguindo à risca um acordo que foi fechado pelo alagoano no início da legislatura.

Outro impasse complexo é relacionado à Comissão de Minas e Energia, a qual está na mira do PL, que tem direito a quatro das sete primeiras pedidas em função da sua numerosa bancada. O PSD, porém, que tem a 11ª pedida, também almeja o posto. Nos bastidores, parlamentares do PL têm reforçado que não abrirão mão do colegiado e pontuam que se trata de um direito regimental.

O mesmo argumento é utilizado pelos bolsonaristas para rebater a resistência do PT a que o PL indique Eduardo Bolsonaro (SP) para a Comissão de Relações Exteriores. O colegiado será um dos dois primeiros pedidos a que a legenda tem direito. **(Colaborou Caetano Tonet)**

PONTO PODER

Votação do orçamento 2025 foi adiada por pendências em relatório e viagem de políticos

A análise do orçamento pelo Congresso era para ter ocorrido no ano passado

Escrito por Redação

producaodiario@svm.com.br

15 de Março de 2025 - 09:50

(Atualizado às 10:04)

A votação do orçamento de 2025 foi adiada novamente para abril, conforme comunicado da Comissão Mista de Orçamento (CMO), divulgado pela presidência da Câmara dos Deputados neste sábado (15). As informações são do G1.

A apreciação do projeto estava prevista para a próxima terça-feira (18) no colegiado e para a quarta-feira (19) no plenário do Congresso.

STF marca julgamento de denúncia da PGR contra Bolsonaro por tentativa de golpe. Contudo, a nova previsão é de que a votação ocorra na semana de 31 de março a 4 de abril na CMO. Depois, irá ao plenário do Congresso, após a aprovação no colegiado.

A análise do orçamento, que era para ter ocorrido no ano passado, sofreu atraso devido a impasse entre os Poderes Legislativo e Judiciário sobre a liberação de emendas parlamentares.

Por que foi adiada

O adiamento foi justificado por pendências no relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA) e pela viagem internacional dos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Os políticos irão acompanhar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em visita oficial ao Japão, que ocorrerá entre 24 a 27 de março.

Leia em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pontopoder/votacao-do-orcamento-2025-foi-adiada-por-pendencias-em-relatorio-e-viagem-de-politicos-1.3630194>

COLUNAS

FÁBIO ZANINI - PAINEL.

TRÊS PODERES

VENCEDOR DA SEMANA

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que conseguiu tirar do papel o consignado privado, sua aposta para diminuir o apelo do saque-aniversário do FGTS.

PERDEDOR DA SEMANA

O deputado Gustavo Gayer (PL-GO), ameaçado de cassação após fazer referências machistas a Gleisi Hoffmann e citar um “trisal” com Davi Alcolumbre.

FIQUE DE OLHO

Governo Lula promete enviar projeto da isenção do IR ao Congresso; discussões sobre Orçamento e composição de comissões devem dominar Legislativo.

(...)

Leia mais: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2025/03/16/index.shtml>

POLÍTICA

Gleisi muda articulação do governo e busca relação direta com lideranças do Congresso.

Gleisi Hoffmann e Lula na cerimônia de posse no ministério, na segunda-feira Após tomar posse sob desconfiança, ministra pretende concentrar negociações e se posicionar como articuladora com aval direto de Lula Brasília

Victoria Azevedo

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT), pretende concentrar as negociações do governo Lula com o Congresso e se posicionar como articuladora direta entre o presidente da República e as cúpulas da Câmara e do Senado, dominadas pelo centrão.

Aliados de Gleisi falam em uma mudança no modelo de articulação política. Depois de um período em que líderes encaravam a relação com o governo com pouca confiança, esses aliados dizem que a ministra pode fazer negociações com maior respaldo de Lula, priorizando as lideranças partidárias e participando ativamente de cada etapa das negociações.

A primeira semana da ministra no cargo foi ofuscada por declaração na qual Lula disse ter

colocado uma “mulher bonita” para aproximar o governo do Congresso.

A relação do Executivo com o Legislativo nesses dois primeiros anos de mandato foi marcada por atritos, diante de uma base parlamentar instável. Além disso, o então presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) rompeu com Alexandre Padilha, que estava no comando da pasta. Com isso, outros ministros passaram a atuar na linha de frente das negociações, como Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil).

Uma das principais queixas dos parlamentares nesses dois anos é o que eles classificam como o descumprimento de acordos por parte do governo. Deputados e senadores afirmam que, mais de uma vez, foram firmados compromissos com um ministro sem aval ou conhecimento de todos os integrantes do Planalto, então os acordos não foram levados adiante. A ideia, agora, é que Gleisi coordene esses processos para evitar ruídos.

Além disso, a ministra pretende valorizar a figura dos líderes partidários, organizando encontros frequentes com os parlamentares. Na terça-feira (11), por exemplo, ela almoçou com líderes de partidos de esquerda no Palácio do Planalto e organizou um jantar com integrantes do centrão em seu apartamento, em Brasília.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse que esses encontros serviriam para “afinar a viola” e estabelecer procedimentos. “Gleisi foi taxativa: toda a relação será com líderes e presidentes das Casas. Nada no varejo. É fortalecer os líderes e o colégio de líderes”, afirmou.

Ela também se reuniu com os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-pb), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-ap). Em seu discurso de posse, na segunda (10), Gleisi acenou ao Congresso, aos presidentes das duas Casas e afirmou que chegou “para somar”. Ela também falou em “respeitar adversários” e em “colaborar com todos”.

“Foi essa a missão que recebi e pretendo cumprir, num governo de ampla coalizão, dialogando com as forças políticas”, disse.

Apesar de a nomeação da ministra ter gerado desconfiança no meio político pela trajetória da petista, que tem histórico de atritos com parlamentares, líderes ouvidos pela reportagem elogiaram os primeiros dias dela no cargo.

Outro ponto questionado por aliados do governo era o tom mais à esquerda que a hoje ministra adotava em seus discursos, com críticas, por exemplo, ao modelo de contenção de gastos adotado na gestão de Haddad na Fazenda.

A ministra é descrita como uma pessoa dura, prudente e cumpridora de acordos. Eles avaliam que ela manterá uma relação mais franca com deputados e senadores —indicando quando será possível ou não levar adiante algum pedido, sem rodeios. A própria Gleisi diz a interlocutores que só fecha acordos que sabe que terá condições de cumprir.

O cenário de baixa popularidade e proximidade com 2026 aumenta a complexidade da tarefa.

Um aliado de Hugo Motta diz que a ministra causou boa impressão na última semana, tendo mantido diálogo próximo com os líderes. Ele afirma que Gleisi demonstrou ter respaldo de Lula, o que poderá dar fluidez às negociações, além de ter indicado querer resolver pendências como nomeações não feitas e o pagamento de emendas parlamentares. Gleisi mantém boa relação com o entorno de Motta. No ano passado, ela foi uma das primeiras personagens de ponta do PT a defender, dentro do partido, o apoio à candidatura do deputado à sucessão de Arthur Lira (PP-AL).

Um líder de partido do centro diz esperar que a chegada de Gleisi também diminua a distância entre os parlamentares e o presidente, servindo de ponte direta entre Lula e as lideranças.

Senadores e deputados cobram uma participação maior de Lula na articulação política, lembrando os encontros com parlamentares que ele organizava no primeiro e no segundo

mandato e que não ocorreram desde que ele assumiu pela terceira vez.

O presidente indicou publicamente que quer se aproximar de Motta e **Alcolumbre**.

Há uma avaliação no governo de que a troca no comando das Casas “zerou o jogo” na relação com o Congresso. Na última semana, em mais um gesto dessa aproximação, o petista almoçou com os dois presidentes. Ele já tinha se reunido com **Alcolumbre** e Motta em fevereiro.

Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2025/03/16/index.shtml>

FOLHA DE S. PAULO

16/03/2025

A8

voltar ao topo 

POLÍTICA

Marco da disparada de emendas faz 10 anos e muda forma de fazer política.

Pressão do Congresso no governo Dilma levou a mudança na Constituição e inaugurou controle do Orçamento por parlamentares são paulo
Flávio Ferreira e Júlia Barbon

“Alforria do Legislativo” foi o termo usado pelos deputados e senadores, dez anos atrás, para celebrar a mudança na Constituição Federal que hoje é considerada o ponto de partida para a disparada das emendas parlamentares no Brasil.

Foi a emenda constitucional 86, promulgada em 17 de março de 2015, que obrigou o Executivo a pagar as emendas individuais pedidas pelos congressistas e inaugurou um período de controle cada vez maior do Orçamento pelo Legislativo, mudando a forma de fazer política no país.

Na prática, o que se viu na última década foi uma aplicação desses recursos marcada pela falta de transparência, clientelismo e, em muitos casos, corrupção.

O governo, que antes tinha o controle total sobre a liberação das emendas e usava essas verbas em troca de apoio, perdeu capacidade de negociar e hoje tem como instrumento de pressão apenas os prazos de pagamento. Já os parlamentares ganharam mais autonomia e influência em suas bases eleitorais.

Os problemas no emprego das emendas levaram o Judiciário a intervir, e hoje há a uma queda de braço entre o STF (Supremo Tribunal Federal) e parlamentares que insistem em manter brechas para ocultar os nomes dos padrinhos das emendas.

O episódio mais recente do embate ocorreu na última quinta (13), quando o Congresso, a pretexto de atender as exigências de transparência da corte, aprovou uma resolução que permite que os líderes partidários assinem as emendas de comissão, sem a identificação do autor original.

Dez anos atrás, quando a alteração constitucional estava sendo discutida, o impasse se dava no sentido contrário, com os congressistas criticando o controle do governo sobre as emendas, criadas na Constituição de 1988.

Segundo a deputada federal Adriana Ventura (Novo-sp), coordenadora da Frente Parlamentar de Fiscalização, Integridade e Transparência, o objetivo da nova regra era acabar com a barganha, dando direitos iguais às emendas a todos os parlamentares: “Mas na prática só estipularam um piso, e as pessoas ficaram ávidas por mais”, diz.

O efeito foi apenas um crescimento vertiginoso no volume do dinheiro público barganhado. Em uma década, os R\$ 6 bilhões que os congressistas possuíam em emendas (em valores

corrigidos) se diversificaram e explodiram para cerca de R\$ 50 bilhões previstos neste ano no total.

Naquela época, cada parlamentar tinha direito a no máximo R\$ 16 milhões individualmente (o equivalente a R\$ 26 milhões hoje). Agora, cada deputado tem à disposição R\$ 38 milhões, e cada senador, cerca de R\$ 70 milhões para mandar a seus redutos eleitorais, sem contar os outros tipos de emendas coletivas.

A expansão foi permitida sempre com o apoio de partidos de todos espectros políticos. A emenda constitucional 86, por exemplo, foi aprovada com 452 votos a favor e apenas 18 contra na Câmara.

O contexto em 2015 era de enfraquecimento da Presidência de Dilma Rousseff (PT), que sofreria um impeachment pouco mais de um ano depois. Dois dias antes da promulgação da mudança, milhares foram às ruas para protestar contra a sua gestão e apoiar a Operação Lava Jato.

Eduardo Cunha (PRD-RJ) acabara de ser eleito presidente da Casa, com a promessa de pautar a votação.

O advogado José Eduardo Cardozo, então ministro da Justiça, diz que o governo era “radicalmente contrário” à obrigatoriedade do pagamento das emendas, mas não teve força política para frear a ideia: “O governo tinha perdido a maioria [no Congresso], não tinha alternativa”.

“Então ela [Dilma] senta e conversa para dialogar sobre isso, mas foi quase uma rendição”, conta. “É um processo que já vinha com o tempo. A Constituição de 1988 já tinha dado poderes muito fortes ao Legislativo. Até que chega nesse ponto, em que se aproveita um momento de fragilidade do Executivo.”

Os parlamentares reclamavam, por exemplo, do uso político das verbas, do acúmulo dos empenhos no fim do ano —dificultando a execução de convênios— e do poder exagerado de ministros e burocratas sobre o Orçamento, defendendo que parlamentares conhecem melhor as necessidades dos seus estados e municípios.

Usando esses argumentos, o Congresso seguiu redesenhando o regime orçamentário a seu favor por meio de outras três emendas constitucionais, as de número 100, 105 e 126, todas aprovadas durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A primeira, de 2019, obrigou o Executivo a pagar também as emendas das bancadas estaduais. No mesmo ano, a segunda criou as chamadas emendas Pix, transferidas diretamente aos caixas das prefeituras e estados. Em 2022, a terceira elevou o valor do teto das emendas individuais de 1,2% para 2% da receita corrente líquida do país.

O professor de direito constitucional da FGV Direito SP Oscar Vilhena afirma que Bolsonaro foi o presidente que teve, considerando mandatos presidenciais já completados, a menor taxa de dominância sobre o Poder Legislativo. “Ele foi o presidente com o menor número de projetos do Executivo aprovados pelo legislador. Um presidente fraco e que governou a reboque do Legislativo”, diz.

Levantamento feito por ele em parceria com a professora de direito constitucional da ESPM Ana Laura Barbosa mostra que durante gestão de Bolsonaro foi aprovado o maior número de emendas constitucionais nos últimos

35 anos, mas a maioria delas foi proposta pelo Legislativo.

No terceiro mandato de Lula, não há iniciativas para alterar o atual cenário das emendas parlamentares, e o protagonismo do combate à falta de transparência foi assumido pelo STF.

A Folha procurou as assessorias de imprensa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-pb), do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-ap), do relator do Orçamento de 2025, o senador Angelo Coronel (PSD-BA), e do ex-presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), mas não teve resposta.

“A Constituição já tinha dado poderes muito fortes ao Legislativo. Até que chega nesse ponto, em que se aproveita um momento de fragilidade do Executivo

José Eduardo Cardozo

ex-ministro da Justiça

Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2025/03/16/index.shtml>

FOLHA DE S. PAULO

16/03/2025

A8

voltar ao topo 

POLÍTICA

Congresso cobra que governo cumpra acordo.

A cúpula do Congresso cobra que o governo Lula (PT) cumpra com acordos firmados em 2024 acerca do pagamento das emendas e sinaliza que poderá paralisar votações enquanto isso não for resolvido, em nova frente de embate entre Legislativo e Executivo. Como forma de alerta, parlamentares aprovaram na última quinta (13) a prorrogação do mandato da atual CMO (Comissão Mista de Orçamento), com respaldo dos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-pb), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-ap). Na prática, isso poderá alterar outra vez o cronograma de votações do Orçamento de 2025.

Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2025/03/16/index.shtml>

GERAL

Anistia seria preocupante e mau exemplo, dizem juristas

Perdão fragilizaria democracia, avalia professor da USP

Agência Brasil

Publicado em 16/03/2025 às 15:03.

Convocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, uma manifestação marcada para este domingo (16), no Rio de Janeiro, defenderá a anistia aos réus processados por atos antidemocráticos em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. O protesto busca impulsionar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional que propõem a extinção da punição aos envolvidos nas invasões e depredações às sedes dos três poderes há dois anos.

Juristas ouvidos pela Agência Brasil consideram que anistiar crimes contra a democracia é preocupante. Para Gustavo Sampaio, professor de Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (UFF), a anistia seria um mau exemplo para o país.

“Com democracia não se brinca. Se houve crimes contra a democracia, e todas as provas demonstram cabalmente que esses crimes aconteceram, não é razoável a esses criminosos que lhes seja dado o perdão da anistia. Isso será o mesmo que conceder um mau exemplo ao Brasil, um mau exemplo a essas pessoas de que poderão se articular novamente contra o Estado Democrático de Direito, acreditando que receberão o perdão”.

Além disso, de acordo com o professor a proposta de anistia não vem em um bom momento. “Essas pessoas, que são autoras de crimes contra o Estado Democrático de Direito, precisam receber severas sanções para que assim fique o bom exemplo e que ninguém se articule novamente para obrar contra a democracia brasileira”, explica o professor.

Segundo ele, a democracia “é valor maior, é cláusula pétrea do sistema constitucional, é princípio da ordem institucional do Estado brasileiro e com isso não se pode, evidentemente, transigir. É um valor que devemos defender, de maneira que o projeto de lei de anistia não vem num bom momento e não dá um bom sinal político para a democracia brasileira”.

A professora de Direito Penal da Fundação Getulio Vargas em São Paulo (FGV) Raquel Scalcon afirma que é difícil sustentar a legitimidade de uma anistia a pessoas que atentaram contra o Estado Democrático de Direito.

“No fundo, estamos falando de crimes que querem, pelo menos em tese, implodir o próprio sistema democrático, o sistema constitucional. Eu não acho que nunca nada possa ser anistiado, só me preocupa o fato de que nós estamos tratando de discussões que envolvem crimes contra o Estado Democrático de Direito”.

Golpe na democracia

Para o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) Vitor Schirato, a anistia representaria um golpe na democracia brasileira. “É um enfraquecimento enorme da democracia brasileira. É mais uma fragilização na democracia brasileira, sem dúvida nenhuma”, destaca.

Segundo ele, “é absolutamente despropositado imaginar um parlamentar democraticamente eleito, que exerce a sua função por causa do Estado Democrático de Direito, possa anistiar quem tentou acabar com o Estado Democrático de Direito”.

Em nota divulgada em fevereiro deste ano, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) afirmou que “a anistia aos golpistas é um desrespeito à memória de todos aqueles que lutaram pela democracia em nosso país e foram mortos. É fundamental que todos se unam, exigindo que nossos representantes ajam com responsabilidade na proteção dos valores democráticos”, diz a nota. “Não admitiremos anistia! Nosso país precisa caminhar com Memória, Verdade e, sobretudo, Justiça!”.

O 8 de janeiro

Uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2023, manifestantes que estavam acampados em frente ao Quartel General do Exército Brasileiro, em Brasília, se reuniram com militantes de outros locais na Esplanada dos Ministérios e avançaram, sem ser impedidos pela Polícia Militar do Distrito Federal, contra os prédios da Praça dos Três Poderes, invadindo as sedes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Criminosos promoveram atos de vandalismo que destruíram mobiliário, obras de arte e objetos históricos, além de gabinetes, vidraças, equipamentos eletrônicos e outros bens que encontraram pelo caminho.

A destruição foi transmitida ao vivo pela imprensa e causou choque e indignação em autoridades e na sociedade civil. Mais de 1,4 mil pessoas foram presas, e o Ministério Público Federal ofereceu denúncias contra 1,7 mil envolvidos nos ataques.

Até dezembro de 2024, 370 pessoas já haviam sido condenadas pelos crimes relacionados ao ataque, entre eles golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e dano qualificado. Além disso, mais de 500 pessoas haviam assinado acordos na Justiça. No último dia 7, mais 63 pessoas foram condenadas a penas que chegam a 14 anos de prisão.

A Polícia Federal e a Procuradoria Geral da República afirmam que o atentado fez parte de uma tentativa de golpe de Estado articulada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, que foram indiciados e denunciados à Justiça.

Segundo o relatório da PF e a denúncia da PGR, o episódio se insere em uma cronologia que incluiu a deslegitimação das urnas eletrônicas, os acampamentos em frente a quartéis para mobilizar as Forças Armadas, ataques nas redes sociais a comandantes que não apoiassem o golpe e até mesmo planos para assassinar o presidente da república, o vice e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Quando a denúncia foi revelada, o advogado de defesa de Jair Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno, divulgou nota na qual afirma que o ex-presidente “jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do Estado Democrático de Direito ou as instituições que o pavimentam”. Segundo ele, nenhum elemento que conectasse minimamente o presidente à narrativa construída na denúncia foi encontrado. “Não há qualquer mensagem do então presidente da República que embase a acusação”.

Projetos de lei

Os projetos de anistia que tramitam na Câmara dos Deputados foram unidos ao Projeto de lei 2.858/2022, de autoria de major Vitor Hugo (PL-GO), que anistia os processados por crimes relacionados a manifestações contra o resultado da eleição presidencial de 2022, ocorridas a partir do segundo turno do pleito, em 30 de outubro daquele ano, o que inclui os atos de 8 de janeiro do ano seguinte.

No Senado Federal, tramitam outros projetos, como o PL 5.064/2023, de autoria de Hamilton

Mourão (Republicanos/RS), que anistia os envolvidos nos atos de 8 de janeiro das condenações pelos crimes de golpe de Estado e de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Outro, de autoria de Márcio Bittar (União/AC), além de anistiar todos os crimes, restaura os direitos políticos de cidadãos declarados inelegíveis por atos relacionados às eleições de 2022.

Os defensores da anistia alegam que há perseguição política aos réus e denunciados por golpe de Estado. Autor do projeto de lei que tramita na Câmara, o ex-deputado federal e hoje vereador em Goiânia, major Vitor Hugo escreveu em suas redes sociais, na semana passada, que “cidadãos honestos” estão sendo tratados como “inimigos da democracia só porque pensam diferente”.

O senador Márcio Bittar divulgou em suas redes sociais também na semana passada, vídeo em que diz que “brasileiros condenados injustamente precisam da nossa ajuda”.

Já o senador Hamilton Mourão afirmou que seu projeto de lei de anistia foi pensado para “barrar a injustiça decorrente das condenações desproporcionais de homens e mulheres detidos em decorrência dos atos de 8 de janeiro” e que a anistia não representa impunidade, mas a luta contra penalidades desproporcionais aplicadas”.

Constitucionalidade

Os juristas ouvidos pela Agência Brasil explicaram que a Constituição Federal dá poder ao Congresso Nacional de conceder anistia a pessoas condenadas no Brasil. No entanto, há controvérsias, no meio jurídico, sobre se seria possível anistiar pessoas envolvidas em crimes contra o Estado Democrático de Direito.

“A anistia se caracteriza como um perdão concedido pelo legislador, que é diferente do perdão concedido pelo Poder Executivo no indulto. O perdão concedido pelo legislador é muito mais amplo, é concedido por lei e extingue o crime, porque quem tem autoridade para legislar é o Congresso Nacional”, explica Gustavo Sampaio.

Segundo ele, no entanto, o poder de anistiar crimes não é ilimitado. Há, segundo Sampaio, uma divisão de entendimento no meio jurídico em relação à anistia a crimes contra a democracia.

Entre os que defendem a possibilidade de anistia, a justificativa é que a Constituição Federal diz apenas que a ação de grupo armado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é “crime inafiançável e imprescritível”, mas não define, de forma explícita, que seja insuscetível a anistia.

Entre aqueles que consideram a impossibilidade da anistia estão juristas que consideram que a Constituição impõe uma “limitação implícita” e que anistiar um crime contra a democracia é incoerente.

“O Congresso Nacional, a quem é dado o poder de conceder a anistia, é a casa de representação do povo. Ele é eleito pelo povo. Eleito pelo povo porque temos uma democracia em que o povo pode eleger os seus representantes. Então, essa parte da doutrina diz que seria contraditório que o Congresso Nacional pudesse conceder a anistia aos detratores da democracia, se o próprio Congresso Nacional existe em razão da democracia”.

Segundo Raquel Scalcon, anistia é a extinção de punibilidade de um crime. “O Estado deixa de ter o poder de punir alguém por um fato criminoso, ou seja, de punir um grupo mais ou menos identificável de pessoas. A Constituição dá o poder de criar uma lei de anistia para o Poder Legislativo. E tirando alguns crimes que a própria Constituição fala expressamente que não podem sofrer anistia, a Constituição não traz grandes critérios sobre o que pode ser abarcado por uma anistia”.

STF

A jurista explica que, caso os projetos de lei sejam aprovados pelo Congresso Nacional, seguramente serão submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal (STF).

“Acho impossível que não haja, como ato subsequente, uma nova queda de braço no âmbito do Supremo, alegando-se [por pessoas contrárias à anistia] que há uma inconstitucionalidade ali. Será que esses crimes são efetivamente passíveis de anistia? Acho que essa seria uma pergunta central que o Supremo teria que responder”.

Ela acredita que, no caso de a anistia chegar ao STF, a corte tenderia a considerar que certos crimes não podem ser anistiados, especialmente se tratando de crimes contra o Estado Democrático. “A jurisprudência tem sido cada vez mais exigente, diminuindo a discricionariedade dos poderes de anistiar ou de indultar. Acho que a tendência seria o Supremo entender como inconstitucional”.

Gustavo Sampaio também acredita que a questão será certamente definida pelo STF. “Como tem acontecido com muitas leis no Brasil, decerto que, se o Congresso aprovar um projeto de lei nesse sentido, essa futura lei será levada ao Supremo Tribunal Federal, que examinará se o Congresso Nacional teria ou não poder para conceder aquele benefício de anistia”.

Em maio de 2023, o STF anulou, por oito votos a dois, um indulto concedido, em 2022, ao ex-deputado Daniel Silveira, pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, seu aliado, por considerá-lo inconstitucional.

Em seu voto, o ministro do Supremo Dias Toffoli considerou que atos atentatórios à democracia não poderiam ser objeto de indulto [extinção de punibilidade concedida pelo Poder Executivo, em vez do Legislativo].

Toffoli considerou que os crimes cometidos por Silveira, condenado pela Corte a oito anos e nove meses por ameaça ao Estado Democrático de Direito e coação no curso do processo, foram um embrião dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

Já a ministra Carmen Lúcia ressaltou que o indulto não poderia ser instrumento de impunidade nem uma mensagem para que as pessoas possam continuar a praticar crimes contra a democracia.

“Nenhuma capacidade jurídica é ilimitada. Não existe nada que seja ilimitado. É óbvio que o Congresso Nacional tem a competência de conceder anistia, mas é uma competência limitada. O Congresso não pode conceder anistia em qualquer caso, do jeito que ele queira. Não é coerente utilizar um mecanismo do Estado Democrático de Direito para perdoar quem atentou contra o Estado Democrático de Direito”, afirma Schirato.

Aplicação

Os juristas ouvidos pela Agência Brasil consideram que, se a anistia for concedida pelo Congresso, ela beneficiará não apenas aqueles que participaram ativamente dos atos de 8 de janeiro, como aqueles que foram denunciados como organizadores de uma tentativa de golpe de Estado no país, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Gustavo Sampaio destaca, no entanto, que será preciso discutir, por exemplo, se uma lei de anistia poderá ser aplicada a pessoas que ainda não tiveram sentença condenatória, como é o caso de Bolsonaro e dos denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em fevereiro deste ano.

“A ação penal em relação aos invasores da Praça dos Três Poderes já existe, e muitos já foram até condenados. Mas, em relação à estrutura hierárquica superior do governo, a ação penal vai haver agora, se for recebida a denúncia e instaurada a ação na primeira turma do Supremo Tribunal Federal. Ora, se nem há ação penal, não há condenação, se não há condenação, não há crime. Como é que o Congresso já pode anistiar?”, argumenta o jurista.

Raquel Scalcon afirma que, caso a anistia seja aprovada no Congresso, além do julgamento em relação à inconstitucionalidade da lei, o STF ainda terá que definir se a anistia se aplica a cada ação específica.

“É preciso analisar, caso a caso, porque a lei não vai ser específica para fulano. Ela será uma lei geral. Quem analisa se aquele caso está abarcado ou não pela lei de anistia é o próprio Poder Judiciário. É o Judiciário que vai declarar extinta a punibilidade. Não tem como o Congresso Nacional parar todos os processos que envolvem esse tema. Essa análise precisará ser feita pelo Judiciário”, explica a jurista.

COLUNAS

SIM E NÃO - Polêmica do concurso da CMM vai parar na Justiça

Anúncio da anulação do concurso provocou revolta entre os aprovados especialmente técnicos e analistas

André Alves

15/03/2025 às 07:04.

Atualizado em 15/03/2025 às 07:11

A decisão da Câmara Municipal de Manaus (CMM) de anular o concurso público realizado em novembro de 2024 gerou revolta entre aprovados, especialmente técnicos e analistas, que agora preparam ação judicial para reverter a medida. O grupo alega que a decisão tem “motivação política” e causa prejuízos aos candidatos que dedicaram tempo e dinheiro ao certame. A Comissão de Aprovados promete recorrer à Justiça para garantir as nomeações, além de pedir indenização por danos morais e materiais.

Reação Em nota, o Instituto Acesso, responsável pelas provas, disse repudiar a recomendação do MPE/AM para a anulação do concurso, “que surpreende pela falta de embasamento”. O MP apontou irregularidades nas provas de médico e procurador, e falta de transparência na publicação da contratação da banca examinadora.

Questionamentos Além de avisar que adotará “medidas extremas” a fim de manter a validade do concurso, a nota do Instituto Acesso questiona: “Quem ganha com a anulação do concurso? A quem interessa a instabilidade e a insegurança jurídica? Quem se beneficia com a incerteza e o desrespeito ao esforço dos candidatos adotando essa medida extrema?”

Controle 1 Uma nova portaria da Secretaria de Estado de Administração e Gestão (Sead) trouxe regras mais rígidas para o controle de frequência dos servidores. O ponto eletrônico, por exemplo, agora deve ser registrado quatro vezes ao dia, incluindo entrada, saída e retorno do intervalo para a refeição, e no final no expediente.

Controle 2 Quem esquecer de bater o ponto quatro vezes no mês terá desconto na folha. A tolerância para atrasos é de 15 minutos. Detalhe: dirigentes, gestores e servidores ocupantes de cargos em comissão, lotados no gabinete da titular da pasta, estão desobrigados do registro eletrônico de frequência. A portaria foi publicada no Diário Oficial do Estado esta semana.

Blitz O Instituto de Pesos e Medidas do Amazonas (Ipem-AM) intensificou fiscalizações em Manaus e na Região Metropolitana para garantir a segurança e a conformidade dos produtos comercializados no estado. A ação faz parte da operação nacional “Mês do Consumidor”, promovida pelo Inmetro, que segue até 19 de março.

Sanções A operação verifica balanças comerciais, alimentos pré-embalados e produtos essenciais para a segurança doméstica. Durante a fiscalização, estabelecimentos que

apresentarem irregularidades serão notificados e terão dez dias para defesa. Caso as infrações sejam confirmadas, as multas podem variar de R\$ 500 a R\$ 1,5 milhão.

Ilustres Além da presença do governador Wilson Lima (União), o presidente do Senado, David Alcolumbre (União), é aguardado na edição 2025 da feira Amazonas Óleo, Gás & Energia – Expo&Conferência, que acontece nos dias 18, 19 e 20 de março, no Centro de Convenções Vasco Vasques.

Networking O evento é um dos mais importantes do setor de petróleo e energia do Brasil, e reunirá investidores, startups e grandes empresas para discutir soluções inovadoras e tecnológicas. A conferência se apresenta como uma oportunidade para empresas e profissionais que desejam explorar as tendências do setor e estabelecer conexões. As inscrições são gratuitas.

(...)

Leia mais : <http://digital.acritica.com>

AM - A CRÍTICA ONLINE

15/03/2025

[voltar ao topo](#) 

GERAL

Barco científico parte em nova expedição para avaliar a qualidade das águas dos rios do Amazonas

Pesquisadores do ProQAS/AM, com apoio do Ipaam, investigam os impactos dos microplásticos e mercúrio nos rios da bacia amazônica

acritica.com

15/03/2025 às 16:09.

Atualizado em 15/03/2025 às 16:09

O Programa de Monitoramento de Água, Ar e Solos do Estado do Amazonas (ProQAS/AM), com apoio do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), iniciou na manhã deste sábado (15/03) uma nova expedição científica. O barco de pesquisa Roberto dos Santos Vieira partiu do Rio Negro, no Centro, com destino a Humaitá (a 590 quilômetros de Manaus), onde passará 12 dias investigando a qualidade da água e os impactos ambientais, com foco em microplásticos e mercúrio.

Além do Ipaam, o programa conta com o apoio da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), do Ministério Público Estadual (MPAM), do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) e da empresa Atem.

O diretor-presidente do Ipaam, Gustavo Picanço, ressaltou a importância do programa para a proteção ambiental do Amazonas e o papel fundamental do instituto nesse processo. “O Ipaam foi o parceiro inicial desse projeto e acreditou desde o início em uma proposta tão ousada quanto o monitoramento das bacias do Amazonas. Fomos os primeiros a apoiar essa iniciativa, contribuindo com a construção do barco e a concepção de parte dos equipamentos utilizados”, contou o gestor.

Ele acrescentou que, por meio da Gerência de Recursos Hídricos (GERH), o Ipaam utiliza os dados coletados por meio do programa para embasar parte do trabalho desenvolvido pela autarquia. “Os dados auxiliam nossas ações de fiscalização e preservação dos recursos

hídricos do estado. É um projeto estratégico, que envolve a colaboração de diversas instituições, e que tem grande relevância para o futuro da nossa região”, afirmou.

O gerente de Recursos Hídricos do Ipaam, o doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Daniel Nava, detalhou o processo que acontecerá após a expedição no Rio Madeira, destacando a importância das análises complementares que serão realizadas nas instituições parceiras.

“Ao final da expedição, as amostras coletadas serão analisadas nos laboratórios da UEA, que é nossa parceira, e também na Universidade de Harvard, que nos apoia nesta missão. Esses laboratórios são referências no estudo do mercúrio, um elemento altamente tóxico e perigoso, cuja contaminação pode trazer sérios riscos à saúde da população. O estudo aprofundado do mercúrio é essencial para compreendermos os impactos ambientais e de saúde pública na região amazônica”, explicou Nava.

No comando do programa

O professor da UEA Sergio Duvoisin Junior, doutor em Físico-Química e coordenador do ProQAS/AM, destacou a relevância da expedição no Rio Madeira como parte do grande programa de monitoramento da bacia amazônica.

“Este é um grande programa criado dentro da UEA, especificamente no nosso grupo de pesquisa, o Química Aplicada à Tecnologia. A expedição no Rio Madeira, que começa hoje e vai durar cerca de 12 dias, faz parte de um trabalho mais amplo. Na ida, vamos colaborar com a pesquisadora Naiana Lopes Ramos, mestranda da Universidade de Genebra, que está investigando a presença de microplásticos na bacia do Rio Negro, uma área de extrema importância”, disse Duvoisin.

Professor da UEA Sergio Duvoisin Junior

Na volta, o pesquisador informou que será realizada a análise detalhada de 164 parâmetros de qualidade da água, com foco especial no problema do mercúrio. “Temos uma parceria sólida com a Universidade de Harvard, e as amostras coletadas agora durante a campanha serão analisadas lá. Em abril, irei a Harvard para levar essas amostras e estudar as espécies de mercúrio não apenas na água, mas também nos sedimentos e nos peixes consumidos na bacia do Rio Madeira”, afirmou o professor Duvoisin.

Microplásticos em pauta

A pesquisadora Naiana Lopes Ramos, mestranda em Ciências Ambientais com especialização em Água, está envolvida na pesquisa sobre microplásticos nos rios da região amazônica. Natural do Amazonas e residente na Suíça há nove anos, Naiana se dedica ao estudo dos impactos ambientais da poluição plástica nos ecossistemas aquáticos.

Naiana Lopes Ramos, pesquisadora da Universidade de Genebra

“Minha linha de pesquisa é na área de poluição e contaminação por microplástico nos rios do Amazonas. Vim falar sobre a importância de separar o lixo. Essa prática de triagem, reciclagem ou reutilização do lixo é muito importante porque o plástico vem pelo vento, vem pelo ar, e polui nossos rios. A conscientização de nós, seres humanos, em separar esse lixo é essencial, não só para o mundo, mas também porque, a partir dos rios, o plástico vai se decompor nos oceanos e mares. Portanto, é crucial praticarmos isso”, garantiu a pesquisadora.

Durante a expedição no Rio Madeira, ela trabalhará com outros pesquisadores na coleta e análise de amostras de água, com o objetivo de entender a presença e os efeitos dos microplásticos nos rios da região e seu impacto no meio ambiente local.

Perspectivas e recursos

O coordenador do ProQAS/AM destacou a importância da continuidade dos esforços de monitoramento nas bacias do estado e a necessidade de recursos para expandir o alcance do projeto. Segundo o professor, embora o programa já tenha alcançado a Bacia do Rio

Negro e do Rio Madeira, é necessário avançar para outras regiões e realizar o monitoramento de mais bacias.

“A gente está indo no mês que vem para a sexta campanha e, pela primeira vez, a gente está entrando na primeira perna do Rio Solimões, que é de Manaus até Tefé. O Rio Solimões é tão grande que depois a gente precisa de uma perna até Tefé, Tabatinga. Então, a gente tem bacias, por exemplo, do Purus, do Juruá, que nós não temos recursos ainda para fazer. Nós temos a equipe bem treinada para fazer”, garantiu o doutor.

Após a conclusão das análises, os dados coletados pelo ProQAS/AM serão disponibilizados ao público, conforme o estabelecido no Plano Estadual de Recursos Hídricos. Ao todo, 164 parâmetros de qualidade da água serão avaliados, e 30 desses parâmetros, que são essenciais para o acompanhamento dos recursos hídricos no estado, serão disponibilizados publicamente.

AM - A CRÍTICA ONLINE

15/03/2025

voltar ao topo 

GERAL

Isenção para quem ganha até R\$ 5 mil será enviada ao Congresso dia 18

Anúncio foi feito pelo presidente Lula durante evento em São Paulo

Agência Brasil

14/03/2025 às 16:49.

Atualizado em 14/03/2025 às 16:49

Projeto de lei da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil será enviado, na próxima semana, ao Congresso Nacional. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante evento de entrega de ambulâncias, em Sorocaba (SP). Lula disse que “as pessoas mais ricas não precisam do Estado, quem precisa são as pessoas mais pobres”.

“Nós vamos anunciar, dia 18 [terça-feira], que quem ganha até R\$ 5 mil não pagará mais imposto de renda nesse país”, afirmou. Para o presidente, isso é uma questão de justiça social.

“A verdade é que quem paga imposto de renda nesse país é quem tem desconto na fonte, porque não tem como sonegar. É descontado na folha de pagamento dele. Mas quem ganha muito, às vezes nem paga. Inventam sempre uma mutreta qualquer para não pagar. Então, o que nós queremos é salvar o povo trabalhador de pagar o imposto de renda enquanto muita gente rica sonega”, acrescentou o presidente.

A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil é uma promessa de campanha de Lula. Hoje, o limite de renda mensal de quem não precisa pagar imposto de renda é R\$ 2.259,20, de acordo com a Receita Federal.

A lei que instituiu a nova política de valorização do salário mínimo, de 2023, autoriza um desconto sobre o imposto de 25% sobre o valor do limite de isenção, no caso, R\$ 564,80, valor que somado a R\$ 2.259,20 resulta, então, em R\$ 2.824.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), atualmente, 10 milhões de pessoas estão dispensadas do recolhimento do tributo. Com a ampliação da faixa de isenção, mais 10 milhões de pessoas serão dispensadas da

POLÍTICA

Antes de julgamento no STF, Bolsonaro mobiliza seguidores neste domingo

Ex-presidente que foi denunciado por tentativa de golpe realiza manifestação hoje no Rio de Janeiro

AFP

16/03/2025 às 07:56.

Atualizado em 16/03/2025 às 07:56

Diante de um possível julgamento por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro convocou os seus seguidores para uma manifestação neste domingo (16) no Rio de Janeiro para mostrar que é o líder da oposição antes das eleições de 2026.

"Vamos dar um recado para o Brasil e para o mundo", afirmou o político de extrema direita, que presidiu o país entre 2019-2022, em um vídeo publicado nas redes sociais.

Bolsonaro espera ver "um milhão" de manifestantes na praia de Copacabana. O lema do evento, previsto para começar às 10h00 é pedir uma "anistia" para as pessoas condenadas por envolvimento nos distúrbios de 8 de janeiro de 2023 em Brasília.

Na data, milhares de bolsonaristas invadiram e vandalizaram o Palácio do Planalto, o Congresso e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF), uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Enquanto Bolsonaro estava nos Estados Unidos, seus simpatizantes exigiam uma intervenção militar para derrubar Lula, que derrotou o ex-presidente nas eleições de 2022.

Os ataques de 8 de janeiro são uma das razões que levaram a Procuradoria-Geral da República (PGR) a acusar o ex-presidente em fevereiro por um suposto plano de golpe de Estado para tentar permanecer no poder.

Ele é acusado de ser o líder de uma "organização criminosa" que conspirou durante meses com este propósito e pode enfrentar uma pena acumulada superior a 40 anos de prisão.

Candidato "no momento"

Na quinta-feira, a PGR rejeitou os argumentos da defesa, que alegava, entre outras coisas, que o STF não tem competência para julgar o ex-presidente, ao lado de outras 33 pessoas, incluindo ex-ministros e comandantes militares.

A próxima etapa acontecerá em 25 de março, quando o STF examinará se existem elementos suficientes para iniciar um julgamento.

Bolsonaro, 69 anos, afirma que é vítima de uma "perseguição" política para impedir sua candidatura nas eleições presidenciais de 2026.

Ele foi declarado inelegível até 2030 por questionar a confiabilidade do sistema brasileiro de urnas eletrônicas, mas espera que a condenação seja anulada ou que a pena seja reduzida, para se candidatar a um segundo mandato presidencial.

"Por enquanto, sou candidato", reiterou na quarta-feira. "Por que eu teria que abrir mão do meu capital político para apoiar alguém?", questionou.

Bolsonaro sonha com um retorno ao estilo Donald Trump, que retornou à Casa Branca

apesar de seus problemas judiciais, e espera que o presidente americano, de quem é grande admirador, exerça "influência" a seu favor.

Incerteza

A incerteza também afeta a esquerda: Lula, de 79 anos e com uma popularidade prejudicada principalmente pela inflação, mantém um discurso ambíguo sobre suas intenções de disputar a reeleição.

Ao mesmo tempo, ele não para de atacar o antecessor, a quem chama de "covarde" por ter "planejado um golpe de Estado" antes de "fugir" para os Estados Unidos no final de 2022.

Lula afirmou no sábado que é preciso defender a democracia "todos os dias daqueles que, ainda hoje, planejam a volta do autoritarismo", por ocasião do 40º aniversário do fim da última ditadura militar, que Bolsonaro evoca com nostalgia.

AM - A CRÍTICA ONLINE

16/03/2025

voltar ao topo 

POLÍTICA

Em ato no Rio de Janeiro, Bolsonaro afirma que não fugirá do país

Ex-presidente é investigado por tentativa de golpe de Estado

EBC

16/03/2025 às 14:59.

Atualizado em 16/03/2025 às 14:59

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reuniu apoiadores na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, na manhã deste domingo (16), para defender anistia aos condenados por invadir e destruir os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF) em 8 de janeiro de 2023. Ele próprio corre risco de ser condenado por tentativa de golpe de Estado.

Em seu discurso, Bolsonaro afirmou que não fugirá do Brasil para evitar uma eventual prisão ordenada pelo STF. "O que eles querem é uma condenação. Se é 17 anos para as pessoas humildes, é para justificar 28 anos para mim. Não vou sair do Brasil", disse. Bolsonaro, que atualmente está inelegível, afirmou que não tem "obsessão pelo poder", mas tem "paixão pelo Brasil".

Diante do apoio manifesto, mas considerando os desdobramentos do processo de que é alvo no STF, ele admitiu a possibilidade de não participar da próxima eleição presidencial. "Estamos deixando muitas pessoas capazes de me substituir".

Ele ainda se esquivou da acusação de tentativa de golpe atribuída a ele. Afirmou que, por estar nos Estados Unidos na ocasião, não poderia ter participado de uma trama para impedir que Lula, que o derrotou nas eleições de 2022, assumisse a Presidência. Bolsonaro é acusado pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, dano qualificado agravado pelo emprego de violência e deterioração de patrimônio tombado da União.

Os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro ocuparam cerca de 300 metros da Avenida Atlântica, na Praia de Copacabana, na altura do Posto 4. O Monitor do Debate Político do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a Organização Não Governamental (ONG) More in Common calcularam a presença de 18 mil pessoas no ato deste domingo. Um software de inteligência artificial fez os cálculos a partir de fotos aéreas do público no

100

SENADO
NA MÍDIA

horário de pico do ato, ao meio-dia.

Projeto no Congresso

A manifestação que reuniu lideranças de direita na orla na Zona sul teve o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a aprovar o projeto de lei que anistia os condenados do 08/01. Diretamente interessado nessa anistia, Bolsonaro afirmou que as pessoas que destruíram os prédios dos Três Poderes são inocentes.

"Eu jamais esperava um dia estar lutando por anistia de pessoas de bem, de pessoas que não cometeram nenhum ato de maldade, que não tinham a intenção e nem poder para fazer aquilo que estão sendo acusadas".

Em 8 de Janeiro de 2023, milhares de apoiadores de Jair Bolsonaro romperam o cordão de isolamento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, quebraram janelas, destruíram cadeiras, computadores e obras de arte nos três prédios. Também tentaram incendiar o interior do STF. Só deixaram os locais após a chegada de tropas da Polícia Militar e do Exército.

Governadores

O ato contou com a participação de quatro governadores. Cláudio Castro (RJ), Jorginho Mello (SC), Mauro Mendes (MT) e Tarcísio de Freitas (SP). Tarcísio também defendeu a anistia. Ele disse que é correto que o projeto seja pautado e aprovado no Congresso Nacional para garantir a anistia às pessoas. "Pode ter certeza que nós vamos conseguir os votos".

Para Tarcísio, é preciso avançar para partir para outras discussões. "Para que a gente possa se dedicar aos temas nacionais, para que a gente possa discutir a longevidade, o envelhecimento da população, o financiamento do SUS. Tarcísio, ainda apontou que o grande problema do país é a inflação.

Movimentação

As pessoas mobilizadas para o evento organizado pelo pastor Silas Malafaia exibiam camisas e adesivos saudosos do governo do ex-presidente.

Entre os dizeres havia: "a direita está viva"; "com saudades do meu ex"; "anistia para os patriotas"; "o Brasil é meu partido". Havia ainda dizeres críticos ao atual governo e elogios ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Pouco depois do meio-dia, após a fala de Bolsonaro, os manifestantes começaram a se dispersar.